



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SERRO-MG

Produto 5 – Síntese das Leituras Técnica e Comunitárias e

Propostas para Minuta de Lei

(versão final)

Prefeitura Municipal do Serro-MG

Belo Horizonte, Setembro de 2017



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SERRO-MG

Produto 5 – Síntese das Leituras Técnica e Comunitárias e

Propostas para Minuta de Lei

(versão final)

Prefeitura Municipal do Serro-MG

Relatório apresentado à Prefeitura Municipal de Serro-MG pela Fundação Israel Pinheiro, contendo o relatório da Síntese das Leituras Técnica e Comunitárias e Propostas para a Minuta de Lei do processo de revisão do Plano Diretor Participativo.

Belo Horizonte, Setembro de 2017

FIP – Fundação Israel Pinheiro

CNPJ: 00.204.293/0001-29

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 1710 / 10º e 11º andar, Bairro Funcionários

CEP: 30.112-021 Belo Horizonte - MG



FICHA TÉCNICA

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO (FIP)

MAIARA VIEIRA – GESTORA INTERINA

PÉRICLES MATTAR – GERENTE DE PROJETOS

VINÍCIUS RESENDE BARROS – GERENTE DE PROJETOS

FERNANDA FERREIRA – ARQUITETA URBANISTA - CAU A56252-7

VANESSA TENUTA DE FREITAS – ARQUITETA URBANISTA - CAU A52049-7

FERNANDO ANTONIO CAMARGOS VAZ – SOCIÓLOGO

LEONARDO VIANNA – BIÓLOGO - CRBIO 4 8727

GLAUCO CEZAR BORGES – GEÓGRAFO

BERNARDO LUZ ANTUNES – ADVOGADO - OAB 106.937

LUIZA CRISTINA MILAGRES PEREIRA – ADVOGADA - OAB 139.739

ARIELA DE OLIVEIRA – ESTAGIÁRIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO

GUILHERME SIMÕES NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

GUILHERMINA BRANDÃO SIMÕES – VICE-PREFEITA MUNICIPAL

ANTÔNIO MOREIRA – CHEFE DE GABINETE

MARIA CRISTINA NUNES MESQUITA DA CUNHA PEREIRA – PROCURADORA MUNICIPAL



JUSCELE AGNES RODRIGUES E SILVA MIRANDA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

GILMARA PAIXÃO – ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO



SUMÁRIO

1	Síntese da Leitura Técnica.....	8
1.1	Áreas Homogêneas dos Núcleos Urbanos	8
1.2	Unidades de Paisagem	15
2	Síntese das Leituras Comunitárias.....	18
3	Propostas para o Desenvolvimento Municipal	33
3.1	Macrozoneamento e Zoneamento	33
3.1.1	Macrozona Serra do Espinhaço (MMZSE):	34
3.1.2	Macrozona Terras Baixas do Espinhaço (MZTBE):	39
3.1.3	Macrozona Montanhosa (MZMO):	43
3.1.4	Macrozona dos Relevos Ondulados (MZRO):	47
3.1.5	Macrozona de Manancial Hídrico (MZMH):	50
3.1.6	Macrozona de Mineração (MZMI):.....	52
3.1.7	Macrozonas Urbanas (MZU):.....	54
3.1.7.1	Zoneamento das Macrozonas Urbanas.....	57
3.2	Patrimônios Naturais:	78
3.3	Objetivos Fundamentais	81
3.4	Diretrizes de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano.....	83
3.5	Diretrizes das Políticas de Desenvolvimento Municipal	84



LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Áreas Homogêneas do Distrito Sede	14
Mapa 2– Unidades de Paisagem.....	17
Mapa 3– Macrozoneamento do Território Municipal de Serro	55
Mapa 4– Unidades de Conservação no Município de Serro	56
Mapa 5– Zoneamento do Distrito Sede	71
Mapa 6 – Faixas Edificáveis da Zona de Proteção Cultural da Sede	72
Mapa 7– Zoneamento do Distrito Três Barras	73
Mapa 8– Zoneamento do Distrito de Milho Verde	74
Mapa 9– Zoneamento do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras.....	75
Mapa 10– Zoneamento do Distrito de Mato Grosso	76
Mapa 11– Zoneamento do Distrito de Pedro Lessa.....	77
Mapa 12– Patrimônio Natural do Município de Serro	80



LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Pico do Itambé, destacando os afloramentos rochosos, encostas florestadas e pastagens em sua base	34
Figura 2 - Planaltos ocupados por campos gramíneos, entre Milho Verde e Capivari.....	34
Figura 3 - Região do Lajeado, próximo a Milho Verde constituída por diversas formas campestres.	35
Figura 4 - Vegetação rupestre em sua diversidade, variando entre Campos rupestres, campos cerrados e florestas montanas.....	35
Figura 5- Vale do córrego do Piolho afluente do Jequitinhonha na região do Acaba Saco.	39
Figura 6 - Pastagens na proximidade do rio Jequitinhonha na região da Barra da Cega. ...	39
Figura 7 - Ocupações próximas ao rio Jequitinhonha com pasto e lavouras na região do Ausente.	40
Figura 8 - Lavoura de milho e cana na região do Ausente.....	40
Figura 9 - Relevo montanhoso na região do Motoso. Ao fundo Pedra Redonda e Pedra Lisa, afloramentos em meio à MZRM.....	43
Figura 10 - Relevo montanhoso na região do Condado. Ao fundo Serra do Arrependido situado na MZSE.	43
Figura 11 - Serra do Condado na bacia do rio do Peixe.....	44
Figura 12 - Região da Pedra Lisa com importantes remanescentes florestais e plantio de cana em primeiro plano.	44
Figura 13- Relevo aplainado ocupado por pastagens e lavoura, próximo à divisa com Santo Antônio do Itambé.....	47
Figura 14 - Pastagens em relevo ondulado na porção centro-leste do município.	47
Figura 15 - Mosaico de usos sobre relevo ondulado, próximo ao limite com Alvorada de Minas.	48
Figura 16 - Típica propriedade sobre relevo ondulado, com pastagens e lavouras de subsistência.....	48
Figura 17 - Cava da mina de manganês na região do Acaba Mundo.....	53
Figura 18 - Depósito de material estéril da mina de manganês.....	53



APRESENTAÇÃO

O presente Produto 5 – Síntese das Leituras Técnica e Comunitárias e Propostas para Minuta de Lei – é o resultado da quinta etapa do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Serro – MG, e faz parte do contrato nº 791/2016 firmado entre a Fundação Israel Pinheiro e a Prefeitura Municipal de Serro - MG. Este trabalho está sendo elaborado em consonância com as definições do Termo de Ajuste de Conduta firmado entre a Prefeitura Municipal de Serro-MG e o Ministério Público.

Conforme estabelecido na Proposta Técnica, esta fase consiste em um Relatório que sintetiza as informações levantadas nas Leituras Técnicas e Comunitárias e apresenta as propostas técnicas que serão incorporadas à Minuta de Lei. Estas propostas foram discutidas em uma Audiência Pública com a comunidade para que fossem validas e pudessem sofrer críticas e alterações, de forma que estejam fidedignas à realidade municipal e representem os anseios da população para o desenvolvimento do município.

De acordo com Termo de referência, a elaboração do Plano Diretor, objetivo último deste trabalho, parte de levantamentos e diagnósticos das situações Físico-Ambiental, Sócio-econômico-organizativo e Jurídico-Legal do município e de ações de capacitação e difusão das diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, 2001), trabalhando sempre com princípios de envolvimento e participação da população interessada, tanto no sentido da obtenção de informações que subsidiem a compreensão do território urbano e rural, como no sentido de discutir as propostas para o planejamento e desenvolvimento do município.



1 SÍNTESE DA LEITURA TÉCNICA

1.1 Áreas Homogêneas dos Núcleos Urbanos

Áreas Homogêneas Núcleos Urbanos

A partir da Leitura Técnica realizada e consolidada no Produto 4, que incluiu análise de dados secundários e de dados primários levantados a partir de vistorias de campo por equipe social, ambiental e urbanística, foi desenvolvida essa análise de Áreas Homogêneas. Trata-se de uma consolidação da leitura do território, que visa subsidiar a definição do zoneamento municipal. Esse mapeamento foi elaborado buscando perceber partes do território com características semelhantes no que se refere à ocupação, ao potencial de adensamento ou expansão, buscando levantar situações onde há ausência ou deficiência de infraestrutura, precariedade ou saturação da articulação viária, condições topográficas ou geológicas desfavoráveis, bem como áreas de interferência sobre o patrimônio cultural ou natural. Foram identificadas ainda áreas que, por suas características geoambientais, devem ser preservadas.

Essa análise foi fundamental para a definição do zoneamento municipal que será apresentado no item de propostas abaixo e gerou, para a sede municipal, a divisão do território em oito partes com características semelhantes - conforme indicado no Mapa 1 e na tabela síntese.

Tabela 1: Síntese de Áreas Homogêneas da Sede Municipal

Áreas Homogêneas	Características Predominantes
Áreas de Ocupação Consolidada 1	Áreas ocupadas no fim do século XIX, com presença de lotes vagos dispersos. Traçado viário orgânico e existência de infraestrutura urbana completa. Habitações com padrão construtivo variado, uso predominantemente residencial, com ocorrência de centralidades comerciais e de serviços. Os lotes apresentam grande profundidade, com grande afastamentos de fundo vegetados.



Área de Ocupação Consolidada 2	Área ocupada com presença de lotes vagos dispersos. Traçado viário regular e existência de infraestrutura de urbana completa. Habitações com padrão construtivo médio e alto, uso predominantemente residencial.
Áreas com Infraestrutura Urbana Deficiente	Parcelamentos com traçado viário regular, ocupados ou em processo de ocupação, com infraestrutura básica deficiente, habitações de padrão construtivo médio e baixo e uso predominantemente residencial.
Área de Interesse Cultural	Áreas com traçado urbano setecentista e oitocentista com tipologias arquitetônica e paisagística que configuram a imagem tradicional do lugar, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio cultural do município.
Áreas com Ocupações de Interesse Social	Áreas ocupadas por assentamentos habitacionais formados a partir da invasão de áreas públicas ou privadas, com habitações de padrão construtivo precário e infraestrutura urbana deficiente.
Área em processo de ocupação	Glebas parceladas, de propriedade pública ou privada, contíguas à malha urbana, com traçado viário definido, desocupadas, com infraestrutura básica implantada.
Áreas não Parceladas	Glebas indivisas, de propriedade pública ou privada, inseridas no perímetro urbano da sede municipal e contíguas à malha urbana.
Áreas Verdes	Áreas verdes contíguas ou inseridas na malha urbana do núcleo de Serro, ou outro interesse de preservação ambiental

As **Áreas de Ocupação Consolidada 1** são formadas pela expansão do centro histórico de Serro - dando continuidade ao mesmo a partir de vias com formato orgânico que foram ocupadas a partir do fim do século XIX. São formadas por parte dos bairros Leiteiro, Bota-Vira, Páscoa, Novo Rosário, Arraial de Baixo, Santo Antônio e Gambá.

Essas ocupações se deram de forma espontânea - sem aprovação de parcelamento - conformando região com quadras e lotes de formato orgânico com dimensões variáveis. Algumas quadras ainda possuem vegetação preservada em seu interior e, nesses casos, as propriedades são maiores, com presença de quintais. As edificações possuem de uma a dois pavimentos e padrão construtivo médio e baixo. Estão muitas vezes construídas no alinhamento frontal, com afastamentos laterais e de fundos. Destaca-se a alta densidade construtiva nos bairros Páscoa, Bota Vira e Leiteiro e baixa densidade construtiva nos demais bairros.



Predomina o uso residencial e destacam-se duas centralidades em formação, uma na região do Gambá e outra na região do Santo Antônio. Esses bairros apresentam infraestrutura urbana completa - exceto por parte do bairro Novo Rosário que não apresenta rede de esgoto - contando com redes de saneamento adequadas e com sistema viário implantado. Apesar disso, as vias são estreitas e íngremes em diversos trechos. Observou-se a existência de risco geológico alto ou muito alto em alguns pontos dessas regiões.

Destaca-se a forte relação dessas regiões com o núcleo setecentista/oitocentista e a importância das mesmas na preservação das visadas e ambiência da paisagem cultural. Nessas áreas não deve ser incentivado o adensamento tanto pela relação de proximidade e de interferência na paisagem do bem cultural quanto pela deficiência de infraestrutura - de estabilidade de encosta, de esgoto e viária.

A **Área de Ocupação Consolidada 2** é formado pelo bairro Cidade Nova. Trata-se de parcelamento regular de uso residencial implantado na década de 1990. Possui vias que conformam quadras retangulares com lotes com área média 360 m² e área máxima de 450 m². Apresenta infraestrutura urbana completa e presença de lotes vagos dispersos. As edificações apresentam um a dois pavimentos e padrão construtivo predominante médio, com presença de algumas edificações de padrão construtivo alto. Estão implantadas com afastamentos frontais, laterais e de fundos. É um bairro com baixa densidade construtiva.

Apesar de apresentar características que indiquem possibilidade de adensamento, o bairro Cidade Nova apresenta grande relação de visibilidade com o conjunto urbano setecentista do serro devendo ser adensado de forma restrita.

As **Áreas com Infraestrutura Urbana Deficiente** são formadas pelo bairro Santa Luzia e Nossa Senhora Aparecida. O bairro Nossa Senhora Aparecida apresenta vias com traçado regular e quadras retangulares com dimensões parecidas. Os lotes variam de 300 m² a 360 m². É possível verificar uma presença expressiva de lotes vagos e baixa densidade



construtiva. Há predominância de uso residencial com edificações de padrão construtivo médio, também sendo observada a presença de padrão construtivo baixo. Apesar de seu potencial de adensamento, há deficiência de infraestrutura, com trechos sem pavimentação e falta de sistema de drenagem de águas pluviais.

O bairro Santa Luzia é formado por apenas três quadras de traçado regular. Os lotes variam de 300 m² a 360 m². Há predominância uso residencial com edificações de padrão construtivo médio, também sendo observada a presença de padrão construtivo baixo. Apesar de sua proximidade com a rodovia observa-se precariedade de acessos, com poucas ligações viárias com os bairros vizinhos e falta de pavimentação nas proximidades com a rodovia. Essa situação indica região onde não deve ser incentivado o adensamento.

A **Área de Interesse Cultural** é formada pelo conjunto urbano urbano setecentista e oitocentista com traçado urbanístico tradicional e de tipologias urbanísticas, arquitetônica e paisagística que configuram a imagem tradicional do lugar, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio cultural do município. Abrange o Arraial de Cima, parte do Arraial de Baixo, parte de região conhecida como "praia" e do Gambá - se estendendo até a região do Rosário e seu cemitério. Devido à sua singularidade, trata-se de área que demanda parâmetros urbanísticos específicos para manutenção das características tradicionais, tanto no que se refere ao traçado viário quanto à configuração das quadras, da implantação das edificações e das características arquitetônicas. Trata-se de região onde deve-se garantir a preservação das massas de vegetação ainda existentes - principalmente no interior das quadras - e a relação de volumetria entre as edificações.

As **Áreas com Ocupações de Interesse Social** são formadas por assentamentos precários Morro do Vento, Morro de Areia, Cidade Nova II, Chácara do Coqueiro, Bicentenário, Vigário, Machadinho, Lazareto e parte dos bairros Novo Rosário, Bota-vira e Páscoa.

Esses assentamentos apresentam irregularidade dominial, urbanística e ambiental. Alguns deles apresentam áreas pontuais de risco geológico-geotécnico - devido à consolidação da



edificação em área de alta declividade, cortes irregulares em barrancos ou áreas instáveis. Concentram moradias de baixo padrão construtivo e ruas sem pavimentação - inclusive becos. Apesar da precariedade urbanística identificada, destaca-se que em muitos assentamentos a situação de acesso a esgotamento sanitário foi solucionada nos últimos anos. Em todos esses bairros - assim como em grande parte do território de Serro - há irregularidade jurídica. Destaca-se a necessidade de fiscalização nessas regiões para não permitir a expansão desses bairros. Faz-se ainda fundamental a continuidade do Programa de Regularização Fundiária existente no município de forma a garantir a complementação da urbanização bem como a regularização dos parcelamentos e edificações desses assentamentos precários.

As **Áreas em Processo de Ocupação** são formadas pelo bairro São Geraldo e por duas regiões ao longo da BR 259. Todas essas áreas são contíguas à malha urbana, já estão parceladas e com infraestrutura urbana implementada, apesar da existência de muitos lotes vagos – com dimensões variáveis. O bairro São Geraldo é um loteamento com traçado regular que não está sendo ocupado devido à parâmetros de ocupação bastante restritivos existente.

Estas regiões são adequadas ao adensamento ou implantação de grandes equipamentos, exceto por parte do bairro São Geraldo, que apresenta relação de visibilidade com o conjunto urbano setecentista do serro devendo ser adensada de forma restrita ou controlada.

As **Áreas não Parceladas** são formadas por glebas localizadas dentro do perímetro urbano da sede municipal ou propriedades contíguas à malha urbana localizadas próximas ao anel viário que contorna a Sede Municipal. Essas áreas são potenciais regiões para a expansão urbana. É importante ressaltar que parte dessas áreas encontram-se em Áreas de Preservação Permanente, incluindo trechos com declividade acima de 47%, não deverão ser ocupadas, conforme definido em lei federal.



Estão inseridas nessas manchas as ZEIS vazias definidas pela Lei Complementar 161/2015 com pequenos ajustes. Foi excluída grande mancha que englobava área de relevância ambiental formada por mata atlântica, e foram feitos pequenos ajustes em duas outras manchas buscando reduzir impactos nas visadas do núcleo setecentista e no ambiente natural.

As **Áreas Verdes** são áreas que por suas características geoambientais, devem ser preservadas ou áreas vazias que apresentam forte relação de visada com o núcleo setecentista. Nestas regiões deverão ser aplicados critérios e instrumentos de preservação e recuperação ambiental em função das características naturais e paisagísticas e que, sob condições especiais, poderão ser destinadas a usos públicos coletivos não causadores de impactos. Destaca-se aqui a região do Córrego Quatro Vinténs, com forte vocação de implantação de parque linear, conforme projeto existente elaborado pelo Programa Monumenta.

No que se refere aos distritos, tanto Mato Grosso como Três Barras, apresentam uniformidade na ocupação do território, com uma única área homogênea. O distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras apresenta relevante Área de Interesse Cultural que se destaca do restante do território, assim como no distrito de Milho Verde. Em Milho Verde destaca-se ainda a ocupação irregular que se estende em direção ao Monumento da Serra do Raio, onde a ocupação deve ser desincentivada. Já em Pedro Lessa, há uma ocupação irregular de baixa renda em formação. Observou-se ali também a necessidade de definir áreas para produção de moradias de interesse social.

Foram identificadas ainda duas localidades rurais que apresentam características urbanas e que deverão ser definidas como área urbana na revisão do Plano Diretor: Capivari e Ribeirão.

MAPA DE ÁREAS HOMOGÊNEAS DA SEDE MUNICIPAL

LEGENDA

- Área com Infraestrutura Urbana Deficiente
- Área de Interesse Cultural
- Área de Ocupação Consolidada 2
- Áreas Verdes
- Áreas de Ocupação de Interesse Social
- Área de Ocupação Consolidada 1
- Áreas em Processo de Ocupação
- Áreas não Parceladas



1.2 Unidades de Paisagem

As feições paisagísticas do território de Serro são agrupadas em quatro grandes Unidades, apresentando alguma homogeneidade ambiental e de ocupação humana. A seguir destacam-se suas principais características e apresenta-se sua espacialização.

Serra do Espinhaço

Planaltos e serras.

Afloramentos predominante de rochas quartzíticas.

Porção Centro-Oeste do Município.

Extensas áreas campestres.

Turismo ecológico.

População humana concentrada em Distritos e localidades.

Inserção do território do Quilombo Vila Nova e parte da Mata dos Crioulos.

Atividades agrícolas restritas a pequenas áreas.

Grande produção hídrica.

Terras Baixas da Serra do Espinhaço

Terrenos aplainados próximos às calhas dos rios em meio à Serra do Espinhaço.

Ocupação antrópica presente de forma dispersa por todo o espaço.

População quilombola Ausente, Baú e parte da Mata dos Crioulos.

Propriedades rurais com pastagens dispersas na Unidade de Paisagem.

Pequenas lavouras e quintais produtivos.

Região montanhosa

Corresponde à porção central do Município em uma faixa norte sul e ao alinhamento montanhoso existe a Leste, o qual delimita o vale do rio Guanhões nas proximidades do limite com Sabinópolis.

Uso do solo é diverso, formando mosaicos de padrões de ocupações.



População humana presente em grande parte do espaço desta Unidade de paisagem, com destaque para a cidade de Serro e nos Distritos de Pedro Lessa e Mato Grosso.

População quilombola Queimadas na porção centro-nordeste da Unidade, nas encostas Leste da Serra do Condado.

Predomínio de propriedades familiares.

Pastagens e lavouras.

Diversos alambiques

Relevo acidentado com declividade entre 20% e 45% frequente.

Solos em geral de boa fertilidade e estrutura.

Importantes remanescentes florestais.

Plantios de eucalipto.

Grande produção hídrica.

Relevos ondulados

Porção centro-leste do Município.

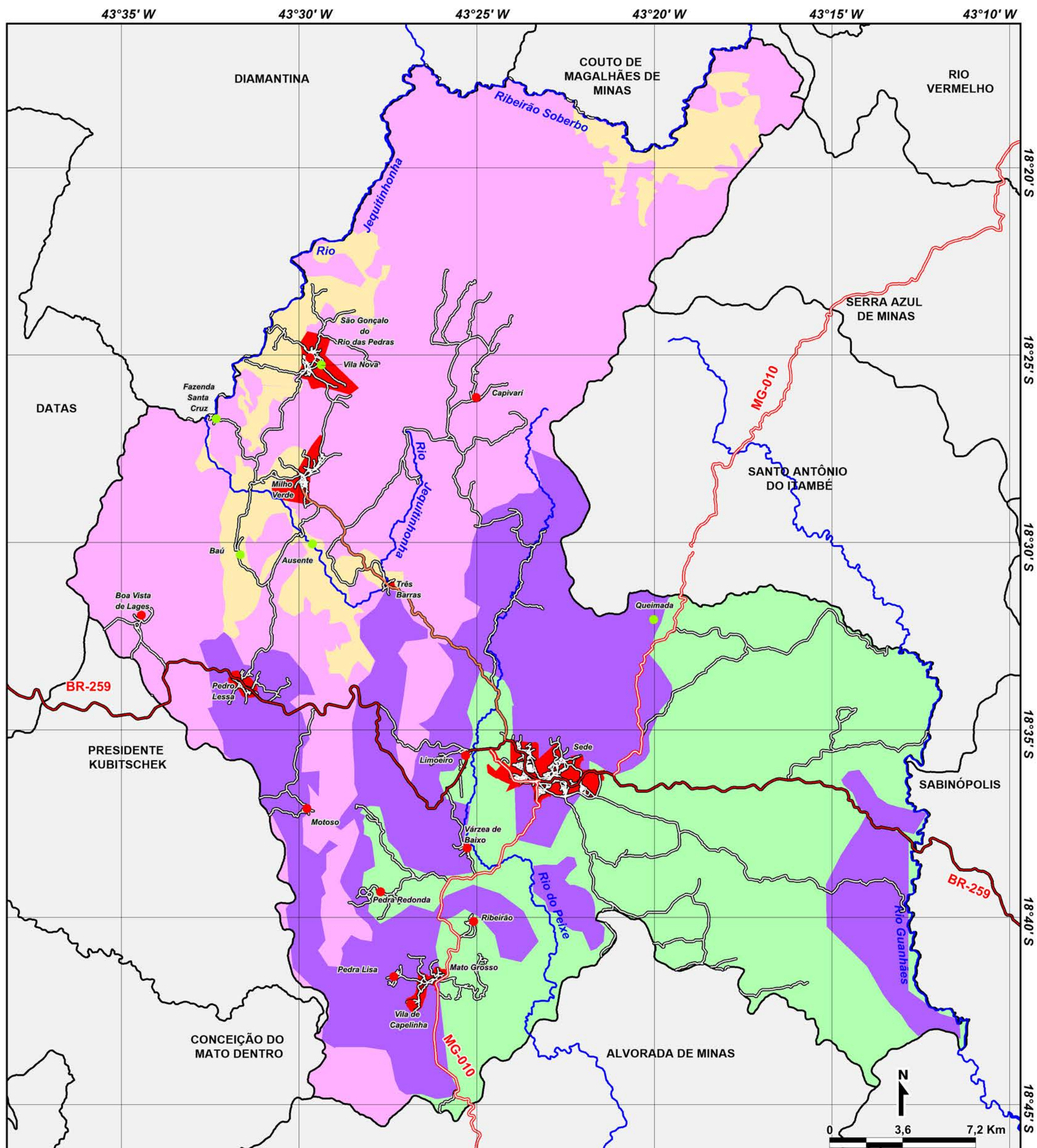
Relevo suavizado.

Solos, em geral, de boa fertilidade e estrutura.

Predomínio de fazendas com grandes pastagens e da produção leiteira.

População humana concentrada em algumas localidades (ex: Limoeiro, Várzea de Baixo e Ribeirão).

Unidades de Paisagem no Município de Serro - MG



Convenções cartográficas

- Localidade rural
- Comunidade quilombola
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Estrada vicinal/ Arruamento
- Estrada municipal asfaltada
- **Rios**
- Limite municipal
- Perímetros urbanos

Unidades de Paisagem - Área (ha)

■	Terras baixas da Serra do Espinhaço	8.410
■	Região de relevo ondulado	34.220
■	Região da Serra do Espinhaço	49.830
■	Região de relevo montanhoso	23.880



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SERRO - MG



Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE, OpenStreetMap,
Unidades de Paisagem: Leonardo Vianna.
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Jun 2017



2 SÍNTESE DAS LEITURAS COMUNITÁRIAS

Abaixo estão as tabelas que sintetizam as discussões que foram realizadas nas Leituras Comunitárias.



Três Barras				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none">• dificuldade de mobilidade em dias de chuva;• falta de transporte público que atenda as comunidades rurais;• vias de acesso às comunidades de baixa qualidade e com falta de manutenção;• falta de comunicação com a Prefeitura Municipal;• necessidade de retirar pedras na ponte de Ausente;• falta de um cartório;• necessidade de reconstruir a ponte e construir estradas;• necessidade de melhoria no transporte escolar;• necessidade de áreas de lazer;• necessidade de um carro para atender o centro comunitário.	<ul style="list-style-type: none">• falta de informação sobre leis de construção;• lotes irregulares e invasões;• não tem ETE, por isso há uso de fossas negras e o esgoto é lançado em rios;• falta de linhas de drenagem de águas pluviais (o que gera sinais de erosão e degradação do solo);• não há coleta de lixo nas comunidades;• necessidade de melhoria no abastecimento de água e coleta de lixo;• falta de iluminação pública;• falta de calçamento na rua;• falta de quadra na escola;• necessidade de reformar a escola.	<ul style="list-style-type: none">• A água é considerada a maior riqueza ambiental do Serro• há queima de lixo;• há desmatamento em áreas de preservação;• há falta de políticas de preservação;• necessidade de conscientização da população e dos turistas;• há poluição de recursos hídricos.	<ul style="list-style-type: none">• há falta de apoio financeiro para as festas e outras atividades tradicionais e culturais;• necessidade de capacitação da população local para artesanatos.	<ul style="list-style-type: none">• estruturas de comércio existente não atende o turismo• para participar do PNAE, tem que levar produto a Sede para fiscalização;• há falta de apoio financeiro e técnico para a agricultura familiar;• há falta de lugar próprio para venda de produtos provenientes da agricultura familiar;• não existem cooperativas, mas existe um sindicato que está muito aquém às necessidades da população;• muitos cidadãos estão saindo de Serro, por falta de emprego e geração de renda;• necessidade de conscientização da comunidade sobre turismo;• a população acredita que sofrerá impactos da mineração, que só tira o que é bom e deixa o buraco, doença, miséria e fome.



Milho Verde				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none"> • Plano Diretor vigente não permitir nenhuma construção com mais de um pavimento; • necessidade de um critério maior nas construções do entorno da área mais antiga da cidade; • projeto de pavimentação implantado na área não respeita as decisões pactuadas com a população e a obra trouxe uma série de problemas para a comunidade; • barro nas vias dificulta deslocamento a pé; • há necessidade de um posto de saúde na comunidade de Ausente e de um local para velório nas comunidades rurais • não há educação quilombola nas escolas, o que gera perda de identidade. • foram feitas obras nas vias públicas, inclusive com alteamento em alguns pontos (algumas casas ficaram abaixo do nível da rua, dificultando escoamentos e acessos); • é necessário cuidar das praças 	<ul style="list-style-type: none"> • lotes irregulares; • falta de fiscalização do Poder Público, especialmente em obras; • falta de organização da Prefeitura Municipal que, mesmo após a venda de imóveis, não atualiza o cadastro e envia impostos para proprietários antigos; • área delimitada como quilombola da Comunidade de Ausente foi invadida por uma Ecovila, que está fazendo uso inadequado do local; • casas das comunidades quilombolas estão em condições precárias; • abastecimento de água não atende a demanda e a água distribuída não é tratada; • valor de conta de água é muito alto, pois está passando ar pela tubulação; • é necessário melhorar a iluminação pública; • falta de áreas livres para expansão da malha urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos hídricos, as cachoeiras, o lajeado, as pinturas rupestres, sítios arqueológicos e as plantas coletadas são considerados patrimônios ambientais, • material usado na pavimentação está sendo carreado para os leitos dos rios; • há ocorrência de incêndios; • pastagens de braquiária têm substituído as matas; • há retirada de areia e terra de locais inadequados; • há presença de gado e cavalos soltos nas ruas; • há queima de lixo na zona rural; • o uso de fossas negras está contaminando o lençol freático; • há marcas de erosão e voçorocas, causadas pelas enxurradas; • há necessidade de maior fiscalização na cachoeira, com relação ao lixo; • há temor da mineração trazer impactos negativos a água na 	<ul style="list-style-type: none"> • há ocupação dentro do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio; • necessidade de conservação e restauração do patrimônio construído; • falta incentivo e apoio financeiro com relação ao patrimônio imaterial; • grupos folclóricos já se perderam por falta de recurso e a língua Vissungo está deixando de existir; • exploração de quartzito na região; • restrição de uso dos recursos naturais para a produção camponesa, bem como para a retirada de areia para construção civil; • não existe coleta seletiva; • aparecimento de novas igrejas evangélicas reduziu o número de pessoas na prática da religião tradicional; • jovens estão desmotivados com relação às práticas de cuidado com o patrimônio; 	<ul style="list-style-type: none"> • grande êxodo de pessoas (cerca de 80%); • não existem cooperativas voltadas para a produção; • falta uma entidade que agregue as diversas associações; • agricultura familiar encontra dificuldade de financiamento para transporte; • falta cursos do SENAR; • há pendências na regularização do CAR (Cadastro Ambiental Rural); • inexistência de ferramentas para auxílio na produção rural local.



Milho Verde				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<p>e restaurar o chafariz;</p> <ul style="list-style-type: none"> • há necessidade de se criar mais espaços de convívio público e praças; • há necessidade de manutenção das estradas; • há necessidade de construção de estradas para as comunidades de Baú e Pedro Lessa e de uma ponte de acesso à Ausente; • há necessidade de melhora no transporte escolar e coletivo; • há necessidade de maior sinalização e ordenação das placas comerciais; • há urgência em melhorar a condição da rua principal; • melhorar conexão com São Gonçalo do Rio das Pedras. 	<ul style="list-style-type: none"> • houve crescimento desordenado do distrito. 	<p>região de Capivari.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • festividades como Réveillon e Carnaval são problemáticas para as comunidades, devido ao intenso turismo; • conflito entre o Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e a Serra do Raio e a realidade local, referindo-se às ocupações e coletas de plantas para artesanato. 	



São Gonçalo do Rio das Pedras

Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none">• não se pode mais passar por estradas vicinais, muito utilizadas anteriormente (por causa da instituição do Parque Estadual do Pico do Itambé, estas estradas foram cercadas);• há presença de poucas pontes para transpor os diversos rios da região;• falta de manutenção das pontes existentes;• transporte coletivo que vai para Sede de Serro e Diamantina é pouco eficiente;• Serra da Bicha e Jacutinga foram levantadas como locais que não tem acesso a nenhum tipo de serviço, incluindo o transporte público;• há necessidade de melhoria na segurança pública;• há falta de acesso a dentistas e remédios;• há falta de meios de transporte público;• insuficiência de espaços de esporte e lazer;• há necessidade de finalizar	<ul style="list-style-type: none">• moradores não têm conhecimento sobre a legislação que determina a forma correta de construir;• maior parte das pessoas não possui documento de registro dos lotes;• qualidade da água disponível é baixa (captada em poços artesianos e não recebe tratamento);• esgoto é lançado em fossas negras;• há necessidade de melhoria na iluminação pública;• há necessidade de melhorar o escoamento de água pluvial;• há falta de tratamento de água e esgoto;• acesso à energia elétrica é considerado precário;• há divisão do espaço urbano e perímetro urbano em lotes muito pequenos.	<ul style="list-style-type: none">• todo o ambiente natural foi referido como riqueza natural, com destaque para as várzeas ;• águas cinzas são lançadas diretamente nos rios;• há ocorrência de queimadas;• há construções nas cabeceiras dos riachos;• rios recebem lixo e algum esgoto;• há frequente falta de água, atribuídas a falhas do sistema de distribuição;• há desmatamento;• há presença de erosões na região;• o Rio das Pedras está todo assoreado;• diminuição das sempre-vivas, por não poderem mais ser colhidas;• há pouca mata preservada na região;• restrição de tirar areia do rio está aumentando o assoreamento dele.	<ul style="list-style-type: none">• falta de fiscalização para que o patrimônio seja conservado;• falta de apoio financeiro dificulta que manifestações culturais continuem acontecendo e sejam difundidas;• nenhuma das práticas culturais é protegida;• necessidade de reestruturação do Fundo Municipal de Cultura, com maior participação das comunidades;• há necessidade de disseminação e valorização das atividades culturais.	<ul style="list-style-type: none">• unidades de conservação impactaram negativamente na agricultura familiar (comunidades que estão localizadas próximas aos rios, devido à APP, não podem desenvolver o plantio como estavam acostumadas);• o artesanato não é vendido fora do Distrito, pois os artesãos não têm recursos financeiros para enviar a produção pra fora;• mineração, que está se instalando na região de Capivari, não gera emprego para a população local, sendo mão de obra capacitada trazida de outros municípios;• não existem organizações de trabalhadores ou cooperativas no distrito e a cooperativa da Sede do Município não mantém relação com os produtores do distrito;• houve redução drástica da prática da agricultura;• cidadãos estão saindo das comunidades devido à falta de emprego e renda;



São Gonçalo do Rio das Pedras				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<p>obra da quadra da escola, terminar o calçamento das ruas, criar mais uma academia e melhorar o campo de futebol;</p> <ul style="list-style-type: none">• estrada para o distrito de Milho Verde é de baixa qualidade e inacessível quando chove;• há uma ponte no distrito que está com rachaduras e uma passagem para carros dentro da água;• há tráfego de veículos pesados;• falta de lixeiras e não há sistema de recolhimento de lixo nas lixeiras confeccionadas pela população local;• há necessidade de deixar levantar a altura do muro do cemitério;• necessidade de apoio ao esporte;• necessidade de informatizar e melhorar sistema de saúde.				<ul style="list-style-type: none">• conflito entre a população, que tem restrições em relação às suas atividades de subsistência que envolvem retirada de produtos naturais, e a mineradora e a pedreira, que têm direito a se instalar na região e explorar matéria prima em larga escala;• a agricultura familiar é muito desvalorizada, muito por falta de apoio financeiro e orientações técnicas por parte do poder público;• falta de apoio por parte do poder público municipal com relação às atividades rurais.



Mato Grosso				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none"> • há falta de áreas de lazer e encontro; • Unidades Básicas de Saúde não atendem a demanda, devido a pouca frequência de médicos e a falta de medicamentos; • Unidade de Saúde ficar em uma rua com acessibilidade comprometida devido à falta de pavimentação e conservação; • estradas vicinais não recebem manutenção, portanto o deslocamento fica comprometido em períodos de chuva; • há presença de poucas pontes para transpor os diversos rios da região e as que existem estão em mau estado de conservação; • há poeira que atinge os moradores que residem próximos à rodovia devido tráfego de veículos pesados da mineradora; • manutenção das quadras públicas é considerada precária; • escola não é suficiente para atender todas as comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • maior parte das pessoas não tem lote registrado no Cartório de Registro de Imóveis; • há constante falta de energia, especialmente quando chove; • o transformador não é potente o suficiente para atender as comunidades; • Prefeitura Municipal está dificultando o processo de cadastramento das edificações, solicitando que seja feita a regularização do lote; • esgoto da comunidade é todo lançado em fossas negras, que estão contaminando as cisternas; • em época de seca, ou quando a bomba da cisterna estraga, a população fica sem água; • há falta de drenagem nas estradas e ruas; • infraestrutura urbana só é disponibilizada para lotes legalizados e registrados; • comunidades de Buraquinho e Ribeirão relataram dificuldades no acesso a água; 	<ul style="list-style-type: none"> • O principal patrimônio ambiental considerado é a água e dizem que as nascente do córrego de Joaquim Gomes encontra-se ameaçada por pastagens e pisoteio de animais; • há sinais de erosão do solo; • no intervalo das coletas de lixo, a população costuma queimá-lo; • há lixo sendo jogado no rio; • há necessidade de conscientizar a população para o descarte adequado do lixo; • atualmente, existe dificuldade com as autoridades no corte de árvore. 	<ul style="list-style-type: none"> • o tombamento da Serra do Caroula traz padrões de ocupação com os quais a população não concorda; • foram perdidas: a Festa de São Sebastião, a festa de Santo Antônio e a Marujada; • há barulho produzido por carros de som na semana do Jubileu, que ocorre durante todo dia e noite. 	<ul style="list-style-type: none"> • recentemente, várias contratações de membros da comunidade pela mineradora foram encerradas; • com relação à agricultura familiar, há falta de capacitação, assistência técnica e acesso a mercado consumidor; • falta divulgação do programa do PNAE, que usa produtos da agricultura familiar nas merendas das escolas públicas; • há falta de uma associação, o que dificulta a comunicação entre órgão público e a comunidade; • o Sindicato dos Produtores Rurais não tem atuação no processo de organização da comunidade; • a mineração aumentou o uso de drogas e violência; • muitos jovens da região estão saindo das comunidades; • há necessidade de presença de assistência técnica e financiamento para o campo; • há dificuldades em acessar o PRONAF, o que gera falta de



Mato Grosso				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<p>no entorno do distrito;</p> <ul style="list-style-type: none"> • nas comunidades de Tanque e Rocinha, é necessário deslocamento considerável para chegar aos pontos do ônibus escolar; • é necessária uma estratégia de manutenção permanente das estradas rurais; • transporte público em direção a sede municipal não passa pelas comunidades; • há presença de valetas nas estradas e ruas; • impossibilidade de acesso de veículos durante chuva, inclusive por ônibus escolares nas regiões de Capelinha, Rocinha e Barriguda; • há necessidade de melhora na segurança pública; • há necessidade de melhora das condições de circulação de pessoas e mercadorias; • há necessidade de aumento de dias com médico no posto de saúde e disponibilização de remédios na farmácia pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • algumas fazendas estão fora da rota de coleta de lixo; • há falta de lixeiras públicas e caçambas para disposição de entulho; • há falta de informação referente à construção e regularização de habitações; • muitas construções são demolidas após fiscalização; • falta manutenção na linha de transmissão de energia; • há necessidade de melhora na qualidade de sinal de internet no distrito. 			<p>informação para a população local, que não conhece seus direitos e não sabe como proceder perante diversas situações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • grande parte das contratações de moradores locais pela mineradora (localizada em Conceição do Mato Dentro) foi encerrada.



Pedro Lessa				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none"> • há falta de áreas de lazer e encontro; • moradores usam um trevo como praça, que não tem iluminação e possui somente dois bancos; • falta de lazer para os jovens e idosos é um problema para a comunidade; • o campo de futebol da escola é utilizado pelas crianças como local pra lazer; • os moradores do Distrito e localidades precisam ir até a Sede Municipal para terem acesso a comércio e serviços, pois não conseguem ser atendidos na região; • moradores das localidades têm dificuldade de acesso ao transporte público, pois têm que ir até a rodovia para pegar o ônibus, por exemplo, os moradores de Baú; • rota do ônibus termina na rodoviária municipal, de modo que é necessário grande deslocamento para se chegar ao 	<ul style="list-style-type: none"> • maior parte das famílias não tem documento de registro do lote; • há loteamentos irregulares; • foi feita uma rede de coleta de esgoto, mas a ETE não funciona; • há frequente falta de água, pois a rede tem muito vazamento e a manutenção é morosa; • alto custo da cobrança de água, pelo fato de estar passando ar no hidrômetro, nada é feito pela concessionária para resolver o problema e, caso eles não paguem as contas, o serviço de água é cortado; • existe sistema de iluminação pública, mas a maior parte das lâmpadas está queimada e não funciona; • contas de energia dos domicílios têm vindo muito altas, tanto no Distrito quanto nas comunidades rurais; 	<ul style="list-style-type: none"> • as principais riquezas ambientais relatadas para a região são a água e as matas ; • o esgoto é lançado diretamente nos rios; • rio está poluído, antigamente ele era utilizado pelos moradores para captação de água, mas hoje não pode mais ser utilizado; • recursos hídricos e matas ameaçadas por desmatamentos, gado nas nascentes, plantação de eucalipto nas cabeceiras; • há pratica de caça na região (índice reduzido); • graves problemas com erosões; • cascalho está sendo levado para os rios; • turismo gera lixo nas cachoeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade de identificação de elementos de valor cultural e patrimonial por parte dos moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de organização popular e comprometimento da comunidade dificulta a organização para realizar qualquer tipo de trabalho no Distrito; • falta de apoio institucional para a agricultura familiar; • falta de mercado consumidor, falta de condições de transporte das mercadorias e falta de capacitação para a atividade agrícola; • falta de incentivos e as condições da estrada impedem o escoamento da produção; • há falta de uma associação ativa e efetiva na representação dos interesses e demandas da comunidade do distrito de Pedro Lessa; • há êxodo de pessoas em busca de empregos e por lazer, uma vez que o distrito não oferece opções para crianças, jovens e idosos; • há necessidade de um acompanhamento com relação à alta quantidade de pragas,



Pedro Lessa				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
centro; • há necessidade de linha que faça a integração Rodoviária - Centro e que não cobre passagem novamente; • há falta de pontes para transpor os rios na área rural e a falta de manutenção das estradas, que ficam comprometidas nos períodos de chuva • houve intensificação do trânsito de carros e caminhos na rodovia que corta Pedro Lessa, a partir da chegada da mineradora em Conceição do Mato Dentro, aumentando os acidentes envolvendo pedestres, especialmente por não contar com acostamento; • a escola fica sem professor, de vez em quando, e a falta de comprometimento do médico que atende na UBS é muito grande, visto que este profissional nunca se encontra nos dias e horários de trabalho (atrasos frequentes e falta), além de tratar com falta de	• há falta de drenagem de águas pluviais; • não há coleta de lixo na comunidade de Boa Vista de Lages, de modo que o lixo é queimado; • ocupação irregular de Córrego Fundo; • comunidade de Córrego Fundo e de Boa Vista de Lages faz uso de fossas negras; • habitações precárias a região conhecida como Canto da Venda; • grande índice de casas desocupadas e lotes vagos; • rede de energia elétrica não atende a toda a população, vários moradores usam métodos irregulares; • há necessidade de passeio na BR-259, com iluminação, no trecho que crianças passam para chegar à escola.			principalmente nas laranjeiras.



Pedro Lessa				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<p>respeito os seus pacientes (tanto no distrito, quanto na comunidade de Boa Vista de Lages);</p> <ul style="list-style-type: none">• resíduos de obra são jogados em estradas para consertar buracos;• ônibus escolares estão em péssima condição de conservação;• rota do ônibus escolar não atende toda a população, de modo que crianças pequenas precisam andar grandes distâncias para chegar ao ponto de ônibus, especialmente nas comunidades de Barro Preto e Baú;• há falta manutenção nas estradas de terra, principalmente na que dá acesso a comunidade de Montoso (impossível quando chove);• há ruas cujo asfaltamento foi iniciado, mas não finalizado e ruas sem iluminação pública;• os mata-burros estão em más condições;				



Pedro Lessa				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none">• há necessidade de duplicação ou criação de acostamento na BR-259, pois o tráfego na via já causou mortes• falta atenção do poder público na região.				



Sede				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none"> • há poucos os espaços para encontro e lazer; • novos loteamentos que estão sendo construídos não contam com áreas de lazer; • a Praça Israel Pinheiro passou por uma reforma e parte da sua área foi perdida para virar área de estacionamento de veículos; • lagoa aos fundos do Bairro Cidade Nova era utilizada como local de encontro, mas hoje está sem uso; • há falta de calçadas no distrito, o que compromete a circulação de pedestres; • há necessidade de colocação de lixeiras nas ruas; • houve aumento do fluxo de veículos de carga na rodovia MG10, dificultando a vida da população rural e gerando poeira para os moradores dos arredores da rodovia; • há necessidade de limpeza da cidade; • há necessidade de melhora no trânsito da Rua do Gambá; 	<ul style="list-style-type: none"> • a maior parte das pessoas não possui documentação do lote, com exceção da área mais antiga da cidade; • há presença de muitos lotes vagos em áreas consolidadas, que estão sofrendo especulação imobiliária; • há falta de infraestrutura urbana e más condições de moradia nos bairros Santo Antônio, o Morro de Areia, Nova Vista, Bicentenário, Vigário e Bairro Páscoa • topografia íngreme dificulta moradias de qualidade; • há falta no abastecimento de água em algumas regiões do distrito e alto custo da conta; • há necessidade de conscientização da população quanto ao descarte adequado de lixo; • nem todo o volume de esgoto recebe tratamento em ETE; • há presença de resíduos sólidos lançados na tubulação de esgoto; • 80% dos imóveis do 	<ul style="list-style-type: none"> • a água foi referida como a principal riqueza ambiental do Serro, estando ameaçada pelo desmatamento e mineração; • há desmatamento causado pela pecuária; • plantio de eucalipto em topos de morro seca as nascentes; • há necessidade preservar os recursos hídricos, pois a água está diminuindo; • há sinais de erosão do solo; • há atividades clandestinas de exploração de areia de rios e eventuais retiradas de pedras, incluindo a pedra-sabão; • falta ajuda aos proprietários rurais para preservar os mananciais; • IEF é prejudicial aos trabalhos de coleta de flores; • políticas de preservação de cabeceiras estão paradas e o governo não faz nada; • degradação do solo por falta de diversidade na produção rural; • existem poucas ações para 	<ul style="list-style-type: none"> • há falta de definição de um perímetro para atuação do IPHAN, que acaba legislando sobre todo o território da Sede Municipal, dificultando a expansão da cidade e adensamento; • moradores não veem aplicação do Fundo Municipal de Cultura; • parte das edificações está ruindo, sendo necessário preservar; • há um grave problema na gestão do patrimônio cultural local; • não há apoio na preservação do patrimônio construído por parte do poder público; • há falta de equipamentos de disseminação da cultura, como teatro e cinema. 	<ul style="list-style-type: none"> • há necessidade de melhorar o comércio e serviços para receber os turistas; • falta propaganda das lojas de artesanato; • feira para comercialização dos produtos não existe mais; • unidades de conservação têm impactos negativos na atividade que depende da colheita de sempre vivas; • há necessidade de revalorização e recuperação das quitandas, que são tradicionais, mas se encontram em baixa atividade; • dificuldade em transporte dos produtos provenientes da agricultura familiar, que dependem do PNAE; • falta de capacitação dos produtores rurais para utilizar os equipamentos oferecidos (como trator), falta de cursos nesse sentido; • há êxodo de pessoas buscando emprego e estudo superior em outras localidades; • há dificuldade em realizar feiras;



Sede				
Espacialização da Cidade e Mobilidade	Habitação e Infraestrutura	Meio Ambiente	Cultura e Patrimônio	Atividades Econômicas e Rurais
<ul style="list-style-type: none"> • praças existentes são inadequadas, com falta de árvores e iluminação; • moradores consideram pequeno o desmembramento de lotes a partir de 125m² em declive, utilizado pela Prefeitura a partir da lei federal; • no Bairro Cidade Nova II, é necessária a compra de dois lotes de 5m de fachada para que seja possível construir seguindo as leis de afastamento. 	<p>Município de Serro são irregulares;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairro São Geraldo ainda não possui infraestrutura completa; • bairro Bicentenário concentra áreas de risco geológico-geotécnico; • não há programas de construção de habitação de interesse social, nem qualquer interferência do poder público na questão da moradia; • apenas 10% da Sede conta com redes de drenagem de águas pluviais; • topografia acidentada da cidade gera enxurradas muito fortes, degradando a pavimentação das ruas; • já houve deslizamento de terra nos bairros Morro do Vento, Bicentenário e Vigário; e eventuais inundações em algumas casas do Bairro Praia. 	<p>preservar o patrimônio ambiental, sendo que algumas dessas ações chegam a prejudicar os trabalhos desenvolvidos pelas comunidades.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • há falta de interesse dos produtores em vender seus produtos fora de suas residências; • diminuição da produção de produtos tradicionais, tendo em vista a compra de fazendas por pessoas de fora; • algumas associações apresentam problemas de gestão, que estão refletidos na dificuldade de manutenção de máquinas e instrumentos de trabalho em campo.



Comunidades Quilombolas	
Baú	Ausente
<ul style="list-style-type: none">• ônibus escolar em condições precárias;• ponto de ônibus que vai à Sede Municipal fica longe da comunidade, sendo necessárias 3 horas de caminhada;• há necessidade de atendimento com dentista;• há necessidade de atendimento médico na comunidade, pelo menos, uma vez por mês;• jovens estão deixando a comunidade por falta de emprego;• veem a mineração como negativa e não querem sua prática na região, pois causa impactos culturais e na água, além de “tirar o sossego” dos moradores;• há uso de fossas negras;• em períodos de seca, a quantidade de água diminui, pois o acesso se dá pela nascente;• esgoto do Distrito de Pedro Lessa é jogado em rio que é utilizado pelos moradores de Baú para tomar banho, lavar roupa e realizar atividades de lazer;• há queima de lixo;• há necessidade de manutenção das estradas;• há necessidade de melhoria nas habitações;• há de necessidade de construção de uma ponte de transposição do Ribeirão Acaba Saco de acesso a comunidade;• há necessidade de ajuda para a construção da igreja;• há de necessidade de projetos públicos e apoio financeiro para acesso a matéria prima para realização de artesanato, por exemplo, o bordado;• há necessidade de uma política voltada para o esporte e lazer;• há necessidade de reformar o campo de futebol, que se encontra em condições precárias;	<ul style="list-style-type: none">• dificuldade de acesso a água, pois as nascentes estão secando;• há necessidade de construção de um poço artesiano e uma estação elevatória;• o rio que passa pela comunidade está sendo usado pelas criações de gado de fazendas do entorno;• há uso de fossas negras;• águas cinzas são despejadas nos quintais;• não são todas as famílias que têm acesso a energia elétrica e que o gerador não é suficiente;• poste de luz da igreja e da escola não funciona;• há queima de lixo;• há necessidade de melhoria nas habitações;• há necessidade de serem construídas pontes para transposição dos rios;• há necessidade de melhorar a ponte existente;• há necessidade de manutenção das estradas;• há necessidade de finalizar a execução da estrada de ligação ao Distrito de Pedro Lessa;• falta trabalho e não há plantio comunitário;• há dificuldade de transporte de alimento para acessar o PNAE;• não há local para venda de artesanato;• há necessidade de manutenção do campo de futebol;• há necessidade de construção de uma Academia da Cidade;• há necessidade de melhoria na igreja;• há necessidade de melhoria na escola, além de fechar a rua que passa em frente à escola e melhorar na alimentação escolar, que não é adequada;• não há telecentro com internet na comunidade.



3 PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

3.1 Macrozoneamento e Zoneamento

Tendo as Unidades de Paisagem apontadas no diagnóstico de Revisão do Plano Diretor como indicadoras de territórios que apresentam similaridades de paisagem, topográficas e de solos, assim como dos usos antrópicos predominantes, tem-se nestas unidades a base da definição do macrozoneamento do Município de Serro.

Sobrepoem-se a este critério de homogeneidade fisionômica para a delimitação das zonas na escala municipal, o recorte das bacias hidrográficas de contribuição para abastecimento público das áreas urbanas, sendo estas definidas como Zona de Manancial Hídrico, e nesta importância consideradas como territórios imprescindíveis à segurança hídrica das atuais e futuras gerações do Serro.

Da mesma forma, se sobrepondo às feições homogêneas da paisagem, são destacadas as Unidades de Conservação Estaduais de proteção integral existentes no município (Parque E. do Pico do Itambé e Monumento E. da Várzea do Lajeado e Serra do Raio), pelo fato de representarem territórios de gestão atribuída ao IEF, tendo o município pouca ingerência sobre eles. Como no território abrangido pela APA a gestão é sobreposta, ela não é definida como uma zona a parte, mas todas as ações governamentais devem ser desenvolvidas em parceria.

Tendo como premissa que cada macrozona possui ao menos uma particularidade que a caracteriza, as quais demandam cuidados e ações específicos, salienta-se que entre elas existem também similaridades, decorrendo que muitas diretrizes e normas indicadas se estendem por mais de uma das macrozonas.

Desta forma, foram definidas sete macrozonas e as principais diretrizes e programas propostos, bem como, as principais normas para ocupação do solo para cada uma delas.

No que se refere às Macrozonas Urbanas, a divisão destas regiões em áreas homogêneas conforme apresentado no início desse documento – que considerou a ocupação, o potencial



de adensamento ou expansão, as situações onde há ausência ou deficiência de infraestrutura, precariedade ou saturação da articulação viária, as condições topográficas ou geológicas desfavoráveis, bem como áreas de interferência sobre o patrimônio cultural ou natural– subsidiou a demarcação de sete zonas com diretrizes e parâmetros de ocupação do solo específicos, bem como instrumentos urbanísticos a serem utilizados em cada uma delas.

3.1.1 Macrozona Serra do Espinhaço (MMZSE):

Esta macrozona ocupa grande parte da porção Oeste do Município, sendo constituída pelas serras predominantemente quartzíticas e seus ambientes associados, representados pelos planaltos, lajeados, brejos, grotas e encostas sobre colúvios, ocupando cotas altimétricas superiores a 1.000 m, até o máximo de 2.060 m no Pico do Itambé.



Figura 1-Pico do Itambé, destacando os afloramentos rochosos, encostas florestadas e pastagens em sua base

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 2 - Planaltos ocupados por campos gramíneos, entre Milho Verde e Capivari.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017



Figura 3 - Região do Lajeado, próximo a Milho Verde constituída por diversas formas campestres.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 4 - Vegetação rupestre em sua diversidade, variando entre Campos rupestres, campos cerrados e florestas montanas.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.

A MZSE abrange as cabeceiras do Rio Jequitinhonha e do Ribeirão Soberbo e envolve os Distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Três Barras, além das localidades de Capivari e Boa Vista de Lages. Além destas áreas urbanizadas, parte do território quilombola das comunidades de Baú, Ausente, Mata dos Crioulos, Vila Nova e Fazenda Santa Cruz estão localizados nesta região.

As tipologias vegetais predominantes são os campos rupestres, campos gramíneos e cerrados, havendo florestas em grotas, poucas pastagens plantadas e pequenas áreas de agricultura familiar, em geral, situadas às margens de cursos d'água.

A rede fluvial nesta região é extensa, e seu fluxo sobre afloramentos rochosos formam diversas cachoeiras, as quais, em conjunto com a paisagem extensa e delineada pelo perfil das serras representam relevantes atrativos turísticos na região.

Utilizando-se da extensa disponibilidade hídrica, populações humanas se distribuem nos vales das diversas microbacias que formam a região da Serra Espinhaço no município de Serra. Áreas de plantio se restringem a algumas encostas sobre solos em rampas de colúvios ou nos solos pouco melhores existentes nas margens de cursos d'água e em suas cabeceiras.



Em decorrência da relevância dos atributos ambientais desta região, três Unidades de Conservação (UCs) em escala estadual ocupam quase a totalidade desta região. São elas o Parque Estadual do Pico do Itambé, o Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio e a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual das Águas Vertentes.

Ao mesmo tempo em que a delimitação destes espaços de conservação representa a garantia de proteção dos ambientes naturais constituintes da Serra do Espinhaço no Município de Serro, a restrição ao uso imposto por estas UCs decorre em conflitos com parte da população que tem no extrativismo de plantas ornamentais uma de suas atividades econômicas.

Diretrizes e Programas para MZSE:

- Parceria com IEF para conservação e ampliação das possibilidades econômicas da população desta região.
- Fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), em acordo ao definido pelo Código Florestal Estadual (Lei 20.922/ 2013) que apresenta a agrofloresta como uma das formas de recuperar APP's, regulamentando os diversos plantios atualmente existentes às margens dos cursos d'água na Macrozona Serra do Espinhaço.
- Aprimorar a agricultura familiar.
- Extrativismo sustentável. Fomentar parcerias com o IEF e associação de moradores para normatização do extrativismo de areia, vegetal e do plantio de sempre-vivas
- Valorização de quintais produtivos.
- Aprimoramento das atividades turísticas.
- Apropriação econômica do turismo pela população.
- Incentivo ao ciclismo
- Preservação de cabeceiras de nascentes.
- Promover abastecimento de lençol freático.
- Embaciar drenagens de estradas e cascalheiras de forma a promover a infiltração da água pluvial.



- Implementação da política de Gestão de Resíduos Sólidos incluindo coleta seletiva, redução da geração de resíduos e educação ambiental.
- Reduzir ocorrência de incêndios.
- Qualquer ação e atividade deverá garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais das Comunidades Quilombolas de Baú, Ausente, Fazenda Santa Cruz, Vila Nova e Mata dos Crioulos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Normas para Ocupação para MZSE:

1. Empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente de baixo impacto, enquadrados como Classe 1, de acordo com Deliberação Normativa COPAM n.º 74 de 09/09/2004, serão permitidos na Macrozona Serra do Espinhaço desde que atendam à totalidade das seguintes normas:
 - a. Estejam de acordo com normas estabelecidas para a APA Águas Vertentes e para as Zonas de Amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé e do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio, quando inseridas nos limites destes territórios (Mapa 4 – Unidades de Conservação no Município de Serra).
 - b. Estejam de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração indicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2017), dentre eles garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos e que as suas operações não desloquem usuários locais ou poluam o abastecimento hídrico.
 - c. Não se situem a montante ou próximo de nascentes do rio Jequitinhonha ou de seus afluentes, conforme estabelecida preservação pelo Decreto Municipal 349 de 1987.
 - d. Em caso de proximidade com as Comunidades Quilombolas será exigido:
 - Consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas,



sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

- realizar estudos, em colaboração com os povos interessados, para avaliar o impacto social, cultural e ambiental das atividades de desenvolvimento planejadas sobre eles. Os resultados desses estudos deverão ser considerados critérios fundamentais para a implementação dessas atividades;
- reservar o meio ambiente nos territórios habitados por eles;
- respeitar sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

- e. Não interfiram fisicamente, paisagisticamente ou ambientalmente no Patrimônio Natural das Serras, Cachoeiras e Poços indicado neste Plano Diretor.
- f. Não interfiram nas visadas do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado pelo IPHAN no município.

2. Empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente enquadradas nas Classes 2 a 6 por Deliberação Normativa COPAM n.º 74, de 09/09/2004 não serão permitidos na Macrozona Serra do Espinhaço. Dentre os empreendimentos considerados neste intervalo de classe estão atividades de mineração, indústrias, médios e grandes equipamentos de infraestrutura, de serviços e comércios, assim como, abertura de estradas e rodovias e atividades agroindustriais que alterem o atual uso do solo.

3. Na Macrozona Serra do Espinhaço será permitida atividade extrativista de areia realizada na escala individual destinada à demanda construtiva local. Extratores de areia deverão ser cadastrados sem qualquer ônus a estes e, caso o local de extração insira-se na APA Águas Vertentes ou na Macrozona de Amortecimento do Parque Itambé ou do Monumento Várzea do Lajeado e Serra do Raio (Mapa 4 – Unidades de Conservação no Município de Serro), a gerência da UC deverá participar do cadastramento e normas.

4. O sistema de drenagem de todas as estradas e vias que cortam esta Macrozona deve ser concebido para promover a infiltração da água pluvial ao invés de formar canais que a escoam para fora do sistema em enxurradas de grande volume e velocidade.



5. É permitida a implantação de empreendimentos do tipo sítios de recreio de caráter unifamiliar na Zona Rural, respeitada a fração mínima de parcelamento de 30.000m² (trinta mil metros quadrados), desde que aprovado pelo INCRA e que não resultem em impacto negativo aos mananciais. Nestes empreendimentos onde será aplicado coeficiente de aproveitamento 0,2.

3.1.2 Macrozona Terras Baixas do Espinhaço (MZTBE):

Constitui-se dos terrenos aplainados da porção média e baixa da bacia do rio Jequitinhonha no Município de Serro, incluindo as porções mais baixas das microbacias do ribeirão Acaba Saco, dos córregos do Piolho e Lambari e a porção média do ribeirão Soberbo, em altitudes variando entre 800 m a pouco mais de 1.000m.

Há presença de solos pouco mais férteis que no restante da Serra do Espinhaço, havendo, por este motivo, pastagens, diversas moradias e pequenas roças, estas últimas associadas ao consumo próprio e ao comércio de pequena escala.



Figura 5- Vale do córrego do Piolho afluente do Jequitinhonha na região do Acaba Saco.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 6 - Pastagens na proximidade do rio Jequitinhonha na região da Barra da Cega.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 7 - Ocupações próximas ao rio Jequitinhonha com pasto e lavouras na região do Ausente.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 8 - Lavoura de milho e cana na região do Ausente.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.

Populações humanas se espalham por toda esta região de forma dispersa, mas constante.

Nesta MZTBE também se encontra parte do território quilombola das comunidades de Ausente, Baú e Mata dos Crioulos, estando estas associadas, predominantemente, aos terrenos aplainados próximos ao rio Jequitinhonha.

A vegetação natural se caracteriza pela presença de florestas nas porções mais baixas e de cerrados nas encostas e morros. Grande parte desta Macrozona é ocupada por pastagem, sendo comum nas proximidades das moradias a presença de quintais florestados, misturando hortaliças, pomares e árvores nativas.

Diretrizes e Programas para MZTBE:

- Fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), em acordo ao definido pelo Código Florestal Estadual (Lei 20.922/ 2013) que apresenta a agrofloresta como uma das formas de recuperar APP's, regulamentando os diversos plantios atualmente existentes às margens do rio Jequitinhonha e de seus afluentes.
- Aprimorar a agricultura familiar.
- Qualificar a pecuária
- Valorização de Quintais produtivos.
- Desenvolvimento das atividades turísticas.



- Implementação da política de Gestão de Resíduos Sólidos incluindo coleta seletiva, redução da geração de resíduos e educação ambiental.
- Apropriação econômica do turismo pela população.
- Preservação de cabeceiras de nascentes.
- Embaciar drenagens de estradas e cascalheiras de forma a promover a infiltração da água pluvial.
- Reduzir ocorrência de incêndios.
- Garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais das Comunidades Quilombolas de Baú, Ausente, e Mata dos Crioulos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Normas para Ocupação da MZTBE

1. Empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente de baixo impacto, enquadrados como Classe 1, de acordo com Deliberação Normativa COPAM n.º 74 de 09/09/2004, serão permitidos na Macrozona Terra Baixa do Espinhaço desde que atendam à totalidade das seguintes normas:
 - a. Estejam de acordo com normas estabelecidas para a APA Águas Vertentes e para as Zonas de Amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé e do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio quando inseridos nos limites destes territórios (Mapa 4 – Unidades de Conservação no Município de Serro).
 - b. Estejam de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração indicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2017), dentre eles garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos e que as suas operações não desloquem usuários locais ou poluam o abastecimento hídrico.
 - c. Não se situem a montante ou próximo de nascentes de afluentes do rio Jequitinhonha, conforme estabelecida preservação pelo Decreto Municipal 349 de 1987.
 - d. Em caso de sobrepor território quilombola deverá ter anuência da associação local.



- e. Não interfiram fisicamente, paisagisticamente ou ambientalmente no Patrimônio Natural das Serras, Cachoeiras e Poços indicado neste Plano Diretor.
- f. Não interfiram nas visadas do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado pelo IPHAN no município.

2. Empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente enquadradas nas Classes 2 a 6 por Deliberação Normativa COPAM n.º 74, de 09/09/2004 não serão permitidos na Macrozona Terras Baixas do Espinhaço. Dentre os empreendimentos considerados neste intervalo de classe estão atividades de mineração, indústrias, médios e grandes equipamentos de infraestrutura, de serviços e comércios, assim como, abertura de estradas e rodovias e agricultura mecanizada.

3. Na Macrozona Terras Baixas da Serra do Espinhaço será permitida atividade extrativista de areia realizada na escala individual destinada à demanda construtiva local. Extratores de areia deverão ser cadastrados sem qualquer ônus a estes e, caso o local de extração insira-se na APA Águas Vertentes ou na Macrozona de Amortecimento do Monumento Várzea do Lajeado e Serra do Raio (Mapa 4 – Unidades de Conservação no Município de Serro), a gerência da UC deverá participar do cadastramento e normas.

4. O sistema de drenagem de todas as estradas e vias que cortam esta Macrozona deve ser concebido para promover a infiltração da água pluvial ao invés de formar canais que escoam para fora do sistema em enxurradas de grande volume e velocidade.

5. É permitida a implantação de empreendimentos do tipo sítios de recreio de caráter unifamiliar na Zona Rural, respeitada a fração mínima de parcelamento de 30.000m² (trinta mil metros quadrados), desde que aprovado pelo INCRA e que não resultem em impacto negativo aos mananciais. Nestes empreendimentos onde será aplicado coeficiente de aproveitamento 0,2.



3.1.3 Macrozona Montanhosa (MZMO):

A macrozona Montanhosa esta presente na porção central do Município de Serro, bordejando a Serra do Espinhaço pela face Leste, entre as altitudes de 800 a 1.300 m, e na porção Leste do Município em alinhamento montanhoso entre 800 e 900 m, apresentando declividade predominante entre 45 e 75 %.

O embasamento geológico é variado, havendo o quartzítico típico da Serra do Espinhaço e intrusões variadas formadas por outras tipologias de rochas, como as graníticas, hematíticas (ferro), xistosas e areníticas.

Em meio ao predomínio montanhoso, pequenas áreas planas ocorrem nos fundos de vales dos cursos d'água e micro-relevos de aspectos ondulados são comuns nos topos das montanhas. Nestes locais mais planos, o uso e a feição se assemelham mais às características apontadas para a Macrozona Relevo Ondulado e MZTBE, mas, por situarem em meio às montanhas, são incluídas na Macrozona Montanhosa.

A topografia é predominantemente acentuada e a ocorrência de diversos fragmentos florestais próximos às pastagens e a afloramentos rochosos de distintas feições, caracterizam esta Macrozona. No perfil do relevo destacam-se morros arredondados de origem granítico-gneisse e escarpas associadas aos itabiritos, filitos e arenitos.



Figura 9 - Relevo montanhoso na região do Motoso. Ao fundo Pedra Redonda e Pedra Lisa, afloramentos em meio à MZRM.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 10 - Relevo montanhoso na região do Condado. Ao fundo Serra do Arrependido situado na MZSE.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 11 - Serra do Condado na bacia do rio do Peixe.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 12 - Região da Pedra Lisa com importantes remanescentes florestais e plantio de cana em primeiro plano.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.

Em geral, os solos são férteis e são comuns lavouras e pastagens em meio a fragmentos nativos remanescentes. Em sua maioria, o cultivo se dá na escala da agricultura familiar, mas inclui exceções representadas por algumas propriedades de maior extensão e intensificação produtiva, como plantios comerciais de café, uva e eucalipto.

A criação de gado leiteiro ocorre em diversas propriedades, muitas compostas por pequenas queijarias, assim como alambiques e fornos para rapaduras, doces e quitandas, diversificando a produção rural. A variedade de produtos rurais originados da Macrozona Montanhosa é a maior dentre as Macrozonas do município.

Os Distritos de Pedro Lessa, Mato Grosso e a Sede Municipal inserem-se na MZMO, assim como as localidades de Pedra Redonda e Motoso. Nesta região também se encontra parte do território quilombola da Comunidade de Queimadas.

Diretrizes e Programas para MZMO:

- Fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), em acordo ao definido pelo Código Florestal Estadual (Lei 20.922/ 2013) que apresenta a agrofloresta como uma das formas de recuperar APP's, regulamentando os diversos plantios atualmente existentes às margens dos cursos d'água na Macrozona Montanhosa.



- Aprimorar a agricultura familiar.
- Valorização de Quintais produtivos.
- Desenvolvimento das atividades turísticas.
- Apropriação econômica do turismo pela população.
- Preservação de cabeceiras de nascentes.
- Promover abastecimento de lençol freático.
- Embaciar drenagens de estradas e cascalheiras de forma a promover a infiltração da água pluvial.
- Reduzir ocorrência de incêndios.
- Agregar qualidade ambiental à pecuária.
- Padronização da qualidade do queijo do Serro.
- Garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais da Comunidade Quilombola de Queimadas, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Normas para Ocupação da Macrozona Montanhosa:

- 1 Empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente de baixo impacto, enquadrados como Classe 1, de acordo com Deliberação Normativa COPAM n.º 74 de 09/09/2004, serão permitidos na Macrozona Montanhosa desde que atendam à totalidade das seguintes normas:
 - a. Estejam de acordo com normas estabelecidas para a APA Águas Vertentes e para as Macrozonas de Amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé, quando inseridos nos limites destes territórios (Mapa 4 – Unidades de Conservação no Município de Serro), demandando anuência do IEF.
 - b. Estejam de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração indicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2017), dentre eles garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos e que as suas operações não desloquem usuários locais ou poluam o abastecimento hídrico.



- c. Não se situem a montante ou próximo de nascentes de afluentes do rio Jequitinhonha, conforme preservação estabelecida pelo Decreto Municipal 349 de 1987.
- d. Em caso de proximidade com as Comunidades Quilombolas será exigido:
 - Consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
 - realizar estudos, em colaboração com os povos interessados, para avaliar o impacto social, cultural e ambiental das atividades de desenvolvimento planejadas sobre eles. Os resultados desses estudos deverão ser considerados critérios fundamentais para a implementação dessas atividades;
 - reservar o meio ambiente nos territórios habitados por eles;
 - respeitar sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.
- e. Não interfiram paisagisticamente ou ambientalmente nos Patrimônios Naturais das Serras indicados no (Mapa 12 – Patrimônio Municipal no Município de Serro) bem como nas Cachoeiras e Poços do Serro.
- f. Não interfiram nas visadas do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado pelo IPHAN no município.

2. Empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente enquadradas nas Classes 2 a 6 por Deliberação Normativa COPAM n.º 74, de 09/09/2004 não serão permitidos na Macrozona Montanhosa. Dentre os empreendimentos considerados neste intervalo de classe estão atividades de mineração, indústrias, médios e grandes equipamentos de infraestrutura, de serviços e comércios, assim como, abertura de estradas e rodovias e agricultura mecanizada.

3. Na Macrozona Montanhosa será permitida atividade extrativista de areia realizada na escala individual destinada à demanda construtiva local. Extratores de areia deverão ser cadastrados sem qualquer ônus a estes e, caso o local de extração insira-se na APA Águas



Vertentes ou na Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Pico do Itambé a gerência da UC deverá participar do cadastramento e normas.

4. O sistema de drenagem de todas as estradas e vias que cortam esta Macrozona deve ser concebido para promover a infiltração da água pluvial ao invés de formar canais que a escoam para fora do sistema em enxurradas de grande volume e velocidade.

5. É permitida a implantação de empreendimentos do tipo sítios de recreio de caráter unifamiliar na Zona Rural, respeitada a fração mínima de parcelamento de 30.000m² (trinta mil metros quadrados), desde que aprovado pelo INCRA e que não resultem em impacto negativo aos mananciais. Nestes empreendimentos onde será aplicado coeficiente de aproveitamento 0,2.

3.1.4 Macrozona dos Relevos Ondulados (MZRO):

A MZRO predomina na porção Centro-leste do Município, em altitudes entre 650 e 800 m e relevos suaves.

Esta região abriga extensas pastagens entre fragmentos florestais e pequenas culturas, em geral para suporte alimentar à pecuária, como milho, sorgo e capineiras. As pastagens são constituídas em geral pelo capim braquiária e o componente arbóreo varia desde sua ausência até presenças variadas, havendo alguns locais bastante arborizados.



Figura 13- Relevo aplainado ocupado por pastagens e lavoura, próximo à divisa com Santo Antônio do Itambé.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 14 - Pastagens em relevo ondulado na porção centro-leste do município.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 15 - Mosaico de usos sobre relevo ondulado, próximo ao limite com Alvorada de Minas.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 16 - Típica propriedade sobre relevo ondulado, com pastagens e lavouras de subsistência.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.

É esta porção Centro-leste que representa a principal bacia leiteira do Município, concentrando o rebanho bovino e as propriedades rurais de maior extensão. Fragmentos florestais ainda se fazem presentes, mas são poucos e em algumas regiões são escassos, como nas porções médias das bacias do ribeirão do Lucas e do córrego Venâncio.

A densidade de moradores nesta Macrozona é bem menor que nas demais, estando a população humana concentrada nas localidades de Limoeiro, Pedra Redonda, Várzea de Baixo e Ribeirão. Nesta região também se encontra parte do território quilombola da Comunidade de Queimadas.

Diretrizes e Programas para MZRO:

- promover abastecimento de lençol freático
- desenvolvimento das atividades turísticas rurais
- preservação de cabeceiras de nascentes
- reduzir ocorrência de incêndios
- agregar qualidade ambiental à pecuária
- promover a implantação de sistemas silvopastoris.
- Incentivo ao ciclismo
- Implementação da política de Gestão de Resíduos Sólidos incluindo coleta seletiva, redução da geração de resíduos e educação ambiental.



- garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais da Comunidade Quilombola de Queimadas, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Normas para Ocupação da MZRO:

- 1 Empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente, tais como mineração, indústrias, médios e grandes equipamentos de infraestrutura, estruturas de serviços e comércios, assim como, abertura de estradas e rodovias e agricultura mecanizada serão permitidos na Macrozona de Relevos Ondulados desde que atendam à totalidade das seguintes normas:
 - a. Apresentem estudos de impacto de acordo com o exigido pela Deliberação Normativa COPAM n.º 74 de 09/09/2004 para cada Classe de empreendimento.
 - b. Estejam de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração indicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2017), dentre eles garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos e que as suas operações não desloquem usuários locais ou poluam o abastecimento hídrico.
 - c. Obtenham junto ao Codema a emissão de conformidade
 - d. Em caso de sobrepor território quilombola deverá ter anuência da associação local.
 - e. É permitida a implantação de empreendimentos do tipo sítios de recreio de caráter unifamiliar na Zona Rural, respeitada a fração mínima de parcelamento de 30.000m² (trinta mil metros quadrados), desde que aprovado pelo INCRA e que não resultem em impacto negativo aos mananciais. Nestes empreendimentos onde será aplicado coeficiente de aproveitamento 0,2.
4. O sistema de drenagem de todas as estradas e vias que cortam esta Macrozona deve ser concebido para promover a infiltração da água pluvial ao invés de formar canais que a escoam para fora do sistema em enxurradas de grande volume e velocidade.



3.1.5 Macrozona de Manancial Hídrico (MZMH):

Representam os territórios das bacias responsáveis pelo abastecimento de água de áreas urbanizadas ou com maior concentração de população do Município de Serro. Consideraram-se como Zona de Manancial Hídrico as seguintes microbacias hidrográficas, conforme indicado no Mapa 3 – Macrozoneamento do Território Municipal de Serro:

-A bacia hidrográfica do rio do Peixe a montante da captação de água para abastecimento da população da Sede do Município de Serro.

-A bacia do Ribeirão das Pedras a montante da Zona Urbana do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras.

-A bacia do córrego Lajeado a montante de sua passagem sob a estrada de acesso ao Distrito de Milho Verde.

- A bacia do ribeirão dos Porcos a montante do Distrito de Mato Grosso.

- A bacia do córrego Monjolos a montante do Distrito de Pedro Lessa.

-A bacia hidrográfica do córrego Rico a montante de Capivari, assim como a dos afluentes do ribeirão Capivari pela margem esquerda que contribuem para o abastecimento de água da população desta localidade.

Garantir a segurança da atual população e das futuras gerações dos munícipes é a principal razão de delimitação das bacias de recargas dos aquíferos como um território que mereça atenção especial, normatizando o uso do solo e promovendo ações que mantenham e melhorem a qualidade e a quantidade de água produzida.

As rochas quartzíticas predominantes na maior parte da ZMH representam rico aquífero, possuindo feições fraturadas que armazenam e criam elevado gradiente no nível de água entre as estações chuvosas e secas. Já os aquíferos associados às rochas ferríferas da Serra do Condado, inserido na ZMH da sede do Serro, possuem aspecto poroso e, normalmente, mantêm menor variação de nível e volume durante o ano, apresentando grande importância na manutenção da oferta hídrica ao longo do ano.



Diretrizes e Programas para MZMH:

- Promover abastecimento de lençol freático.
- Fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) em acordo ao definido pelo Código Florestal Estadual (Lei 20.922/ 2013) que apresenta a agrofloresta como um das formas de recuperar APP's, regulamentando os diversos plantios atualmente existentes às margens dos cursos d'água na Macrozona dos Mananciais Hídricos.
- Aprimorar a agricultura familiar.
- Valorização de quintais produtivos.
- Desenvolvimento das atividades turísticas.
- Apropriação econômica do turismo pela população.
- Preservação de cabeceiras de nascentes.
- Embaciar drenagens de estradas de forma a promover a infiltração da água pluvial.
- Reabilitar áreas usadas como cascalheiras e impedir seu uso.
- Reduzir ocorrência de incêndios.
- Reduzir gado bovino nas altitudes superiores a 1.000m da APA.
- Proibir extensos plantios de eucaliptos nas cabeceiras e para os já existentes não permitir a renovação após seu corte.

Normas para Ocupação da MZMH:

- 1 Não é permitida atividade de Mineração, assim como indústrias, equipamentos de infraestrutura, de serviços e comércios, abertura de estradas e rodovias e atividades agroindustriais que alterem o atual uso do solo.
- 2 Plantios de eucalipto apenas poderão ocorrer como suporte à propriedade rural em escala inferior a 1.000m².
- 3 Extensos plantios de eucalipto já instalados não poderão ser renovados após colhidos.



- 4 A dessedentação do gado bovino deverá ser feita em bebedouros fora dos cursos d'água.
- 5 É permitida a implantação de empreendimentos do tipo sítios de recreio de caráter unifamiliar na Zona Rural, respeitada a fração mínima de parcelamento de 30.000m² (trinta mil metros quadrados), desde que aprovado pelo INCRA e que não resultem em impacto negativo aos mananciais. Nestes empreendimentos onde será aplicado coeficiente de aproveitamento 0,2.

3.1.6 Macrozona de Mineração (MZMI):

MZMI refere-se ao local onde existe atividade de mineração em escala industrial no município de Serro. Como a Mineração de manganês Conselheiro Mata Ltda situada na porção noroeste do município é a única atividade mineral em funcionamento atualmente no Serro, a MZMI refere-se à delimitação deste empreendimento.

Atividades de extrativismos de areia na escala local e de cascalho para manutenção de estradas não entraram no desenho da MZMI, pois são pontuais e dispersos em quase todo o território municipal, além de resultarem em impactos ambientais e sócias relativamente pequenos.

Também não se considerou a totalidade de Títulos Minerários junto ao DNPM existentes para o município como critério de delimitação da Macrozona de Mineração, pois o conjunto destes cobre quase todo o território do Serro.

Como a efetivação da atividade de mineração destes Títulos Minerários passa não só pelo processo de obtenção de licença de lavra junto ao DNPM, mas também pelo licenciamento ambiental na escala estadual, pela anuência municipal através do CODEMA e por sua viabilidade econômica e social, não há um critério coerente que destaque os Títulos associados às zonas de mineração definidas até 2016 dos demais.

Desta forma, a Macrozona de Mineração aqui proposta restringi-se à área onde esta atividade existe e, caso novos empreendimentos sejam licenciados de acordo com as

normas estabelecidas para cada macrozona do Município, sua área de atuação deverá ser decretada como Macrozona de Mineração para que as devidas regulamentações sejam atendidas.



Figura 17 - Cava da mina de manganês na região do Acaba Mundo.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 18 - Depósito de material estéril da mina de manganês.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.

Normas para MZMI

- 1 Revogar atuais Zonas de Mineração
- 2 Aferir regularidade legal das atividades de Mineração de acordo com o exigido pela Deliberação Normativa COPAM n.º 74 de 09/09/2004 para cada Classe de empreendimento.
- 3 Qualquer atividade de mineração no Município de Serro deverá estar de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração indicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2017), dentre eles garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos e que as suas operações não desloquem usuários locais ou poluam o abastecimento hídrico.
- 4 Qualquer atividade de mineração, já instalada ou a instalar, apenas poderá operar com emissão de conformidade pelo CODEMA.



- 5 Drenagens pluviais de cavas, pilhas, estradas e demais equipamentos associados à atividade mineral deverão ser construídos de forma a formarem bacias que promovam a infiltração da água.

3.1.7 Macrozonas Urbanas (MZU):

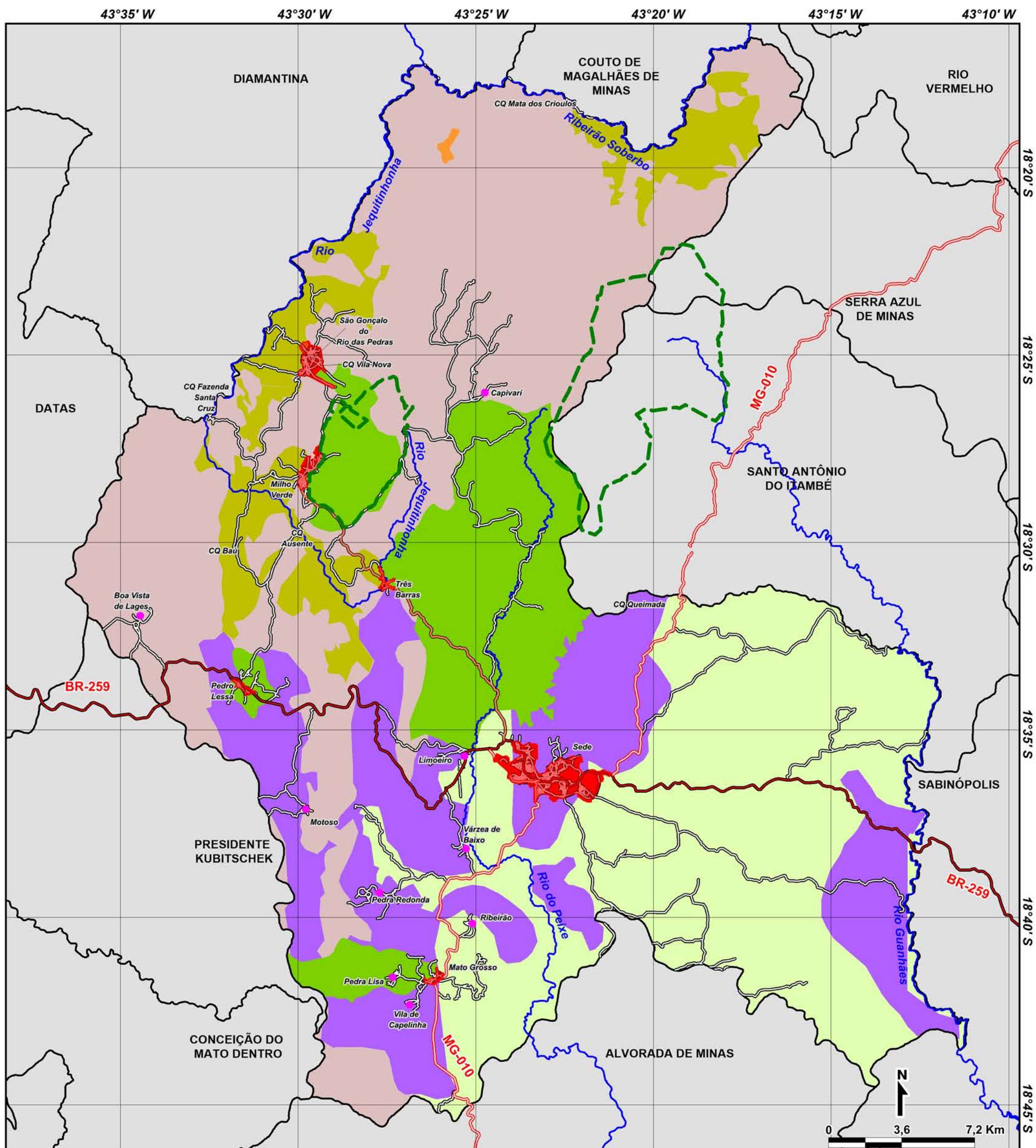
As Macrozonas Urbanas compreendem as áreas do território municipal onde há um modelo urbano de ocupação do território, considerando as características de ocupação e os usos do solo ali presentes. Nessas áreas incidem os instrumentos jurídico-urbanísticos de regulação do solo urbano sendo: São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde, Três Barras, Pedro Lessa, Sede e Mato Grosso.

No que se refere às Normas para Ocupação desta macrozona, dividiu-se essas áreas em sete zonas com diretrizes e parâmetros de ocupação do solo específicos, bem como instrumentos urbanísticos a serem utilizados em cada uma delas. Estas definições serão apresentados no item à seguir.

Apesar disso, alguns parâmetros se aplicam à todas Macrozonas Urbanas:

- Os lotes a serem implantados nas áreas urbanas deverão ter área mínima de 500 m² quando a declividade do terreno estiver entre 30% a 47%. Neste caso, deverão ser respeitadas os parâmetros urbanísticos propostos para a ZAR I.
- Os lotes implantados e não ocupados nas áreas urbanas deverão receber tratamento paisagístico adequado, com arborização de pequeno e médio porte, além de serem mantidos limpos, sem entulho ou qualquer tipo de resíduo sólido.

Macrozoneamento do Território Municipal de Serro – MG



Convenções cartográficas

- Localidade rural
- CQ Comunidade quilombola
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Estrada vicinal/ Arruamento
- Estrada municipal asfaltada
- Rios
- Limite municipal
- [] UC de proteção integral

Macrozoneamento

- Macrozona Serra do Espinhaço - MZSE
- Macrozona Terra Baixa do Espinhaço - MZTBSE
- Macrozona Montanhosa - MZMO
- Macrozona Relevos Ondulados - MZRO
- Macrozona Manancial Hídrico - MZMH
- Macrozona Mineração - MZMI
- Macrozonas Urbanas - MZU



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO – MG



Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE, OpenStreetMap,
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Set 2017

43°10' W





3.1.7.1 Zoneamento das Macrozonas Urbanas

Dentro das Macrozonas Urbanas foram criadas as seguintes zonas: Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), Zona de Grandes Equipamentos (ZGE), Zona de Adensamento Controlado (ZAC), Zona de Proteção Cultural (ZPC), Zona de Adensamento Restrito (ZAR), Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), Zona Especial de Proteção Ambiental (ZPAM), que serão descritas a seguir.

Zona de Adensamento Preferencial (ZAP)

Compreende áreas parceladas ou não parceladas com condições topográficas, ambientais e de infraestrutura básica favoráveis ao adensamento, em que se aplicam critérios de estímulo ao uso diversificado e ocupação para fins urbanos.

Diretrizes:

- estimular usos conviventes diversificados, priorizando os usos comercial, misto, de serviços e institucional;
- proibir usos conflitantes e que gerem impactos urbanos e ambientais;
- promover a melhoria da articulação viária com os demais Bairros.

Parâmetros Urbanísticos para lotes com área mínima de 250 m²:

- Coeficiente de Aproveitamento Básico: 1
- Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 1,4
- Taxa de Ocupação: 70%
- Taxa de Permeabilidade: 20%
- Gabarito: 2



Parâmetros Urbanísticos para lotes com área mínima de 360 m²:

- Coeficiente de Aproveitamento Básico: 1
- Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 1,4
- Taxa de Ocupação: 70%
- Taxa de Permeabilidade: 20%
- Gabarito: 3

*No caso de terrenos em declive, é permitida a construção de subsolo a ser descontado do coeficiente de aproveitamento e do gabarito.

No que se refere aos instrumentos urbanísticos, poderão ser utilizados na ZAP:

I – Transferência do Direito de Construir (receptor)

II - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/ IPTU Progressivo no Tempo

III – Outorga Onerosa do Direito de Construir,

Zona Especial de Grandes Equipamentos (ZGE)

Compreende as áreas urbanas destinadas à instalação de indústrias de pequeno e médio porte, com baixo impacto ambiental, além da implantação de grandes equipamentos de uso coletivo e usos relacionados a atividades de interesse público.

Diretrizes:

- exigir a elaboração do Estudo prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos industriais a serem implantados nesta Zona;
- priorizar a implantação de indústrias que não gerem poluentes ou que, por meio de tecnologias, minimizem ou reciclem seus resíduos e emissões;



- permitir a implantação de comércio e serviços especiais, atividades que pelo ruído ou tráfego gerados, pelos efeitos e características de seu funcionamento ou pelo tipo de produto ou serviço ofertado são incompatíveis com a proximidade de usos residenciais.

Parâmetros Urbanísticos

- Coeficiente de Aproveitamento Básico: 1
- Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 1,4
- Taxa de Ocupação: 70%
- Taxa de Permeabilidade: 20%
- Área Mínima do Lote: 600 m²
- Gabarito: 3

No que se refere aos instrumentos urbanísticos, poderão ser utilizados na ZGE:

I – Transferência do Direito de Construir (receptor)

II - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/ IPTU Progressivo no Tempo

III – Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Zona de Adensamento Controlado (ZAC)

As Zonas de Adensamento Controlado se dividem em ZAC I e ZAC II, sendo a primeira relativa à Sede, Mato Grosso e Pedro Lessa e a segunda relativa à Milho Verde.

Compreende áreas parceladas ou não parceladas, em que se aplicam critérios de controle de ocupação, de forma a garantir a permeabilidade do solo, menor densidade construtiva e onde há necessidade de complementação de infraestrutura.

Diretrizes:



- ampliar a infraestrutura de pavimentação de vias, drenagem de águas e esgotamento sanitário a fim de possibilitar a ocupação das áreas antes desprovidas de infraestrutura básica completa;
- promover a melhoria da articulação viária com outras regiões do Distrito;
- controlar a densidade construtiva por meio dos parâmetros urbanísticos, de forma a não sobrecarregar o sistema viário e a permeabilidade do solo;
- implantar equipamentos públicos de lazer;
- permitir usos conviventes diversificados, priorizando os usos residencial e comercial local;
- proibir usos e atividades conflitantes e que gerem impactos urbanos e ambientais.
- O Bairro Nossa Senhora Aparecida deverá ser Zoneado como ZAP após a complementação de infraestrutura urbana que se encontra deficiente.

Parâmetros Urbanísticos

ZAC I (Sede, Mato Grosso e Pedro Lessa):

- Área Mínima do Lote: 360 m²
- Coeficiente de Aproveitamento Básico: 0,8
- Taxa de Ocupação: 60%
- Taxa de Permeabilidade: 25% arborizado médio e grande porte
- Gabarito: 2

*No caso de terrenos em declive, é permitida a construção de subsolo a ser descontado do coeficiente de aproveitamento e do gabarito.

ZAC II (Milho Verde):

- Área Mínima do Lote 500.
- Coeficiente de Aproveitamento Básico 0,8.
- Taxa de Ocupação 40%.



- Taxa de Permeabilidade 50% arborizado médio e grande porte.
- Gabarito 2

*No caso de terrenos em declive, é permitida a construção de subsolo a ser descontado do coeficiente de aproveitamento e do gabarito.

No que se refere aos instrumentos urbanísticos, poderão ser utilizados na ZAC:

I - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/ IPTU Progressivo no Tempo

II – Transferência do Direito de Construir no caso das (gerador).

Zona de Proteção Cultural (ZPC)

Compreende as áreas do conjunto urbano resultantes da presença de traçado urbanístico tradicional e de tipologias urbanísticas, arquitetônica e paisagística que configuram a imagem tradicional do lugar, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio cultural do município.

Diretrizes

- manter a morfologia urbana, principalmente no que se refere à ocupação, ao arruamento, ao parcelamento do solo, à configuração dos lotes, e à conformação dos espaços públicos;
- manter as tipologias arquitetônicas predominantes, no que diz respeito aos materiais de cobertura, ritmo e proporção de aberturas nas fachadas, cores, gabarito e implantação no lote;
- manter harmonia de volumetria das edificações;
- garantir a visibilidade e ambiência dos monumentos e seu entorno imediato;
- garantir a diversidade e a multiplicidade dos usos;
- proibir a circulação de veículos de carga e ônibus;



- requalificar a estrutura viária respeitando as especificidades do patrimônio histórico.

Parâmetros Urbanísticos:

As Zonas de Proteção Cultural se dividem em ZPC I e ZPC II, sendo a primeira relativa à sede e a segunda relativa à Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras

ZPC I (Sede):

Para definição de como se dará a ocupação na Zona de Proteção Cultural do Distrito Sede foram definidos dois parâmetros específicos, devido à situação particular da região:

-Foi elaborado Mapa com Faixas Edificáveis – apresentado abaixo -, que são os limites máximos permitidos, em metro linear, de projeção da edificação sobre o lote, a partir de sua testada. Estas faixas apresentam largura de 10, 15, 20 ou 25 metros. O restante das áreas deverão permanecer desocupadas, totalmente permeáveis e com presença de vegetação de meio a alto porte.

-Para definição de altura e volumetria, deverá ser feita análise de face de quadra. Trata-se de parâmetro objetivo, definido pela altura da edificação imediatamente vizinha que esteja em situação regular de construção.

Além destes parâmetros, deverá ser respeitado o perfil topográfico e a condição geológica dos terrenos. Será exigida, para implantação de edificações que resultem em aterro ou corte no terreno igual ou maior a 4,00m (quatro metros) de altura, a apresentação de justificativa.

Quanto aos afastamentos, será exigido afastamento lateral mínimo de 1,5 m. As edificações deverão ser construídas no alinhamento frontal do terreno.

Quanto ao Parcelamento do Solo, não serão permitidos parcelamentos, desmembramentos nem remembramentos, exceto quando impliquem ações de requalificação arquitetônica, urbanística, ambiental ou de regularização fundiária.



ZPC II (Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras)

- Coeficiente de Aproveitamento Básico 0,5
- Taxa de Ocupação 50%
- Taxa de Permeabilidade 45% arborizado médio e grande porte
- Gabarito 1
- Lote mínimo: 420m²

Não serão permitidos novos parcelamentos. Os desmembramentos nestas ZPC deverão seguir os parâmetros acima.

No que se refere aos instrumentos urbanísticos, poderão ser utilizados nas ZEIS:

I – Transferência do Direito de Construir (gerador)

II - IPTU Reduzido



Zona de Adensamento Restrito (ZAR)

As Zonas de Adensamento Restrito se dividem em ZAR I, ZAR II e ZAR III, sendo à primeira relativa à Sede, Três Barras e São Gonçalo do Rio das Pedras e Mato Grosso; a segunda relativa à Sede; e a terceira relativa à Milho Verde.

Compreende áreas parceladas ou não parceladas, em que se aplicam critérios de controle de ocupação de forma a garantir a permeabilidade do solo, menor densidade construtiva e preservação de visadas de bem cultural e natural.

Diretrizes:

- garantir a preservação do entorno imediato das áreas de interesse cultural e ambiental;
- no Distrito Sede, manter a continuidade do traçado urbano orgânico já existente e a forma de ocupação;
- no Distrito de Milho Verde, garantir a visibilidade para a Serra do Raio, Serra da Canina e Serra da Boa Vista;
- promover a melhoria da articulação viária com outras regiões do Distrito;
- ampliar a infraestrutura de pavimentação de vias com pavimentação permeável, tais como intertravados ou poliedros;
- ampliar a infraestrutura de drenagem de águas e esgotamento sanitário;
- permitir somente o uso residencial e comercial local;
- proibir usos e atividades conflitantes com o uso residencial e que gerem impactos urbanos e ambientais;
- manter a ocupação em baixa densidade.

Parâmetros Urbanísticos

ZAR I (Sede, Três Barras e São Gonçalo do Rio das Pedras): (Discutir sobre reunião técnicos e ART)



- Área Mínima do Lote: 500 m²
- Coeficiente de Aproveitamento Básico 0,6
- Taxa de Ocupação 40%
- Taxa de Permeabilidade 40% médio e grande porte
- Gabarito 2

*No caso de terrenos em declive, é permitida a construção de subsolo a ser descontado do coeficiente de aproveitamento e do gabarito.

**Destaca-se que nas ZAR I que englobam os bairros Praia, Bota-Vira e Páscoa não será permitida a construção de novas edificações a partir da data de aprovação do Plano Diretor. O acréscimo em edificações existentes deverão atender os parâmetros indicados para esta Zona.

ZAR II Sede:

- Área Mínima do Lote: 360
- Coeficiente de Aproveitamento Básico 0,8
- Taxa de Ocupação 50%
- Taxa de Permeabilidade 25% arborizado médio e grande porte
- Gabarito 2

*No caso de terrenos em declive, é permitida a construção de subsolo a ser descontado do coeficiente de aproveitamento e do gabarito.

ZAR III (Milho Verde):

- Área Mínima do Lote 500
- Coeficiente de Aproveitamento Básico 0,4
- Taxa de Ocupação 40%
- Taxa de Permeabilidade 45% arborizado
- Gabarito 1



No que se refere aos instrumentos urbanísticos, poderão ser utilizados nas ZAR:

I – Transferência do Direito de Construir (gerador)

Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):

Compreendem as áreas urbanas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda. Esta zona se divide em duas categorias:

ZEIS I: áreas ocupadas por assentamentos habitacionais com população predominantemente de baixa renda onde haja interesse público em promover a regularização fundiária integrada à recuperação físico-ambiental.

ZEIS II: áreas não edificadas ou subutilizadas nas quais existe interesse público em promover a implantação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social.

São considerados Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS) aqueles destinados ao atendimento da demanda de habitação de interesse social em que há participação do poder público com algum nível de subsídio por meio de programas governamentais municipais, estaduais ou federais.

Os Empreendimentos de Interesse Social podem constituir em:

I- implantação de loteamentos;

II- construção de edificações residenciais unifamiliar pelo Poder Público com até 60,00m² (sessenta metros quadrados);

Diretrizes:



ZEIS I

- integrar à cidade os assentamentos precários de interesse social, promovendo sua regularização fundiária e urbanização, propiciando a recuperação física e ambiental de áreas degradadas, a oferta de equipamentos e espaços públicos;
- evitar a expulsão indireta dos seus moradores, mediante a utilização de instrumentos jurídicos e urbanísticos próprios.

ZEIS II

- favorecer a ampliação do acesso à moradia adequada por parte da população de baixa renda;
- promover a diversidade social no território com ocupação urbana;
- garantir a adequada inserção da habitação de interesse social na cidade.

Parâmetros Urbanísticos

ZEIS I:

- Coeficiente de Aproveitamento Básico 1,5
- Taxa de Ocupação 75%
- Taxa de Permeabilidade 20%
- Gabarito 2

Destaca-se que nas ZEIS I que englobam os bairros Morro Bicentenário, Morro do Vigário, Bota-Vira, Páscoa e Chácara do Coqueiro não será permitida a construção de novas edificações nem o acréscimo em edificações existentes a partir da data de aprovação do Plano Diretor. Para controle das edificações existentes até a presente data, a Regularização Fundiária municipal deverá se iniciar nessas áreas.

Quanto ao Parcelamento do Solo:



Lotes

- área mínima do lote: 60,00m² (sessenta metros quadrados);
- frente mínima: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- área máxima: 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Sistema Viário

Vias veiculares

- largura mínima de caixa em vias de mão-dupla: 7,50m (sete metros e meio);
- largura mínima de caixa em vias de mão-única: 4,50m (quatro metros e meio);
- raio mínimo de retorno em vias sem saída: o suficiente para circulação de veículos de serviço, tais como caminhões de coleta de lixo;
- inclinação máxima: 25% (vinte e cinco por cento).

Vias Mistas

- largura mínima de caixa: 5,00m (cinco metros);
- extensão máxima: 100,00m (cem metros).

Vias de Pedestre

- largura mínima de caixa: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- inclinação máxima de rampa: 15% (quinze por cento);
- extensão máxima: 100,00m (cem metros).

ZEIS II

Não será permitida a implantação de conjunto residencial multifamiliar vertical.



Os lotes destinados ao uso residencial unifamiliar ou ao uso residencial unifamiliar conjugado com uso não residencial deverão observar os seguintes parâmetros:

- área mínima: 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);
- frente mínima: 8,00m (oito metros);
- área máxima: 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Os demais parâmetros urbanísticos deverão seguir as definições da Zona de Adensamento Preferencial (ZAP).

No que se refere aos instrumentos urbanísticos, poderão ser utilizados nas ZEIS:

I - Direito de Preempção;

II - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios/ IPTU Progressivo no Tempo / Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;

III - IPTU Reduzido, no caso das ZEIS 1.

IV – Transferência do Direito de Construir no caso das ZEIS II (receptor).

V – Outorga Onerosa do Direito de Construir, no caso de ZEIS II

Zona Especial de Proteção Ambiental (ZPAM)

Compreende as áreas urbanas com controle de densidade mais rigoroso em que se aplicam critérios e instrumentos de preservação e recuperação ambiental em função das características naturais e paisagísticas e que, sob condições especiais, poderão ser destinadas a usos públicos coletivos não causadores de impactos.

Diretrizes:

- São permitidos somente parcelamentos do tipo chácaras de recreio;
- proteger paisagens naturais de notável beleza cênica;



- recuperar e preservar as Áreas de Preservação Permanente Córrego Quatro Vintens, implantado o Parque Linear projetado para este local até se estendendo até a lagoa da Chácara do Coqueiro;
- promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- promover parcerias para a implantação de equipamentos destinados ao lazer, cultura e turismo compatíveis com a preservação dos recursos naturais.

Parâmetros Urbanísticos

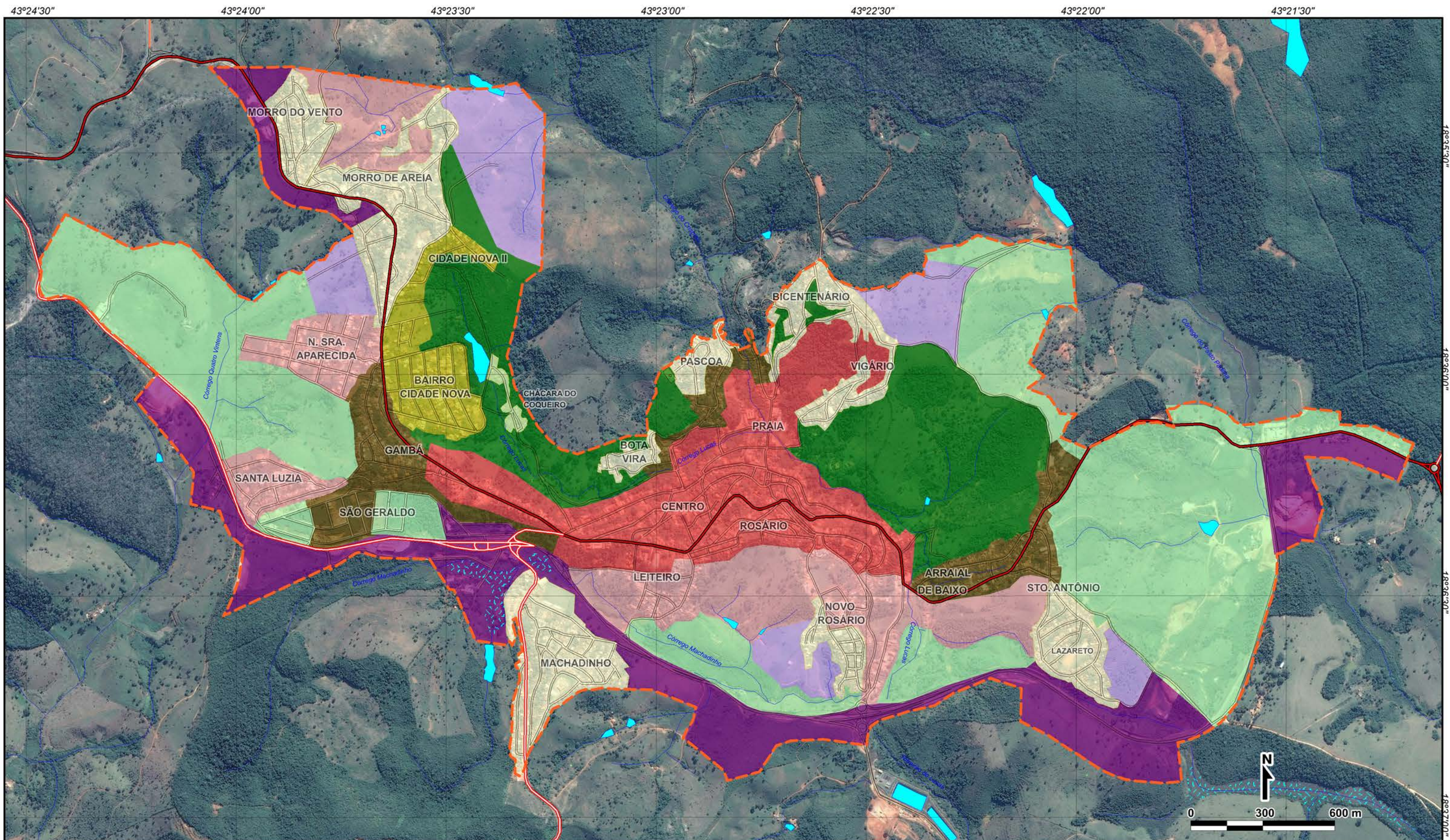
- Coeficiente de Aproveitamento Básico: 0,05
- Taxa de Ocupação: 0,025%
- Taxa de Permeabilidade: 95%
- Área Mínima do Lote: 5.000 m²
- Gabarito: 2

No que se refere aos instrumentos urbanísticos, poderão ser utilizados nas ZPAM

I - Direito de Preempção;

II – Transferência do Direito de Construir (gerador)

Zoneamento do Distrito Sede – Serro – MG



INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS:

	Rodovia Federal		Corpo d'água
	Rodovia Estadual		Brejo
	Estrada vicinal/ Arruamento		Perímetro Urbano
	Hidrografia		

ZONEAMENTO

	ZPC - Zona de Proteção Cultural		ZAR I - Zona de Adensamento Restrito I		ZAP - Zona de Adensamento Preferencial
	ZEIS I - Zona Especial de Interesse Social I		ZAR II - Zona de Adensamento Restrito II		ZGE - Zona Especial de Grandes Equipamentos
	ZEIS II - Zona Especial de Interesse Social II		ZAC I- Zona de Adensamento Controlado I		ZPAM - Zona Especial de Proteção Ambiental



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO – MG



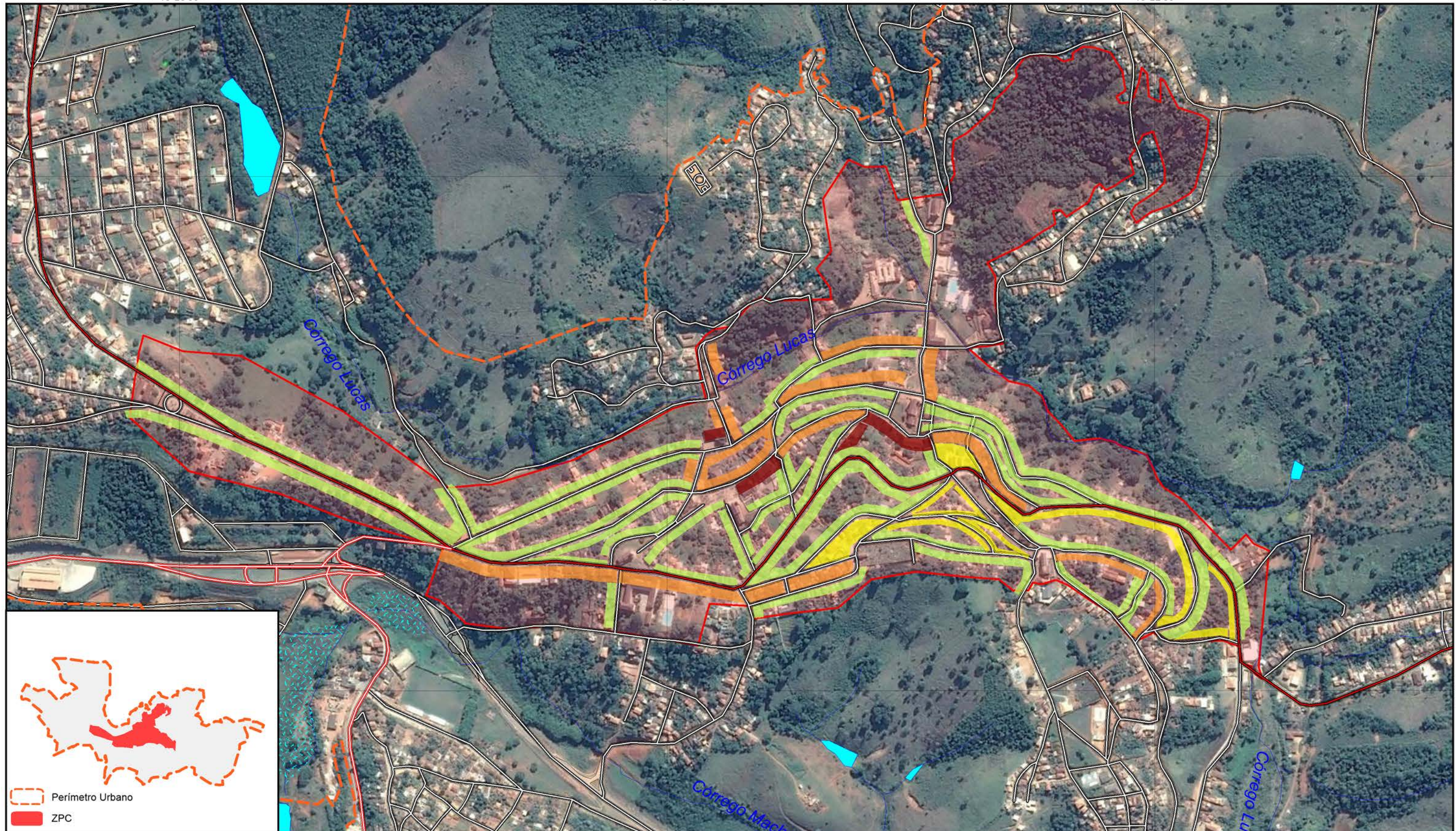
Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE e OpenStreetMap
Imagem de Satélite: Google Earth.
Áreas de risco: CPRM
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Ago 2017

Faixas Edificáveis da Zona de Proteção Cultural do Distrito Sede – Serro – MG

43°23'30"

43°23'00"

43°22'30"

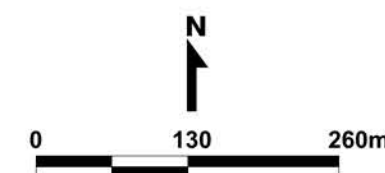


INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS:

- | | | | |
|--|--------------------------------|--|------------------------------------|
| | Rodovia Federal | | Corpo d'água |
| | Rodovia Estadual | | Brejo |
| | Estrada vicinal/
Arruamento | | Perímetro Urbano |
| | Hidrografia | | ZPC - Zona de
Proteção Cultural |

FAIXAS EDIFICAVEIS

- | | |
|--|-----------|
| | 10 metros |
| | 15 metros |
| | 20 metros |
| | 25 metros |



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO – MG



Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE e OpenStreetMap
Imagem de Satélite: Google Earth.
Áreas de risco: CPRM
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Ago 2017

Zoneamento do Distrito de Três Barras – Serro – MG

43° 27' 45" W

43° 27' 30" W


43° 27' 15" W



Convenções cartográficas

-  Hidrografia
-  Estrada vicinal / Arruamento
-  Estrada municipal asfaltada
-  Perímetro Urbano

Zoneamento

-  ZAR I - Zona de Adensamento Restrito I



Zoneamento do Distrito de Milho Verde – Serro – MG

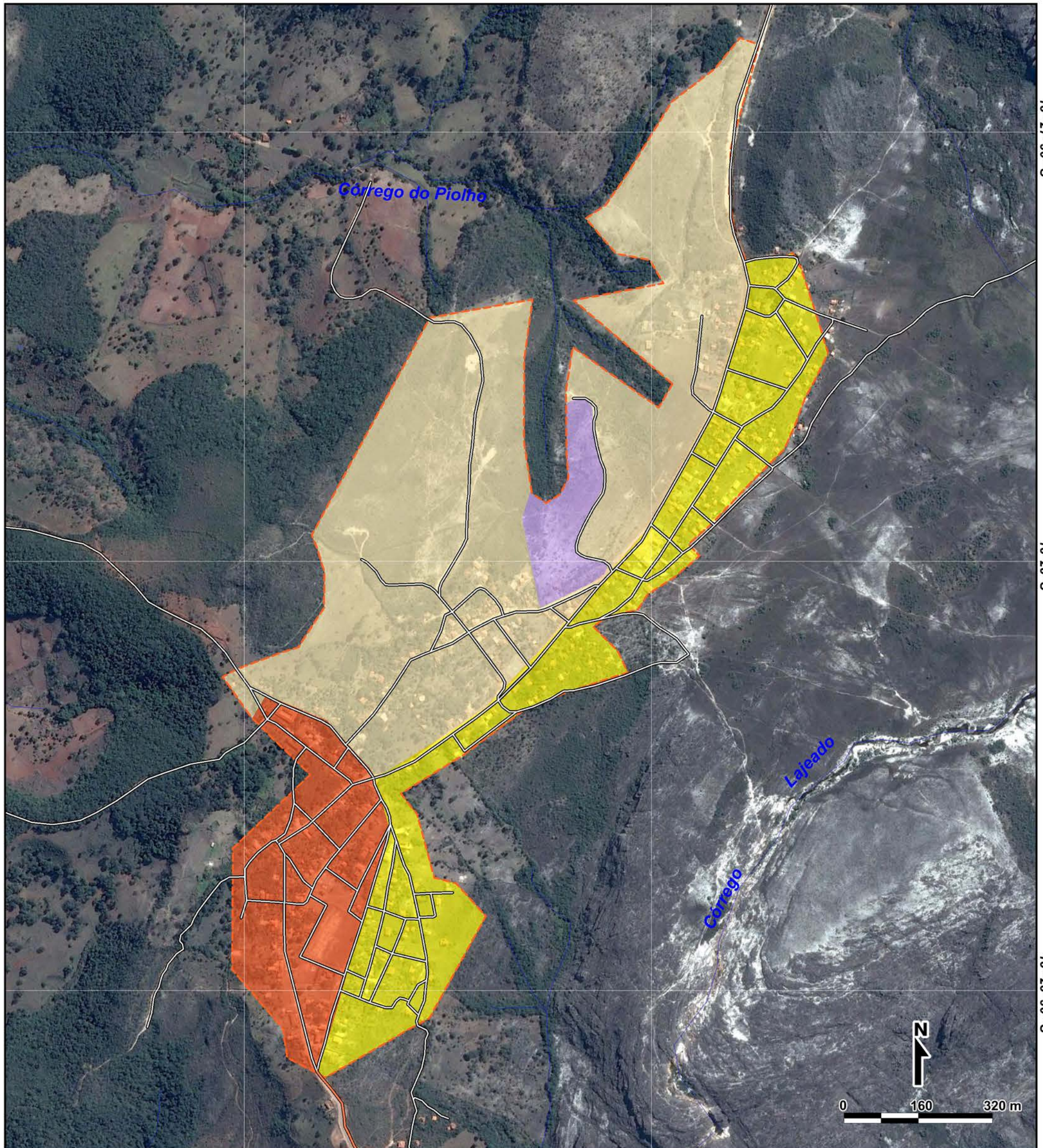
43°30' W

43° 29' 30" W

18° 27' 30" S

18° 28' S

18° 28' 30" S



Convenções cartográficas

-  Hidrografia
-  Estrada vicinal / Arruamento
-  Estrada municipal asfaltada
-  Perímetro Urbano

Zoneamento

-  ZPC II - Zona de Proteção Cultural
-  ZEIS II - Zona Especial de Interesse Social II
-  ZAR III - Zona de Adensamento Restrito III
-  ZAC II - Zona de Adensamento Controlado II



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO – MG



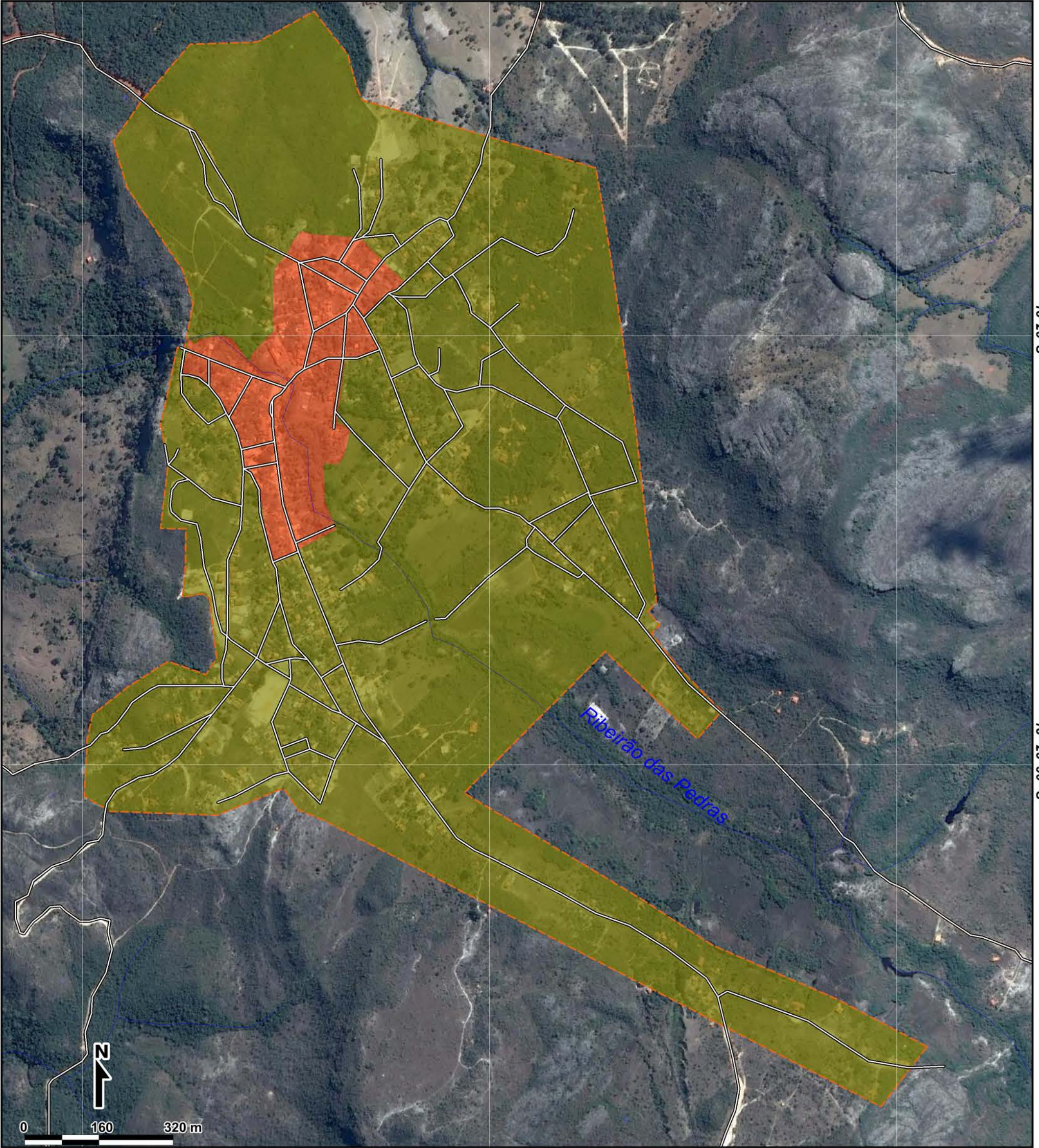
Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE e OpenStreetMap
Imagem de Satélite: Google Earth.
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Set 2017

Zoneamento do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras – Serro – MG



43°30' W

43° 29' 30" W



43° 29' W



Convenções cartográficas

-  Hidrografia
-  Estrada / Arruamento
-  Perímetro Urbano

Zoneamento

-  ZPC II - Zona de Proteção Cultural II
-  ZAR I - Zona de Adensamento Restrito I



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SERRO – MG



Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE e OpenStreetMap
Imagem de Satélite: Google Earth.
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Set 2017

Zoneamento do Distrito de Mato Grosso - Serro - MG

43° 26' 30" W

43° 26' W



Convenções cartográficas

 Hidrografia

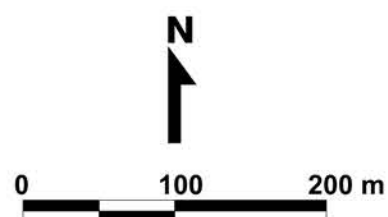
 Estrada / Arruamento

 Rodovia Estadual

 Perímetro Urbano

Zoneamento

 ZAC I - Zona de Adensamento Controlado I



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO - MG



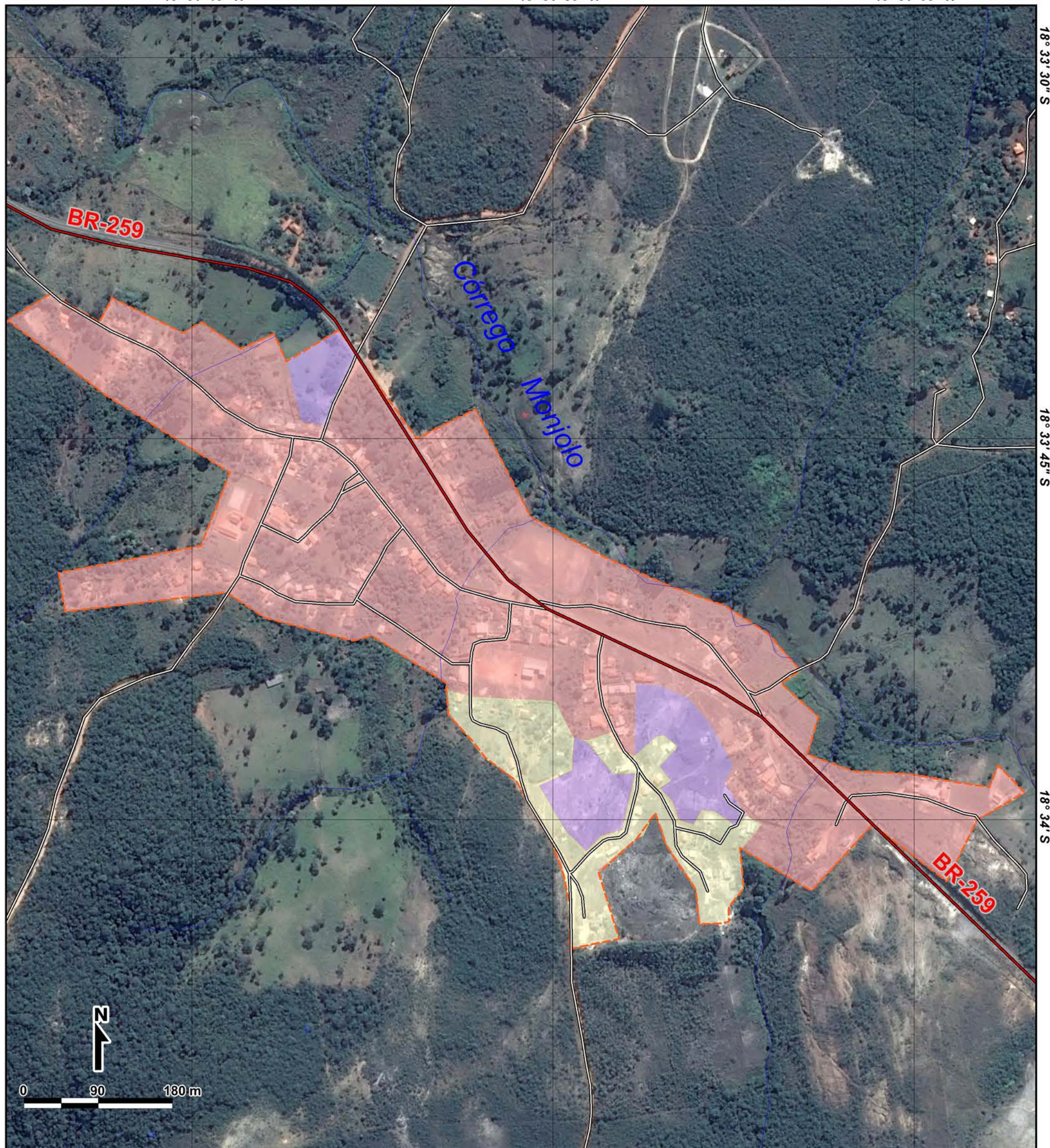
Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE e OpenStreetMap
Imagem de Satélite: Google Earth.
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Set 2017

Zoneamento do Distrito de Pedro Lessa – Serro – MG

43° 31' 45" W

43° 31' 30" W

43° 31' 15" W



Convenções cartográficas

-  Hidrografia
-  Estrada vicinal / Arruamento
-  Rodovia Federal
-  Perímetro Urbano

Zoneamento

-  ZEIS I - Zona Especial de Interesse Social I
-  ZEIS II - Zona Especial de Interesse Social II
-  ZAC I - Zona de Adensamento Controlado I



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO – MG



Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE e OpenStreetMap
Imagem de Satélite: Google Earth.
Projeção: Latitude/Longitude - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Set 2017



3.2 Patrimônios Naturais:

O Patrimônio Natural do Serro é constituído pelo conjunto de Serras que se destacam no perfil da paisagem e pelas cachoeiras e poços de usos pela população local e visitantes, representando referências de identidade espacial e cultural, devendo ser mantidos com suas características originais.

O Patrimônio Natural das Serras é constituído pela porção superior das serras incluindo as nascentes que escoam de suas vertentes, estando destacado em mapa anexo.

As cachoeiras e poços considerados como Patrimônio Natural são todos aqueles utilizados para o lazer da população e visitantes, sendo os mais relevantes destacados em mapa anexo. Como área de proteção associada a este Patrimônio Natural é considerada o entorno de 100 metros dessas cachoeiras e poços, contados a partir da cota máxima de inundação a partir de sua porção montante e jusante, bem como a manutenção da qualidade da água.

Justificativas: Dada a relevância da atividade turística e histórica no Serro, que tem na paisagem natural não só a referência espacial atual e histórica, como também um dos principais motivadores do turismo e valorização ambiental da comunidade local, a manutenção das principais feições geográficas do município representa aspecto de relevância social, cultural e econômica.

Desta forma, as serras, cachoeiras e poços se destacam pela delimitação do perfil da paisagem e pelo atrativo de lazer que representam. Agrega-se ainda a estes elementos a relevância hídrica que a região possui tanto para o abastecimento público como para a qualidade das bacias do rio Jequitinhonha e Doce.

Relação do Patrimônio Natural

Definem-se como Patrimônio Natural do município de Serro as seguintes serras, de acordo com denominações adotadas por IBGE e Mapa em Anexo:

Serras do Itambé, Bicha, Gavião, Carola, Condado, Raio, Ibituruí, Boa Vista, Lapa Pintada, Virgem, Canina e Arrependido e as Pedras Redondas, Lisa e Aguda.



Todas as cachoeiras e poços de uso da população local e de visitantes são considerados como Patrimônio Natural do serro e como tal devem ser conservados.

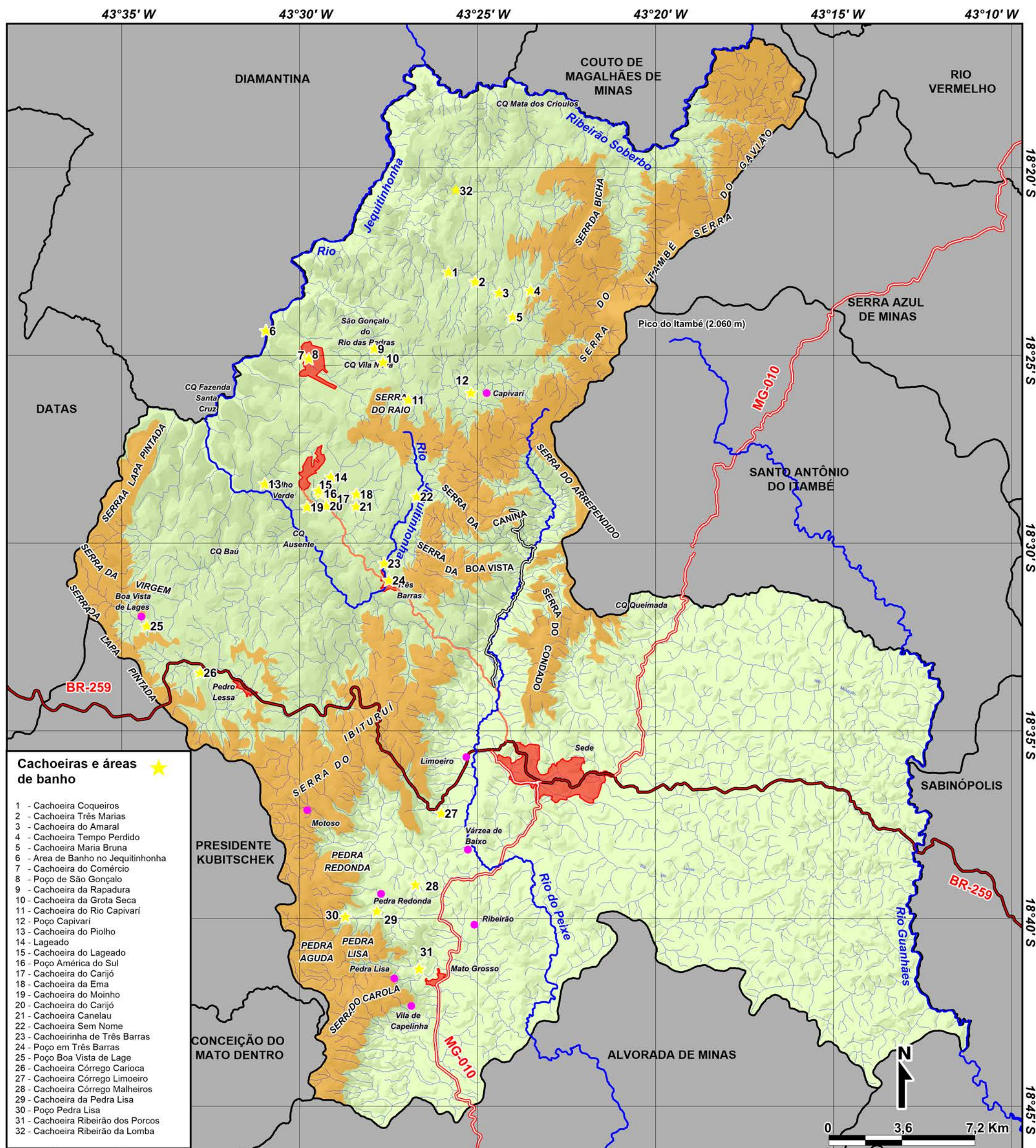
Diretrizes para os Patrimônios Naturais

- Desenvolver projeto de sinalização
- Em conjunto com IEF desenvolver projeto estrutural de turismo natural, avaliando a capacidade suporte dos locais de atrativo, estruturas necessárias e capacitação de guias,
- Desenvolver projeto de educação ambiental voltado à manutenção da qualidade ambiental do Patrimônio Natural do Serro.

Normas para os Patrimônios Naturais

- Proibido atividades de mineração em qualquer dos locais definidos como Patrimônio Natural do Serro, ou que estes estejam inseridos na Área de Influência Direta do empreendimento.
- Nas cachoeiras e poços não é permitido qualquer construção em um raio de 100m, contados a partir da porção montante e jusante de cada um destes locais.
- Para os moinhos já instalados, reformas serão permitidas e incentivadas.
- Obras e construções associadas às atividades rurais de propriedades já instaladas na região inserida nos Patrimônios Naturais das Serras serão permitidas desde que não descaracterizem as feições das serras e a qualidade de suas águas.
- Cachoeiras, Poços e Serras não inseridas nesta relação poderão ser incluídos por solicitação de associações atuantes no município de Serro.

Patrimônio Natural no Município de Serro – MG



Convenções cartográficas

- Localidade rural
- CQ Comunidade quilombola
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Estrada municipal asfaltada
- Rios
- Limite municipal
- Perímetros urbanos

Patrimônio Natural

- Serras
- Cachoeiras e áreas de banho



PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO – MG



Bases Cartográficas: IGTEC, IBGE, OpenStreetMap.
Modelo Digital de Elevação a partir de imagens SRTM.
Projeção: Latitude/Longitud - Datum WGS 1984
Elaboração: Fundação Israel Pinheiro - Jun 2017



3.3 Objetivos Fundamentais

Propostos:

- adequar o sistema de saneamento básico compreendendo os serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de resíduos sólidos e de drenagem urbana;
- garantir a acessibilidade do pedestre aos edifícios, no caminhar pelos passeios e nas travessias;
- promover a manutenção das estradas vicinais anualmente, garantindo o escoamento adequada das águas pluviais e diminuindo os obstáculos;
- construir pontes de transposição dos cursos d'água permitindo o acesso às comunidades com maior concentração populacional;
- promover a regularização urbanística e ambiental das ocupações irregulares das áreas urbanas através de um Plano Municipal de Regularização Fundiária seguido de Planos e Projetos Específicos para cada uma das áreas irregulares;
- requalificar os espaços públicos com equipamentos de lazer e turismo áreas urbanas e nas áreas rurais onde se deseja garantir a permanência do turista;
- desenvolver a política municipal de turismo de forma a qualificar o aproveitamento do potencial turístico do município, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais e a qualidade de vida da população;
- criar mecanismos para impedir a especulação imobiliária e garantir o uso e ocupação dos imóveis urbanos não edificadas ou subutilizadas;
- promover readequações na estrutura administrativa de forma a criar condições favoráveis à gestão territorial do município;
- rever as legislações municipais e criar as que se fizerem necessárias, que influenciem diretamente no desenvolvimento do espaço urbano territorial, no uso, ocupação e parcelamento do solo urbano.
- garantir as condições de pleno funcionamento das instâncias de participação popular existentes e ampliar dos mecanismos de gestão democrática das políticas públicas.



Mantidos do Plano Diretor vigente – Lei Municipal Complementar n° 75/2007:

Abaixo estão os Objetivos Fundamentais que estão definidos no atual Plano Diretor e que serão mantidos neste processo de revisão da Lei, sendo feita alguma alteração na redação:

- promover a qualidade de vida, de modo a assegurar a inclusão e equidade social para os munícipes;
- ordenar e orientar a ocupação e o uso do solo, evitando os processos de parcelamento irregulares;
- priorizar o desenvolvimento urbano em áreas dotadas de infraestrutura, impedindo a ocupação de áreas ambientalmente frágeis e onde as condições geológicas-geotécnicas não sejam adequadas;
- coibir a subutilização ou não utilização de imóveis urbanos e rurais para assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- garantir aos munícipes o acesso à infraestrutura, aos serviços públicos de qualidade e ao desenvolvimento social sustentável
- apoiar medidas destinadas à melhoria das condições de habitabilidade e ao acesso à moradia digna;
- garantir a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- promover a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural do município;
- ampliar e preservar os espaços públicos destinados ao lazer, ao convívio social, à contemplação e à preservação da paisagem;
- fomentar políticas para desenvolvimento de atividades agropecuárias;
- preservar o meio ambiente, fortalecer a gestão ambiental local e estimular a recuperação ambiental de áreas degradadas;
- estabelecer medidas compensatórias e mitigadoras para a implantação de atividades de impacto socioambiental;
- promover parcerias entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- promover a gestão democrática das políticas públicas;



3.4 Diretrizes de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano

- Revisar o Perímetro Urbano da Sede Municipal, do Distrito de Milho Verde e do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras;
- Buscar negociar e mediar conflito existente entre a população de Milho Verde e o IEF no que se refere ao Perímetro do Monumento da Serra do Raio.
- Definir o Perímetro Urbano do Distrito de Três Barras, do Distrito de Pedro Lessa e do Distrito de Mato Grosso;
- Apoiar e prover da infraestrutura necessária o corpo técnico do Poder Executivo Municipal responsável pela regulação e fiscalização urbana e ambiental;
- Implementar rotina e processos de aprovação dos novos parcelamentos e das edificações e fiscalizar o cumprimento dos parâmetros e diretrizes de parcelamento, uso e ocupação do solo;
- Exigir a elaboração de Estudo prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para a concessão de licenças ou autorizações de construção e funcionamento de empreendimentos ou atividades, conforme definido na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), com a finalidade de identificar os efeitos positivos e negativos quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades;
- Implementar processos de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
- Promover a regularização fundiária de interesse social de loteamentos com irregularidades urbanísticas, ambiental e dominial de loteamentos aprovados e também de loteamentos não aprovados;
- Exigir a regularização fundiária de interesse específico;
- Criar mecanismos que impeça a especulação imobiliária, a valorização de terras e lotes urbanos infraestruturados sem uso ou subutilizados.



3.5 Diretrizes das Políticas de Desenvolvimento Municipal

Os quadros que se seguem descrevem os programas e diretrizes que estão sendo propostos para o desenvolvimento territorial do município de Serro/MG, devendo ser incorporados à Minuta de Lei de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Meio Ambiente

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Segurança Hídrica	Preservação de cabeceiras de nascentes	Decretar cabeceiras do conjunto de cursos d'água que abastecem áreas urbanas como Zona de Proteção de Mananciais Hídricos, não permitindo alteração do uso do solo e provendo a recuperação de áreas degradadas.	Conservação Ambiental	As águas que abastecem a população de Serro dependem diretamente da qualidade e preservação das zonas de recargas dos aquíferos, as quais compreendem, de forma geral, todas as porções montantes das nascentes.	imediato
		Proibir extensos plantios de eucaliptos nas cabeceiras e para os já existentes não permitir a renovação após seu corte.	Desenvolvimento da atividade agropecuária	O rápido crescimento dos eucaliptos demanda elevado consumo hídrico das árvores, as quais quando em zona de recarga de aquífero podem comprometer a vazão nas nascentes. Poucas árvores de eucaliptos para abastecimento de moradores não representam impactos significativos que demandem impedimento ao seu plantio, podendo os moradores se	imediato



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				<p>beneficiarem do uso de sua madeira.</p> <p>Como alternativa econômica, poderia se promover o manejo de candeias, que é espécie nativa e adaptada ao ambiente local.</p>	
		<p>Embaciatar áreas de empréstimo de cascalho.</p> <p>Iniciando pelo trevo entre Capivari e Jacutinga.</p>	Integração do Poder Executivo	<p>Diversas áreas em topo de morro foram, e ainda são, utilizadas para retirar cascalho usado nas estradas municipais. Estas áreas encontram-se decapeadas, funcionando como locais de formação de enxurradas e evaporação.</p> <p>Mesmo que haja a perspectiva de retirada de novos volumes de cascalho, a área deverá ser reconformada como uma bacia para que a água pluvial seja ali retida e infiltrada.</p> <p>Em áreas esgotadas deverá ser promovida a revegetação com plantas nativas.</p> <p>Como área prioritária a ser embaciada indica-se o trevo entre Capivari e Jacutinga.</p>	2 anos
		Promover o recebimento de bolsa verde para pequenos produtores inseridos em zona de Proteção de mananciais	Conservação Ambiental		2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	Reduzir gado bovino nas altitudes superiores a 1.000m da APA	Formar parceria com associação de moradores. Formar parceira com IEF para formular ações que promovam a redução do gado bovino e crie alternativas econômicas.	Conservação Ambiental Extrativismo Sustentável	O pisoteio do gado nos campos que predominam nas maiores altitudes causa compactação do solo, o que reduz infiltração da água pluvial e gera impactos sobre a vegetação campestre, incluindo as sempre vivas.	2 anos
	Reduzir ocorrência de incêndios	Integrar sistema de combate e prevenção a incêndios junto ao IEF	Conservação Ambiental	A gestão em parceira do território do Serro é fundamental para o sucesso das ações. O interesse em reduzir incêndios diz respeito não só à conservação biológica no município, mas também à sua segurança hídrica.	1 ano
		Incentivar restauração florestal e sistemas agroflorestais em áreas de samambaias	Desenvolvimento da atividade agropecuária	Grandes áreas cobertas por samambaias são comuns no Município de Serro, caracterizando áreas desmatadas e queimadas e que possuem elevado poder de combustão.	2 anos
	Promover abastecimento de lençol freático	Criar locais embaciados para receber drenagem das estradas, variando entre bacias de 1 a 2 m de diâmetro nas zonas de serra e montanhosas a barraginhas de 5-10m de diâmetro nas baixadas e relevos ondulados.	Controle de enchentes	A variação do nível de água entre o período chuvoso e seco é grande no município de Serro, havendo diversos relatos de falta de água no período seco do ano, enquanto nas chuvas as enxurradas são comuns.	4 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		Uso da biomassa seca de samambaia para reter drenagens pluviais nas zonas de serra e montanhosas.	Controle de enchentes. Reduzir ocorrência de incêndios	Potencializando a sazonalidade natural dos aquíferos fraturados das predominantes rochas quartzíticas do Serro, diversas interferências humanas contribuem para prejudicar a recarga hídrica durante as chuvas e aumentam a perda da água nas secas.	2 anos
		Ampliar o terraceamento de pastagens na zona de relevo ondulado.	Agregar qualidade ambiental à pecuária	Sabe-se que a matéria orgânica derivada da decomposição de plantas possui elevada higroscopia e quando incorporada ao solo contribui na manutenção da umidade. O uso da biomassa seca da samambaia acamada rente ao chão nas pequenas drenagens pluviais das porções montanhas no início do período chuvoso representa a possibilidade de redução das vazões das enxurradas e, ao mesmo tempo, contribui para a redução no risco de incêndio. Grande maioria das drenagens das estradas municipais e das estaduais que cortam o município escoam a água de forma concentrada e volumosa, em detrimento de sua infiltração no solo, contribuindo para a formação de enxurradas e, em alguns casos com enchentes a jusante. O somatório das redes de drenagem acaba por elevar a velocidade de escoamento, promovendo a expulsão da água pela rede hidrográfica com maior rapidez, ao invés de mantê-la por mais tempo no sistema hidrológico local.	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				Diversas propriedades rurais possuem suas pastagens com terraceamento, o que contribui consideravelmente para a redução do escoamento superficial e, consequentemente, aumenta a proteção do solo. Ampliar esta técnica de conservação do solo é de grande relevância para a qualidade da pastagem e infiltração da água.	
	Assumir a importância hídrica do Município no contexto das Bacias do Rio Jequitinhonha e Rio Doce	Designar representante para participação efetiva nos comitês das bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha e Doce. Buscar recursos para promover as ações associadas à conservação dos recursos hídricos no Serro junto aos Comitês de Bacias.	Fortalecimento gestão Ambiental no Município	Estes comitês são importantes fóruns de discussão e definição de políticas para o adequado manejo do recurso hídrico nesses territórios, nos quais o Município de Serro tem grande relevância como fornecedor de água.	imediato
Conservação Ambiental	Conservar Ambientes Naturais	Demarcar a Floresta Municipal Mãe d'água	Segurança Hídrica	Esta unidade de conservação Municipal foi decretada pela Lei 1.253/1997 e localiza-se nas cabeceiras do córrego Quatro Vinténs abrangendo parte de importantes remanescentes florestais locais. Apesar de sua proximidade com a sede poucas pessoas sabem da existência desta UC Municipal.	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		Decretar remanescentes florestais urbanos como Zona de Proteção Ambiental	Conforto Ambiental	A presença de manchas florestais em meio à malha urbana contribui para a melhoria do conforto térmico local, assim como representa área de infiltração de água contribuindo para a redução do efeito de enchentes.	imediato
		Criar parques lineares marginais aos córregos do Lucas, Crispino, Quatro Vinténs e Machadinho na cidade de Serro e ao ribeirão das Pedras em São Gonçalo.	Controle de enchentes	Áreas verdes em meio à malha urbana representam melhoria na qualidade de vida da população e redução no risco de enchentes	4anos
	Conservar qualidade da água	Ampliar rede de coleta de esgotos nas áreas urbanas.	Segurança Hídrica	Parte da população da sede não é atendida pela rede de esgoto e nos distritos a solução de descarte é individual e apoiada em fossas negras ou lançamento direto em cursos d'água.	4 anos
		Cercar nascentes onde houver gado	Segurança Hídrica	Em locais com elevada densidade bovina, o pisoteio em nascentes compromete a qualidade de água.	2 anos
		Fiscalizar pocilgas e incentivar o tratamento adequado de resíduos.	Segurança Hídrica	Dejetos de suínos representam um grande potencial poluidor de recursos hídricos e muitas vezes são lançados diretamente em cursos d'água.	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Fortalecimento da Gestão Ambiental no Município	Efetivação do Fundo Municipal de Meio Ambiente	<p>Efetivar o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUMDEMA) criado pela Lei 1.815 de 27/12/2005 (Política Municipal do Meio Ambiente) e alterados pelas Leis Nº 2.890 de 25/03/2015 e Nº 2.893 de 24/04/ 2015.</p> <p>Incluir nas relações de recursos que constituem o FUMDEMA os valores recebidos pelo Município como ICMS-ecológico.</p>	Relaciona-se a todas as diretrizes ambientais	A dotação de recursos a serem aplicados em projetos ambientais é fundamental para que ações associadas ao Meio Ambiente se desenvolvam no Município	1 ano
	Parceira entre Poder Municipal e a gestão das UCs estaduais (PE Pico do Itambé, APA Águas Vertentes e MONA Lajeado e Serra do Raio	Participação efetiva no Conselho Gestor destas UCs	Conservação Ambiental	Mais de um terço do Município de Serro insere-se dentro destas UCs Estaduais, sendo a maior parte na APA Águas Vertentes, a qual é classificada como de Uso Sustentável, contendo população humana e suas atividades. Zelando pela qualidade de vida dos munícipes e de seu território, a gestão compartilhada deste território deve ser assumida pela Prefeitura.	1 ano
	Fortalecimento do CODEMA	Vincular emissão de conformidade (anuência) para licenciamentos estaduais à manifestação do CODEMA.	Todas diretrizes ambientais	Sendo o CODEMA um órgão colegiado, deliberativo e normativo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada (Lei Nº	imediato



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				1816 de 27/12/2005) deve caber a ele deliberar sobre a pertinência da instalação de empreendimentos de grande impacto no município.	

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política Municipal de Meio Ambiente, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável orientados para a preservação da paisagem, a partir de um modelo de gestão participativa e de estabelecimento de parcerias;
- utilizar, como instrumentos de controle da ocupação e uso do solo e do desenvolvimento sustentável, o macrozoneamento contido nesta Lei, os estudos de avaliação de impactos ambientais, o Estudo de Impacto de Vizinhança, o licenciamento, o monitoramento e a educação ambiental;
- preservar áreas de recarga dos aquíferos no território municipal;
- promover programas de recuperação do solo e combate aos processos erosivos, mediante parcerias com entidades de assistência técnica ao produtor rural;
- estabelecer medidas compensatórias para a implantação de atividades de impacto socioambiental;
- garantir a permeabilidade do solo em áreas públicas e particulares;
- criar parques lineares nas áreas lindeiras aos Córregos do Lucas, Crispino e Machadinho;
- arborizar as áreas urbanas;



- regulamentar e fiscalizar as poluições sonora, visual, atmosférica, hídrica e do solo;
- criar programas e campanhas municipais de educação ambiental;
- manter o Fundo Municipal do Meio Ambiente ativo.

Saneamento Básico

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Fortalecimento das instâncias de participação e controle social na definição de políticas públicas na área do saneamento Básico.	Em todos os programas da área	Garantir os mecanismos e instâncias de participação e controle social, tanto na sede do município como nos distritos, na definição das políticas públicas ligadas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e de drenagem, inclusive na definição dos parâmetros dos contratos de concessões e no acompanhamento desses contratos, tanto na sede como nos distritos;	Fortalecimento da gestão Ambiental no Município. Desenvolvimento Social: Saúde	A justificativa será elaborada a partir do que for decidido na reunião de segunda feira	
Melhoria na qualidade do Saneamento Básico	Reduzir contaminação de coliformes fecais nos cursos d'água.	Buscar financiamentos junto a Comitê de Bacias Hidrográficas. Implantar unidade modelo de fossas secas e fossas biosépticas. Financiar o uso de fossas sépticas, fossas		Nos Distritos e na zona rural é comum o relato de contaminações da água de abastecimento por coliformes fecais, o que se relaciona tanto ao livre acesso do gado aos corpos d'água como ao lançamento de esgotos diretamente nos cursos d'água e em fossas negras, que contaminam as	4 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		secas ou fossas biosépticas individuais ou coletivas.		<p>águas subterrâneas.</p> <p>O uso de fossas sépticas, compostas por 3 unidades (fossa, filtro e sumidouro), fossas secas baseadas no uso de serragem ou outra fonte de carbono, assim como fossas biosépticas, as quais usam decomposição anaeróbia e plantas para evapotranspiração, são alternativas para o adequado tratamento do esgoto doméstico nas comunidades rurais e também nas vilas e distritos.</p>	
	Tratamento e distribuição de água nas áreas urbanas.	<p>Garantir o tratamento, seguido da distribuição de água em todas as áreas urbanas, com qualidade adequada, quantidade e que atenda a demanda da população.</p> <p>Não permitir a expansão das áreas urbanas e implantação de novos loteamentos sem que esteja garantido o acesso à água tratada e distribuída.</p>		<p>Nas visitas realizadas em campo e Leituras Comunitárias foi informado sobre a precariedade dos sistemas de abastecimento de água implantados nas áreas urbanas, especialmente nos Distritos que são abastecidos pela COPANOR. Foi relatado a constante falta de água, principalmente no período de seca, de forma que a população passa a ser atendida por caminhões pipa. A água fornecida constantemente está turva e com gosto. E a interrupção no abastecimento é frequente.</p> <p>Os preços das contas têm sido abusivos, devido a passagem de ar nos canos, não havendo reparos para conserta tal problema. O não pagamento das contas pode acarretar o corte no fornecimento do serviço, mesmo com a</p>	Imediato



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				justificativa dos preços abusivos.	
	Coletar e tratar o esgoto doméstico.	<p>Solucionar de forma adequada o esgotamento sanitário das áreas urbanas, especialmente no Distrito de Pedro Lessa.</p> <p>Viabilizar o funcionamento da ETE de Pedro Lessa.</p> <p>Implantar um sistema adequado de captação de esgotamento sanitário para as edificações da área rural, devendo-se priorizar as Comunidades Quilombolas de Baú, Ausente, Fazenda Santa Cruz e Queimadas e as localidades de Pedra Lisa, Pedra Redonda, Motoso, Limoeiro, Boa Vista de Lages, podendo ser utilizados como alternativa:fossas sépticas; sistemas ecoeficientes, que conseguem tratar águas cinzas e negras, tais como o sistema de evapotranspiração a partir de plantas; e banheiros secos.</p>		<p>A maior parte das edificações das áreas urbanas e rurais possui como solução para o esgotamento sanitário as fossas negras, com exceção da Sede Municipal.</p> <p>Em Pedro Lessa o esgoto é coletado por uma rede pública, mas a ETE construída para tratamento do esgoto não está em funcionamento, portanto o esgoto é lançado do Ribeirão Acaba Saco, contaminando o curso d`água e prejudicando as populações que usufruem desta água, especialmente a Comunidade Quilombola de Baú.</p>	Imediato



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Gestão de Resíduos Sólidos	Coleta seletiva	<p>Implantar programa de educação ambiental relacionado.</p> <p>Definir dias específicos para coleta de resíduos recicláveis</p> <p>Envolver Associação de Catadores do Serro</p> <p>Incentivos tributários para empresas do ramo no município</p>	<p>Educação Ambiental</p> <p>Desenvolvimento Social: Saúde</p>	<p>A mistura deste material agrava a insalubridade da triagem dos resíduos realizada pelos membros da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis no aterro do Município.</p> <p>Plásticos, vidros, papéis, material eletro-eletrônico e biomassa orgânica compõem o lixo de Serro, desperdiçando material que poderia se tornar matéria prima de outros produtos.</p>	2 anos
	Logística Reversa	<p>Contatar comerciantes</p> <p>Definir regras e abrangência</p>	Educação Ambiental	<p>A adequada gestão de resíduos sólidos é determinada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº12.305 de 02/08/2010), Plano Nacional de Resíduos Sólidos (MMA, 2012), Plano Diretor do Município de Serro (Lei Complementar Nº75 de 06/08/2007), no Código de Posturas (Lei Complementar Nº 126, de 15/08/ 2013) e também pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (UNEC & UBIO, 2016).</p>	2 anos
	Redução de volume de lixo	<p>Promover cursos de compostagem doméstica</p> <p>Incentivar uso de sacolas retornáveis</p>	Valorização de Quintais produtivos	<p>Utilizar recursos provenientes de Valores de ICMS Ecológico recebido pelo município de Serro - critério de Meio Ambiente referente ao Saneamento</p>	2 anos
	Promover o descomissionamento e requalificação do lixo	<p>Dar a destinação adequada para o lixo doméstico coletado, podendo ser identificada uma área dentro do próprio município ou em consórcio com municípios vizinhos para implantação de um aterro sanitário de acordo</p>			



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	próximo à Sede Municipal.	<p>com as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.</p> <p>Implantar um aterro de inertes no Município.</p> <p>Regulamentar e fiscalizar o recolhimento e destinação de entulhos de construção civil, devendo ser realizado por particulares.</p> <p>Adequar a disposição final dos resíduos sólidos, ampliando e melhorando o aterro sanitário, unidade de triagem e compostagem e disposição para os resíduos da construção civil.</p>			
	Campanhas de Educação Ambiental.	<p>Conscientizar a população, por meio de campanhas educativas, acerca das formas corretas de condicionamento e descarte de resíduos sólidos, em especial o descarte de embalagens dos defensivos agrícolas que ofereçam risco à saúde e ao meio ambiente;</p> <p>Estimular o aproveitamento dos dejetos animais para a produção de adubo orgânico e de insumos bioenergéticos.</p> <p>Prover todo o Município de lixeiras públicas e outros equipamentos urbanos adequados para depósito de lixo doméstico, especialmente nas áreas urbanas e nos pontos de recebimento</p>	Educação Ambiental, Desenvolvimento Social e Saúde	Garantir que o descarte de lixo ocorra de forma adequada, sem que sejam depositados em lotes vagos ou esquinas, que acabam se tornando pontos de acúmulo de lixo.	Imediato



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		de turistas nas áreas rurais.			

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política Municipal de Saneamento Básico, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- universalizar o acesso e assegurar a qualidade e a regularidade do abastecimento de água para o consumo;
- articular a política de abastecimento de água à política municipal de saúde;
- promover a proteção e a conservação dos mananciais de água, das nascentes e das margens dos cursos d'água;
- incentivar a implementação de programas e normas para captação e aproveitamento das águas pluviais, inclusive nos imóveis rurais, seja para uso doméstico, comercial, industrial ou para controle e aumento da recarga.

São diretrizes para a Política de Coleta e Tratamento dos Esgotos Sanitários no Plano Diretor vigente, e que deverão ser mantidas:

- universalizar o serviço municipal de esgotamento sanitário;
- promover a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dentro dos parâmetros técnicos com vistas à universalização do atendimento dos serviços nas áreas urbanas e rurais do município de Serro;
- promover a implantação de fossas sépticas, biosépticas e fossas secas individuais ou coletivas, onde o tratamento local não for possível;
- coletar, interceptar e tratar os efluentes gerados pela população urbana de Serro, de forma a manter os padrões estabelecidos na legislação federal e estadual nos cursos d'água que atravessam a malha urbana;



- condicionar a ocupação e a expansão urbana das áreas urbanas, especialmente da Sede Municipal, ao planejamento e à implantação do sistema de esgotamento sanitário, desde a coleta até o tratamento final adequado;
- implantar políticas de incentivo e promoção da educação sanitária e ambiental e da conscientização comunitária, a fim de reduzir os lançamentos clandestinos nos cursos d'água;
- ativar a Estação de Tratamento de esgoto ETE do Distrito de Pedro Lessa.

São diretrizes para a Política de Drenagem das Águas Pluviais no Plano Diretor vigente, e que deverão ser mantidas:

- ampliar o sistema de drenagem urbana existente nas áreas urbanas com sarjetas, bocas de lobo, e rede de captação;
- ampliar a rede atualmente existente e garantir a implantação de sistemas de drenagem de acordo com parâmetros técnicos, tendo como premissa a redução da velocidade de escoamento e a promoção da infiltração da água;
- viabilizar a separação dos sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial;
- elaborar e manter atualizado o cadastro técnico da rede municipal de drenagem;
- especificar as cotas da soleira nas áreas sujeitas a inundações, para fins de aprovação de edificações e parcelamentos, bem como para a pavimentação das vias;
- criar programas e incentivos fiscais para a criação e a manutenção de áreas verdes permeáveis;
- implantar sistema de monitoramento e controle do regime de chuvas e enchentes.

São diretrizes para a Política de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Plano Diretor vigente, e que deverão ser mantidas:

- implementar Programa de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos;
- promover o tratamento e o reaproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos, medidas de incentivo à sua segregação na fonte, implantação de processo de compostagem e geração de mercado consumidor;



- viabilizar a implementação de programas de coleta seletiva de materiais recicláveis nas áreas urbanas, orientados para mercados consumidores da região;
- promover o treinamento de catadores para coleta de materiais recicláveis, bem como incentivar e apoiar a constituição de cooperativas ou associações de catadores;
- promover o aproveitamento dos resíduos da construção civil;
- garantir a adoção de parâmetros técnicos na implantação do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos.



Desenvolvimento Econômico: Agropecuária e Extrativismo

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Desenvolvimento da atividade agropecuária	Estímulo à comercialização agropecuária municipal	Recuperação e requalificação do Parque de Exposições Municipal Jairo Magalhães. Divulgação da produção. Incentivo às feiras de produtos naturais, artesanais e regionais de Milho Verde		<p>O município de Serro possui um equipamento público, sob gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, chamado Parque de Exposições Municipal Jairo Magalhães. Em visita ao Parque constatou-se que ele é dotado de estruturas físicas e equipamentos que representaram no momento de sua estruturação, um montante significativo de recursos públicos. Também foi constatado, durante a fase de diagnóstico, que o equipamento se encontrava interditado.</p> <p>Considerando a importância das atividades agropecuárias para a economia do município e a necessidade do setor de ter a sua disposição um espaço para a divulgação e comercialização de produtos e animais, é fundamental que o poder público identifique e equacione as condições atuais que justificaram sua interdição, promovendo as ações necessárias para sua recuperação e requalificação.</p>	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		Desenvolver selo de qualidade regional.	Valorizar produtos locais. Agregar qualidade ambiental à pecuária.	Diferenciar o produto no mercado através de sua qualidade regional associada a aspectos de higiene e de produção sustentável representa agregar valor ao produto. O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA) qualifica o produto dando credibilidade junto aos consumidores.	
	Aprimoramento da produção de gado bovino leiteiro.	Elaboração de diagnóstico situacional da produção de leite bovino nas propriedades localizadas no município de Serro.		A produção de leite bovino é um importante componente da economia municipal, não apenas em função da comercialização do leite in natura, mas também, e principalmente, em função da produção e comercialização de derivados lácteos. Os dados do diagnóstico indicam que a produção leiteira do município não tem apresentado incrementos significativos nos últimos anos. Os dados do diagnóstico também indicam que não é viável a ampliação das áreas de produção, o que representaria conflito com outros interesses sociais, como a recuperação de áreas degradadas e a preservação de Unidades de Conservação Ambiental. Nesse sentido, apresenta-se como necessidade a realização de um diagnóstico técnico aprofundado das	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				condições atuais de produção da pecuária leiteira, realizada por profissionais especializados, de forma a identificar as medidas viáveis para a reestruturação do setor e a ampliação de sua capacidade produtiva.	
		Fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.		A partir do diagnóstico realizado, será necessária a adoção de medidas que promovam ganhos de produtividade sem a necessidade de ampliação da área atualmente destinada à pecuária, como treinamento para manejo adequado do rebanho, subsídios para estratégias de melhoramento genético do plantel, entre outras ações. O poder público deve, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, fomentar e apoiar a constituição de parcerias entre as organizações sócias existentes em Serro, como a Cooperativa dos Produtores Rurais de Serro e instituições públicas de desenvolvimento agropecuário (Ex: EMBRAPA GADO DE LEITE), de instituições de pesquisa (Universidades Federais de Minas Gerais, Viçosa, etc), para atingir os objetivos dessa ação.	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		Difundir a qualidade do queijo do Serro em todo o município, promovendo a capacitação higiênica de pequenos produtores e a meta de excelência.	Valorizar produtos locais	Em geral, o queijo do Serro apresenta alta qualidade e representa uma marca de origem que garante seu alto padrão. No entanto, em meio ao predomínio de produtos de alta qualidade existem produtos de baixa qualidade comercializados com a mesma denominação que podem comprometer a marca.	
	Agregar qualidade ambiental à pecuária	Promover práticas silvopastoris.	Conservação Ambiental	A atividade pecuária quando executada sem cuidados ambientais torna-se um agente de elevada pressão ambiental, podendo causar o depauperamento do solo e comprometer a qualidade da água. Agregar práticas que promovam a conservação do solo, contribuam para o bem estar animal, para a infiltração da água no solo e ainda promovam o sequestro de carbono e sua a baixa emissão trarão significativa melhora à qualidade pecuária regional, capacitando-a de atingir mercados de maior valor agregado.	2 anos
		Difundir técnicas de terraceamento das pastagens.	Segurança Hídrica		2 anos
		Promover a regulamentação ambiental dos proprietários rurais através da recuperação de APPs e delimitação de Reserva Legal de acordo com o CAR.	Conservação Ambiental		2 anos
		Associar certificados de qualidade ambiental aos produtores envolvidos em programas ambientais	Segurança Hídrica		3 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		Selecionar áreas pilotos que sirvam como unidades modelos das práticas ambientais.			
	Aprimorar a agricultura familiar	Fortalecimento das políticas públicas de compras asseguradas da produção da agricultura familiar	Geração de renda	<p>Atualmente parte da produção da agricultura familiar é objeto de políticas públicas de compras asseguradas, como o PNAE, que direciona os produtos para a alimentação escolar. Esse é um importante instrumento vigente que tem proporcionado melhorias na qualidade de vida da população rural e também melhorias na qualidade da alimentação dos alunos da rede municipal de ensino. No entanto, o diagnóstico identificou que parte significativa das pequenas propriedades tem dificuldade de acessar o programa, por diversos motivos, dos quais se destacam: falta de informação, falta de capacidade administrativa para cumprir as exigências formais do programa, dificuldades para desenvolvimento das atividades produtivas, dificuldades para transporte da produção, entre outras.</p> <p>Nesse sentido, é objetivo dessa ação aprimorar os mecanismos de comunicação e inter-relação institucional entre o poder público municipal e</p>	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				os agricultores familiares para ampliar o acesso do público alvo aos programas existentes de aquisição de alimentos, bem como a ampliação da aquisição de alimentos para além da merenda escolar, incluindo, por exemplo, as compras de alimentos para atender a demanda das repartições públicas.	
		Otimizar o transporte coletivo dos produtos até o consumidor.		A distância entre as áreas de produção e os locais de consumo (Distritos e Sede), em geral, é grande e, muitas vezes, o transporte é feito individualmente em pequena escala, encarecendo a produção e reduzindo o ganho econômico.	
		Incentivar compras de produtos da agricultura familiar por hotéis e restaurantes.	Geração de renda	A maior parte dos produtos alimentares utilizados nos hotéis e restaurantes do Serro provém de outras regiões, ficando a agricultura local com pouco benefício decorrente turismo no município. Valorizar os produtos locais e contribuir para a economia deve ser meta do poder público e também dos empresários do município, devendo o Executivo e Legislativo avaliarem a	



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				possibilidade de benefícios fiscais às empresas que se inserirem neste programa.	
		Incentivo às feiras de produtos naturais, artesanais e regionais de Milho Verde		Iniciativas locais voltadas à comercialização de produtos locais representam importantes formas de viabilizar atividades locais, aproximando produtor e consumidor.	1 ano
		Arrendamento de terra pela prefeitura para as pessoas que plantam no sistema de meia que não possuem terra.		Atualmente muitas pessoas de tradição agrícola encontram-se cerceadas do acesso à terra por diferentes razões. De forma a viabilizar a geração de renda e segurança alimentar a estas pessoas, o poder público deve procurar alternativas, sendo o arrendamento da terra pelo município e sua disponibilização uma forma a ser considerada.	2 anos
		Fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e fomento ao empreendedorismo para a produção de alimentos manufaturados, voltado para o setor		O diagnóstico identificou que atualmente o município compra dos agricultores familiares locais apenas produtos in natura. Outros componentes da merenda escolar adquiridos pelo município para atender a demanda da merenda escolar de suas unidades de ensino,	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		da agricultura familiar.		<p>especialmente os produtos manufaturados, são em sua maioria produzidos em outros municípios, beneficiando a geração de emprego e renda em outras localidades.</p> <p>Vale ressaltar que o município de Serro tem vasta tradição na produção de quitandas, doces e outros alimentos produzidos em processos artesanais, mas que apresentam grande potencial para produção semi-industrializada, o que, uma vez aprimorada, contribuirá também para o fortalecimento da preservação de um patrimônio imaterial muito importante para o Serro.</p> <p>Existem diversas experiências, inclusive no estado de Minas Gerais, de organizações de agricultores familiares que produzem bolos, pães, biscoitos e outros produtos para atender à demanda da merenda escolar.</p> <p>Em geral, o sucesso dessas experiências está condicionado ao apoio do poder público, através de políticas públicas e a constituição de parcerias com instituições de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de fomento.</p>	



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		<p>Incentivar práticas agroecológicas tais quais técnicas agroflorestais e orgânicas.</p> <p>Incentivar práticas de conservação do solo e de infiltração da água no solo.</p>	<p>Agregar qualidade ambiental à pecuária</p>	<p>As atividades agrícolas que buscam uma relação mais sustentável com o meio ambiente tem obtido grande receptividade pelo mercado consumidor. Na última década, foram criadas ou aprimoradas diversas formas de certificação de processos produtivos que se utilizam de métodos ambientalmente adequados. Em 2013 o Governo Federal aprovou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO - onde são definidas diretrizes e ações para o desenvolvimento e aprimoramentos dessas práticas. (disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf).</p> <p>O Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 e Lei 12.727/2012) define em seu Artigo 3o sistema agroflorestal como de interesse social e baixo impacto ambiental e o Estadual (Lei 20.922/2013) apresenta a agrofloresta como um das formas de recuperar APP's.</p> <p>Um aspecto importante de ser salientado é o grande fluxo de turistas que frequentam o município de Serro, oriundos dos diversos</p>	<p>2 anos</p>



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				<p>centros urbanos do Brasil, onde a cultura do consumo de produtos orgânicos e agroecológicos são cada vez mais difundidas e valorizadas.</p> <p>Nesse sentido, a criação de um Programa Municipal de incentivo ao aprimoramento da agricultura orgânica e da agroecologia é um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais do município, propiciando geração de emprego e renda, aumento da arrecadação, qualificação no atendimento das atividades voltadas para o turismo e a preservação dos recursos naturais.</p>	
		Capacitar a equipe técnica da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, para a formulação e implantação do Programa Municipal de aprimoramento da agricultura familiar		O envolvimento do poder municipal neste programa é fundamental, tanto na formulação de alternativas de comercialização, quanto na articulação com outros órgãos de governo, como EMATER e IEF.	
	Valorização de Quintais produtivos	<p>Promover feiras para troca de sementes e mudas e vendas de produtos.</p> <p>Promover cursos de compostagem orgânica doméstica, tratos culturais, fabricação de</p>	<p>Educação Ambiental</p> <p>Gestão de resíduos sólidos</p>	Muitos quintais no Serro, incluindo sede e demais localidades, assim como os das áreas rurais, possuem grande variedade de espécies comestíveis, medicinais e ornamentais.	



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		doces caseiros, etc		<p>Além da oferta de alimento doméstico estes quintais representam áreas permeáveis que no conjunto urbano prestam serviços ao promover a infiltração da água no solo, reduzindo enxurradas.</p> <p>Variedades de cafés, cítricos, marmelos, folhagens diversas e outras plantas mais, trazem a estes quintais importância como mantenedores de preciosidades agrícolas.</p> <p>Ao mesmo tempo, são poucos os quintais que fazem proveito dos resíduos vegetais e domésticos como fonte de matéria orgânica para o solo, muitas vezes queimando folhas e destinando cascas e outros ao lixo, o qual é destinado ao aterro municipal onde há coleta e à queima onde o serviço de coleta de resíduos inexistente.</p> <p>Valorizar a produção para consumo próprio e a venda de excedentes são razões que podem melhorar a apropriação dos espaços urbanos e do entorno das moradias nos rurais.</p>	
Extrativismo Sustentável	Valorização das atividades associadas ao	Decretar as plantas Sempre-Vivas e demais utilizadas no artesanato como Patrimônio da população do Serro.	Apropriação econômica do turismo pela população	O extrativismo vegetal é uma prática comum entre a população rural do município. Entre os principais produtos vegetais extraídos da flora	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	extrativismo vegetal	Fomentar parcerias com o IEF e associação de moradores para normatização do extrativismo vegetal dentro de preceitos sustentáveis e do plantio de sempre-vivas.	Fortalecimento gestão Ambiental no Município	local, destacam-se fibras, madeira e as flores. A madeira extraída pelas comunidades atende à demanda de lenha e benfeitorias das propriedades (cercas, currais, etc). As fibras são utilizadas para forros, cestos, balaies, etc e as flores são vendidas a turistas e comerciantes.	1 ano
		Capacitar a equipe técnica da Prefeitura Municipal para formulação e implementação do Programa de monitoramento e desenvolvimento sustentável da atividade de coleta de flores e similares.	Fortalecimento gestão Ambiental no Município	Em decorrência de marcos legais restritivos, da criação de Unidades de Conservação de proteção integral e da maior presença no município de órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dos recursos naturais, essas práticas vêm sendo coibidas. O encerramento dessas atividades compromete componentes da cultura, identidade e geração de renda das comunidades locais. Em relação à atividade extrativista de flores, é importante destacar que na região de Diamantina, no Parque Nacional das Sempre Vivas, um conflito social semelhante foi deflagrado e, atualmente, foi assinado um Termo de Compromisso entre ICMBio e coletores objetivando regulamentar a coleta. O objetivo é de formular soluções que equacionem a preservação ambiental e o	



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				desenvolvimento sustentável do extrativismo vegetal. a presença de técnicos indicados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Turismo, Setor de Meio Ambiente Municipal, IEF e representantes de organização social de extrativistas vegetais.	
	Extrativismo de areia.	<p>Promover acordo com IEF para regularização da atividade de extrativismos de areia em pequena escala.</p> <p>Cadastrar pequenos extratores.</p> <p>Definir em conjunto com estes os locais de extração e locais isentos em função do uso turístico e importância para abastecimento.</p> <p>Limitar volume em acordo com extratores.</p> <p>Monitorar volume retirado e aporte de areia a cada ano.</p>		<p>Diversos bancos de areia existem às margens dos cursos d'água na região da Serra do Espinhaço e este material é extraído por moradores para uso na construção civil local.</p> <p>A deposição de areia nas margens de cursos d'água decorrente de intemperismos naturais das rochas quartzíticas é constante e nas grandes chuvas é normal que em alguns locais o volume destes bancos de areia seja acrescido, permitindo assim sua retirada em pequenos volumes.</p>	2 anos
	Manejo florestal.	Uso de árvores mortas para lenha		<p>O uso de lenha nas comunidades rurais é grande, seja na cozinha ou na fabricação de doces, rapaduras e cachaças.</p> <p>Ao mesmo tempo, a presença de árvores mortas em meio às florestas e pastagens é comum e este material combustível representa um risco maior</p>	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				<p>à ocorrência de incêndios florestais.</p> <p>A retirada destas árvores mortas representa importante ação a ser adotada como prevenção a incêndios.</p> <p>Para tanto, é importante que acordos entre a Prefeitura municipal e o IEF sejam tratados de forma a criar uma agenda positiva de consensos.</p>	
		Manejo da candeia		<p>A árvore de candeia sempre foi intensamente utilizada na região como lenha e estacas para cercas, dada as qualidades de sua madeira. É uma espécie de rápido crescimento e que se estabelece em terrenos de fertilidades média a baixa, sendo comum nas zonas montanhosas do Serro.</p> <p>Além de crescer espontaneamente, seu uso sustentável pode representar alternativas econômicas para a população rural, valorizando o componente natural.</p>	2 anos
Normas à Mineração	Não ocupação pela Mineração de áreas relevantes ao abastecimento	Solicitar ao DNPN suspensão de direitos minerários nas Zonas de Mananciais Hídricos de Serro conforme Mapa de Zoneamento Municipal.	Segurança Hídrica	A segurança hídrica da população humana do município de Serro depende da preservação dos aquíferos que abastecem as fontes de captações de água. A atividade mineradora promove o decaimento do solo, promove movimentação de elevado volume de terra e extrai o substrato	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	público de água			rochoso, o qual é componente relevante na recarga e manutenção dos aquíferos.	
	Aferir regularidade legal de atividades de Mineração	Solicitar à Mineração de manganês e às empresas de quartzito atuantes na região de Capivari suas licenças ambientais junto aos órgãos estaduais pertinentes.	Fortalecimento gestão Ambiental no Município	<p>Cabe ao Codema “exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal, na legislação a que se refere o item anterior, no código de posturas e no código de obras municipal (Lei Nº 1.816 de 27 /12/2005)</p> <p>Sendo atividades licenciadas na escala estadual, o município muitas vezes passa à margem do processo legal de funcionamento dos empreendimentos minerários em atividade no Serro.</p> <p>Atualmente, funciona uma Mina de Manganês na porção noroeste do Município e retirada de blocos de quartzito tem acontecido na região de Capivari aparada apenas em licença de pesquisa junto ao DNPM.</p>	

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política de Geração de Emprego e Renda, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- ampliar e incentivar subsídios, voltados para a distribuição de insumos agrícolas, sementes, adubos, máquinas e outros nas áreas rurais,



por intermédio de cooperativas, associações ou entidades técnicas;

- criar programa para o adequado escoamento da produção rural;
- criar programas de incentivo à agricultura familiar na zona urbana;
- implementar medidas de apoio ao trabalho familiar na confecção e venda de peças e objetos artesanais em geral;
- estimular a produção, a divulgação e a comercialização dos produtos artesanais e agropecuários;

Desenvolvimento Econômico: Indústria

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Desenvolvimento da Atividade Industrial	Programa de Incentivo à Instalação de novas indústrias	Elaboração de um diagnóstico das vocações e aptidões industriais e as principais demandas por produtos industrializados no município	Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços	<p>O diagnóstico realizado identificou que o valor agregado ao PIB de Serro pelo setor industrial é inferior a 10%, não obstante o grande potencial de agregar valor e gerar emprego e renda que essa atividade representa.</p> <p>Em contraposição, o valor agregado ao PIB pelas atividades relacionadas com a Administração Pública representa cerca de 35% da economia local.</p> <p>Nesse sentido, é necessária a elaboração de um diagnóstico que identifique as aptidões industriais do município, considerando sua inserção regional, as principais demandas atuais e potenciais no futuro, as matérias primas disponíveis localmente e regionalmente, e</p>	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				especialmente as compras municipais.	
		<p>Criar uma Zona Industrial destinada à implantação de indústrias de pequeno e médio porte, que não gerem poluentes ou que, por meio de tecnologias, minimizem ou reciclem seus resíduos e emissões.</p> <p>Exigir licenciamento urbanístico e ambiental de empreendimentos industriais a serem implantados no município.</p>		<p>Uma vez realizado o diagnóstico previsto na ação anterior, deve-se destinar, através do zoneamento territorial, áreas com possibilidade de instalação de estruturas industriais, visando fomentar a atração de empresas que adotem tecnologias de baixo impacto ambiental e que privilegiem a formação profissional e contratação de mão de obra local.</p> <p>A elaboração do Estudo prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos industriais é fundamental para a avaliação dos impactos positivos e negativos decorrentes da instalação e operação das indústrias no município, permitindo a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para os impactos identificados</p>	Imediato

Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRazos
Desenvolvimento da atividade do setor de serviços	Programa de monitoramento e desenvolvimento sustentável das atividades do setor de serviços	Capacitação da equipe técnica da Prefeitura Municipal para formulação e implementação do Programa de monitoramento e desenvolvimento sustentável das atividades do setor de serviços.		Os dados descritos no diagnóstico demonstram que o setor de serviços é o grupo de atividades econômicas com maior participação na composição do PIB de Serro, representando mais de 40%. É um setor de atividade econômica com grande potencial para geração de emprego e renda, que tem grande vinculação com o empreendedorismo. Nesse sentido, é fundamental que o poder público municipal capacite sua equipe técnica para que ela esteja responsável pela formulação e implantação de um Programa de monitoramento e desenvolvimento sustentável das atividades do setor de serviços.	1 ano
		Fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas apoio ao empreendedorismo e profissionalização das atividades do setor de serviços. Prestar apoio técnico aos empreendedores municipais sobre as questões técnicas e jurídicas relacionadas às suas atividades		O desenvolvimento das atividades do setor de serviços, em uma estrutura econômica competitiva como a atual, depende, necessariamente, de formação e capacitação dos atores envolvidos. No Brasil existem diversas instituições públicas e privadas que oferecem apoio e capacitação para empresários do setor de serviços, dentre as quais se destaca o SEBRAE. Nesse sentido, é fundamental que o poder público municipal fortaleça parcerias com essas instituições de forma a contribuir para o acesso	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				aos conhecimentos e técnicas adequadas ao desenvolvimento das atividades do setor de serviços.	
		Fortalecimento das instâncias de fiscalização e arrecadação de tributos municipais que incidem sobre as atividades do setor de serviços.		Conforme identificado pelo diagnóstico, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN destaca-se entre os tributos de competência municipal, representando mais do que a soma de todas as demais fontes orçamentárias próprias do município. Nesse sentido, cabe ao poder público municipal promover a regularização, através de apoio à formalização das empresas, e fortalecer as instâncias de fiscalização e arrecadação dos tributos referentes ao setor de serviços, garantindo assim a capacidade orçamentária para a execução das políticas públicas de responsabilidade municipal.	1 ano
	Desenvolvimento de centralidades.	Incentivar o desenvolvimento de outras centralidades, diferentes do centro comercial da Sede Municipal, facilitando o acesso de bairros e comunidades mais distantes à serviços e comércio. Desenvolvimento de comércio e serviços de apoio às comunidades rurais, no entorno da nova rodoviária, com presença de itens que		Atualmente a maior parte dos comércios e serviços que atendem as áreas urbanas e comunidades rurais de Serro se encontra no Centro da Sede Municipal. Esta concentração de atividades compromete o trânsito local e dificulta o acesso das pessoas que estão distantes deste centro, que muitas vezes precisam despende muito tempo de dinheiro	Imediato



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRazos
		atendam ao produtor rural.		para chegar a centralidade. Soma-se a isto a concentração de comércios e serviços de apoio ao produtor rural no entorno da antiga rodoviária.	

Desenvolvimento Econômico: Turismo

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRazos
Desenvolvimento das atividades turísticas	Implementação do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Serro	Criação do cadastro de empreendimentos da atividade turística e atividades correlatas.	Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços	O turismo vem se consolidando como uma atividade econômica das mais importantes no município de Serro. Os diversos potenciais para atração de turistas, dos quais se destacam o patrimônio histórico e cultural, o diverso calendário de eventos e festas e as riquezas naturais, com especial importância das cachoeiras são aspectos que consolidam a atividade turística. No entanto, durante a elaboração do diagnóstico não foi identificada a existência de um cadastro de estabelecimentos com atuação direta e indireta para o atendimento ao turista.	1 ano e permanente



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
				<p>Com base em um cadastro bem estruturado e permanentemente atualizado, contendo um conjunto de informações a respeito das especificidades das atividades oferecidas, os principais produtos necessários para sua realização, o número de pessoas empregadas e a qualificação profissional demanda, entre outras, se tornará um importante instrumento de planejamento de políticas para o setor.</p> <p>As atividades ligadas ao setor de turismo também se constituem como importante fonte de tributos para o município. Nesse sentido, um cadastro bem estruturado e permanentemente atualizado contribuirá para o setor de arrecadação nas suas ações de fiscalização.</p> <p>Nesse sentido, criar o cadastro e implementar mecanismos para sua atualização permanente é fundamental para que o poder público possa contribuir no desenvolvimento da atividade.</p>	
		Fortalecer a estrutura do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR		<p>O município, com auxílio de consultoria externa, elaborou em 2013 o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Município do Serro, ficando a cargo do COMTUR a implementação das ações previstas no instrumento de planejamento. No entanto, o diagnóstico identificou que a atual estrutura física e de pessoal do Conselho, bem como a</p>	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRazos
				<p>periodicidade de suas reuniões presenciais, favorecem a não implementação integral das ações previstas. Também é de responsabilidade do COMTUR realizar as ações de monitoramento e avaliação das ações implementadas e a divulgação dos resultados atingidos tendo como base os indicadores previsto no Plano</p> <p>Nesse sentido, é fundamental que o poder público municipal identifique as deficiências na estrutura do COMTUR e atue no sentido de torná-lo adequado ao desafio a ele designado.</p>	
	Divulgação e Valorização do Patrimônio Natural de Serro	Reestruturar a sinalização dos atrativos turísticos do Município e informações sobre o Patrimônio Natural.	Cultura e Proteção do Patrimônio Cultural	Conhecer o Patrimônio Natural do Município é relevante tanto para a valorização pelos munícipes como para ampliar e capacitar o turismo.	2 anos
Integração regional das atividades turísticas	Programa de integração regional do turismo	<p>Estabelecer estratégias regionais de fortalecimento das políticas para o desenvolvimento da atividade turística.</p> <p>Planejar e promover a atividade turística transformando-a num componente ativo propulsor de sua economia, da geração de renda e trabalho, da preservação e conservação do meio ambiente e da cultura local, atribuindo-lhes valores e significados a</p>	Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços	<p>O município de Serro está inserido em uma região com intensa atividade turística, com destaque para a proximidade com o município de Diamantina.</p> <p>No entanto, durante a fase de diagnóstico não foram identificadas ações por parte do poder público municipal que instituísssem políticas estruturantes de turismo regional, mediante consórcios e acordos de cooperação, como</p>	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRazos
		<p>serem oferecidos para a sua população e para os visitantes.</p> <p>Dar ampla divulgação do Calendário de Eventos Turísticos, com edição anual</p>		<p>previsto no Plano Diretor do Município de Serro em vigência.</p> <p>Ainda que essas políticas não tenham sido implementadas, durante o diagnóstico foi possível identificar um número significativo de turistas que circulam entre os dois municípios, bem como outros da região. Mas essa circulação se dá por iniciativa própria e autônoma dos turistas, sem qualquer fomento ou atuação do poder público.</p> <p>É necessário que o poder público municipal, em conjunto com o COMTUR, identifique os motivos pelos quais essa diretriz não foi implementada e atue no sentido de promover a integração regional da atividade turística.</p>	
Apropriação econômica do turismo pela população	Valorizar produtos locais	<p>Formar parceria com associações de produtores, moradores e quilombolas</p> <p>Gastronomia tradicional - Divulgar doces e pratos tradicionais junto a restaurantes e turistas.</p> <p>Ampliar Festival de gastronomia de São Gonçalo do Rio de Pedras</p> <p>Promover a conexão dos produtores familiares com hotéis e restaurantes</p> <p>Buscar fontes de financiamento que</p>	Desenvolvimento da atividade agropecuária	<p>A diversidade de produtos e de pratos típicos existentes no Serro é grande e pouco aproveitada e apropriada pela população.</p> <p>Apesar da existência de Festival Gastronômico em São Gonçalo, a possibilidade de ampliação desta festa e a abrangência de outras localidades e diversificação de cardápio é grande</p>	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		promovam práticas agroecológicas em populações tradicionais.			
	Incentivar pousadas familiares	Promover cursos de hotelaria e administração de negócios para a população dos distritos turísticos	Reduzir número de casas de baixa ocupação temporal nos Distritos	Ganho econômico local.	2 anos
	Ampliar o turismo rural e hotéis-fazendas	Cadastrar proprietários interessados Ampliar divulgação dos aspectos rurais do Serro	Desenvolvimento da atividade agropecuária	A demanda pelo turismo rural é crescente no país e a produção artesanal do queijo do Serro e da cachaça pode representar um importante atrativo, agregando valor cultural e econômico ao turismo regional.	2 anos
	Formação e capacitação de guias e agentes de turismo	Criar parceria com a PUC Minas Serro para a formatação de um curso técnico em turismo, capacitando guias e agentes.	Desenvolvimento Econômico: Comércio e Serviços	A formação profissional de pessoas associadas ao turismo amplia as possibilidades e qualifica o receptivo no Município	4 anos



Desenvolvimento Social: Ação Social

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Ampliação da capacidade de atendimento do Setor de Assistência Social.	Monitoramento e adequação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento social à atual demanda de atendimento	Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos da assistência social, em especial os equipamentos para a instalação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS com plena capacidade para desenvolver suas atividades, incluindo a realização de cursos de capacitação profissional para a geração de renda a famílias em situação de risco, e recursos para equipar esses novos estabelecimentos.	<p>Conforme detectado na fase de diagnóstico, o município de Serro vem apresentado um processo de ampliação da ocupação das áreas urbanas, com definição de ampliação das áreas de expansão urbana e diversos projetos de criação de novos loteamentos. Esses processos implicam no aumento da população em territórios, aumentando a demanda pelos serviços do setor de educação.</p> <p>No entanto, a instalação de novas unidades do setor de assistência social, bem como a ampliação das existentes, demanda por áreas adequadas e a aquisição dessas áreas pode implicar na disponibilização de recursos financeiros que são sempre escassos para o poder público.</p> <p>Nesse sentido, é fundamental que os processos de revisão e ampliação das áreas de expansão urbana, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, considerem a necessidade de áreas para a instalação de unidades da assistência social, em número e dimensões correspondentes ao aumento populacional, e o perfil socioeconômico dos novos moradores.</p>	1 ano e permanent e



Desenvolvimento Social: Educação

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Ampliação da capacidade de atendimento do Setor de Educação em decorrência da ocupação populacional de áreas de expansão urbana	Programa de monitoramento e adequação das estruturas físicas e de pessoal para garantir a capacidade de atendimento por parte da Secretaria Municipal de Educação	Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos de educação, em especial os equipamentos da educação infantil e de ensino fundamental, e recursos para equipar esses novos estabelecimentos.	<p>Conforme detectado na fase de diagnóstico, o município de Serro vem apresentado um processo de ampliação da ocupação das áreas urbanas, com definição de ampliação das áreas de expansão urbana e diversos projetos de criação de novos loteamentos. Esses processos implicam no aumento da população em territórios, aumentando a demanda pelos serviços do setor de educação.</p> <p>No entanto, a instalação de novas unidades educacionais, bem como a ampliação das existentes, demanda por áreas adequadas e a aquisição dessas áreas pode implicar na disponibilização de recursos financeiros que são sempre escassos para o poder público.</p> <p>Nesse sentido, é fundamental que os processos de revisão e ampliação das áreas de expansão urbana considerem a necessidade de áreas para a instalação de unidades escolares, em número e dimensões correspondentes ao aumento populacional e seu perfil etário.</p>	1 ano e permanentemente
Educação Ambiental	Educação Ambiental na escola	Promover um programa de educação ambiental nas escolas.	O tema Educação Ambiental é tratado na Lei 1.815 de 27/12/2005 (Política Municipal do Meio Ambiente) e no Plano Diretor de 2007 e pouco se avançou nesta questão desde então.	1 ano
	Educação Ambiental no trato com resíduos	Desenvolver campanha de coleta seletiva junto à Secretaria de Obras e Associação de Catadores	Inserir atividades de educação ambiental em todos os setores da municipalidade é fundamental para que práticas ambientalmente adequadas façam parte do dia da população e Executivo.	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	Educação Ambiental na gestão Pública	Integrar as Secretarias quanto à temática ambiental, adotando em todas elas Políticas de Baixo Carbono e avaliações ambientais em suas ações cotidianas.		2 anos

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política de Educação, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- manter o funcionamento regular do Conselho Municipal de Educação;
- priorizar os investimentos na área de educação, a partir de gestão participativa, orientada para melhoria da rede física e capacitação dos recursos humanos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- ampliar e adequar a infraestrutura da rede municipal de ensino fundamental, infantil e de creches, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- garantir o transporte escolar adequado em todo o município, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- ampliar a oferta de vagas para estudantes com necessidades especiais e promover acessibilidade nas escolas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- fortalecer o papel das escolas nos bairros, distritos e localidades rurais como pólos de agregação da comunidade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- integrar a escola à comunidade principalmente por meio da promoção de eventos que tragam a família à escola, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- implantar programas de recreação, esportes e oficinas culturais em escolas, espaços públicos e áreas verdes, em conformidade com as



diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;

- ampliar a alfabetização e escolas para adultos, principalmente, nas áreas rurais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- estimular a criação de cursos superiores no município mediante parcerias como o Estado e/ou União, empresas, escolas de ensino superior e demais instituições educacionais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- prover as escolas municipais de equipamentos de esporte e lazer, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- incluir o ensino sobre o patrimônio cultural nos currículos escolares e nos programas culturais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação

Desenvolvimento Social: Saúde

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Ampliação da capacidade de atendimento do setor de saúde em decorrência da ocupação populacional de áreas de expansão urbana	Programa de monitoramento e adequação das estruturas físicas e de pessoal para garantir a capacidade de atendimento por parte da Secretaria	Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos de saúde, em especial os equipamentos da Atenção Básica à Saúde, e recursos para equipar esses novos	Conforme detectado na fase de diagnóstico, o município de Serro vem apresentado um processo de ampliação da ocupação das áreas urbanas, com definição de ampliação das áreas de expansão urbana e diversos projetos de criação de novos loteamentos. Esses processos implicam no aumento da população em territórios que atualmente são adstritos às equipes da Estratégia de Saúde da Família – ESF. No entanto, a instalação de novas unidades de saúde, bem como a ampliação das existentes, demanda por áreas adequadas e a aquisição dessas áreas pode implicar na disponibilização de recursos financeiros	1 ano e permanent e



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	Municipal de Saúde	estabelecimentos.	que são sempre escassos para o poder público. Nesse sentido, é fundamental que os processos de revisão e ampliação das áreas de expansão urbana, bem como os licenciamentos de novos loteamentos, considerem a necessidade de áreas para a instalação de equipamentos de saúde, em número e dimensões correspondentes ao aumento populacional e o aumento da demanda pelos serviços de saúde.	

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política de Saúde, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- manter o funcionamento regular do Conselho Municipal de Saúde;
- manter, adequar e ampliar a capacidade de atendimento das unidades de saúde existentes, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde;
- garantir os serviços de atendimento, de resgate, de emergência e de pronto atendimento, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde;
- melhorar o atendimento à saúde nos distritos e nas localidades rurais com aumento no número de profissionais, implantação de postos de saúde de acordo com a necessidade e melhoria dos atendimentos por ambulância, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde;
- incrementar as políticas de assistência social, principalmente voltada à de terceira idade da área rural;
- criar programas de atendimento para a população em situação de risco, principalmente a relacionada à prostituição infantil, com promoção de campanhas educativas, orientadas para prevenções;
- ampliar e garantir a continuidade do programa de saúde bucal, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde.



Desenvolvimento Social: Segurança Pública

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Dotar o município de instrumento de planejamento para as políticas de segurança pública	Programa de estruturação do setor de segurança pública do Município de Serro	Elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública	<p>O poder público municipal está dotado de diversos instrumentos de planejamento setoriais, sendo que vários desses já possuem periodicidade anual e já foram incorporados como práticas da administração pública setorial. Os mecanismos e as metodologias utilizados para elaboração desses instrumentos privilegiam a participação e o controle social, em consonância com os objetivos e princípios do Plano Diretor Municipal.</p> <p>O diagnóstico realizado não identificou a existência de Plano Municipal para o setor de segurança pública, demonstrando uma lacuna importante para essa temática.</p> <p>Nesse sentido, a elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública é uma ação fundamental para dotar o poder público municipal de diretrizes, programas, ações e indicadores de monitoramento e avaliação das ações para o setor.</p>	2 anos

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política Municipal de Segurança Pública, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- fortalecer do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Pública - CONSEP;
- fortalecer a Guarda Civil, provendo os recursos humanos e materiais para seu pleno funcionamento, garantir assim a proteção dos bens públicos;
- elaborar Programa de Iluminação Pública em parceria com a concessionária dos serviços de fornecimento de energia elétrica, ou



- monitorar sua implementação no caso de já ter sido criado, para os centros urbanos e núcleos isolados;
- fiscalizar, em conjunto com os órgãos competentes de outras esferas do Governo, o transporte e armazenamento de produtos que ofereçam riscos;
 - desenvolver, em parceria com órgãos competentes de segurança pública, as seguintes ações:
 - identificar periodicamente as demandas de policiamento, elaborar e implementar programas de atendimento em todo o município;
 - realizar parcerias e consórcios para ampliar os recursos materiais e humanos de segurança pública do município, a partir do levantamento de demandas.

Desenvolvimento Social: Defesa Civil

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Redução e controle de enchentes	Contenção de água pluvial e criação de áreas de segurança	Criar parques lineares marginais aos córregos do Lucas, Crispino e Machadinho na cidade de Serro. Construir nestes locais bacias de retenção de água pluvial.	A dissipação das águas de chuva e a concentração de maiores volumes em determinados locais reduz as consequências que as enchentes podem causar em outros, aumentando o tempo de escoamento e reduzindo o volume das enchentes.	4 anos
Redução de risco geológico	Implementar sugestões da avaliação de riscos desenvolvido	“1. Formalização definitiva da Defesa Civil Municipal, 2. Criação de Núcleo de Defesa Civil (NUDEC's) nos bairros com maior número de	De acordo com CPRM (2015): “Com a geração de concurso para a formação de quadro permanente, evitando a substituição dos integrantes por conta de mudanças de gestão, ocasião em que se assume o risco de ter um quadro novo e sem	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	por CPRM (2015)	<p>edificações em risco.;</p> <p>3. Implementação de programas de educação associadas a riscos</p> <p>4. Monitorar a evolução das construções juntos a cortes de taludes</p> <p>5. Executar a limpeza periódica de canais de cursos d'água e manter as manilhas limpas e livres de sedimentos que possam obstruir a passagem da água.</p> <p>6. Implementação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores, em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas, enviados pelo CEMADEN. “</p> <p>7. A Defesa Civil deve realizar visitas periódicas às áreas de risco e supervisão das obras em andamento, evitando a proliferação das áreas de risco .</p>	<p>capacitação, a cada 4 anos</p> <p>Os NUDEC'stem como objetivo aumentar a relação com a comunidade assim como gerar pontos de apoio para a Defesa Civil</p> <p>Programas de educação voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a ocupar corretamente e a não ocupar áreas de encostas e planícies de inundação dos córregos e rios da região. A CPRM disponibiliza gratuitamente cartilhas de fácil entendimento, produzidas para este fim. Possuímos também um Programa de Treinamento em Riscos Geológicos Urbanos, voltado para as Defesas Civas e seus voluntários, lideranças comunitárias, bombeiros e todas as pessoas envolvidas com o processo de eliminação dos riscos e mitigação de desastres nos municípios.</p> <p>O monitoramento objetiva evitar a proliferação das áreas de risco. Impedir e inibir a reocupação de casas condenadas, através da demolição das moradias.</p> <p>Sabe-se hoje que os custos com prevenção são de aproximadamente 10% dos custos de mitigação de desastres naturais, além das perdas de vidas que são insubstituíveis. A Defesa Civil deve agir mais de modo preventivo e, nos períodos de seca, aproveitar a baixa no número de ocorrências para percorrer e vistoriar todas as áreas de risco conhecidas e já adotar as medidas preventivas cabíveis.”</p>	



Desenvolvimento Social: Esporte e Lazer

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Dotar o município de instrumento de planejamento para as políticas públicas de esporte e lazer	Programa de desenvolvimento das atividades de esporte e lazer no município de Serro	Elaboração do Plano Municipal de Esportes e Lazer	<p>O poder público municipal está dotado de diversos instrumentos de planejamento setoriais, sendo que vários desses já possuem periodicidade anual e já foram incorporados como práticas da administração pública setorial. Os mecanismos e as metodologias utilizados para elaboração desses instrumentos privilegiam a participação e o controle social, em consonância com os objetivos e princípios do Plano Diretor Municipal.</p> <p>O diagnóstico realizado não identificou a existência de Plano Municipal para o setor de esporte e lazer, demonstrando uma lacuna importante para essa temática.</p> <p>Nesse sentido, a elaboração do Plano Municipal de Esportes e Lazer é uma ação fundamental para dotar o poder público municipal de diretrizes, programas, ações e indicadores de monitoramento e avaliação das ações para o setor.</p>	2 anos
Ampliação da capacidade de atendimento do setor de esporte e lazer em decorrência da ocupação populacional de áreas de expansão urbana	Programa de monitoramento e adequação das estruturas físicas e de pessoal para garantir a capacidade de atendimento por parte da Secretaria Municipal de	Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos voltados para a prática esportiva e o lazer dos moradores e recursos para equipar esses novos estabelecimentos.	<p>Conforme detectado na fase de diagnóstico, o município de Serro vem apresentado um processo de ampliação da ocupação das áreas urbanas, com definição de ampliação das áreas de expansão urbana e diversos projetos de criação de novos loteamentos. Esses processos implicam no aumento da população em territórios, impactando consideravelmente na demanda por espaços voltados para a prática esportiva e atividades de lazer da população.</p> <p>No entanto, a instalação de novos equipamentos esportivos e de lazer, bem como a ampliação das existentes, demanda por áreas adequadas e a aquisição dessas áreas pode implicar na disponibilização de recursos</p>	1 ano e permanente



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
	Esporte e Lazer		financeiros que são sempre escassos para o poder público. Nesse sentido, é fundamental que os processos de revisão e ampliação das áreas de expansão urbana, bem como os licenciamentos de novos loteamentos, considerem a necessidade de áreas para a instalação de equipamentos de saúde, em número e dimensões correspondentes ao aumento populacional, seu perfil etário e socioeconômico.	

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política Municipal de Esporte e Lazer, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- garantir as condições para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;
- incentivar a prática de esportes como meio de desenvolvimento pessoal, social e educacional;
- garantir o atendimento das demandas segmentadas por gênero e faixa etária;
- criar equipamentos de recreação e lazer e campos de futebol nos bairros da área urbana, nos distritos e localidades rurais;
- potencializar o uso de instalações esportivas das escolas municipais pela comunidade, especialmente durante férias escolares;
- promover melhorias dos equipamentos de lazer e recreação já existentes no município, por meio de autorização ou outras medidas compatíveis;
- promover medida para viabilização de complexo esportivo no município, em local adequado dotado de ginásio poliesportivo, pista de atletismo, campo de futebol, piscina, dentre outros equipamentos;
- criar calendário de eventos.



Desenvolvimento Social: Comunicação

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Ampliar e aperfeiçoar os instrumentos de comunicação social institucional	Programa de Comunicação Institucional	Criação de Grupo de Trabalho Técnico, de caráter intersetorial, para a elaboração e implantação do Programa de Comunicação Institucional.	<p>A comunicação institucional é uma importante ferramenta para amplificação das políticas públicas de todos os setores da administração municipal, permitindo que a comunidade tenha acesso a campanhas, programas, instâncias de participação social, etc.</p> <p>A Lei Federal 12.527, de 18 de Novembro de 2011, determina, entre outras ações, a obrigatoriedade dos municípios adotarem medidas que assegurem o direito fundamental de acesso à informação. Ainda segundo esse marco regulatório, o poder público municipal deve disponibilizar informações referentes a todas as suas ações institucionais e manter atualizadas as informações disponíveis para o acesso à população.</p> <p>O diagnóstico realizado apontou a existência de vários mecanismos de comunicação do poder público municipal, dentre os quais se destaca o site institucional da prefeitura. No entanto, foram identificadas dificuldades de acesso a diversos documentos, e também foram coletados vários relatos de moradores que não acessam programas e políticas públicas desenvolvidas pelo município por falta de informação.</p> <p>Nesse sentido, aprimorar os mecanismos de comunicação institucional existentes e implementar novos mecanismos é fundamental para estabelecer um sistema de comunicação social de grande alcance.</p>	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Estruturação da Política Municipal de Habitação	Estruturação Administrativa da Política Municipal de Habitação	<p>-Criar Diretoria de Habitação.</p> <p>-Promover a atuação integrada da política municipal de habitação com as demais políticas públicas urbanas, ambientais e sociais;</p> <p>-Promover a consolidação do sistema municipal de habitação, de forma a garantir a gestão democrática e integrada da política municipal de habitação, especialmente no que se refere à criação de uma diretoria específica, ao funcionamento efetivo do conselho e fundo específicos e</p> <p>-Implantar mecanismos e instrumentos diversificados de política urbana em favor da política municipal de habitação, de maneira a reforçar a eficácia de seus programas e ações;</p>	Não há diretoria responsável pelas ações relativas à temática habitacional no município. Apesar da responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de levantar problemas ligados às condições habitacionais e promover programas de habitação popular e saneamento, não existe política municipal de habitação efetiva. Não há programa de provisão habitacional e o Programa de Regularização Fundiária existente não está ligado à essa secretaria. Há grande necessidade da existência de uma política habitacional integrada às políticas de planejamento urbano.	Imediato
	Programa de Provisão Habitacional	<p>-universalizar a provisão habitacional, com utilização de áreas urbanizadas e inseridas na cidade por meio de estratégias diversificadas visando à produção habitacional, locação social ou aquisição de unidades habitacionais existentes;</p> <p>- tratar a inserção da moradia na cidade na perspectiva da diversidade social e da diversidade de uso;</p> <p>- buscar a ampliação da destinação de recursos municipais e da captação de recursos externos para o fomento da produção habitacional de interesse social;</p> <p>-adotar medidas que favoreçam a produção habitacional de interesse social:</p>	Foi elaborado Plano Local de Habitação de Interesse Social. As áreas vazias para produção habitacional foram delimitadas, mas não foi criado programa de provisão habitacional. Destaca-se o elevado numero de demanda por moradia no município, que concentra grande percentual de população de baixa renda.	2 anos



		<p>a) redefinir como ZEIS 2 áreas vazias ou subutilizadas bem inseridas na malha urbana, com infraestrutura completa, cuja capacidade de ocupação seja compatível com a demanda habitacional aferida;</p> <p>b) regulamentar parâmetros e procedimentos específicos para as ZEIS 2 acolhendo as tipologias de parcelamento e ocupação residencial já adotadas para a moradia de baixa renda na cidade e adequando-as a padrões tecnicamente aceitáveis;</p> <p>c) estabelecer mecanismos visando à captação pelo poder público de terrenos destinados ao atendimento da demanda de habitação de interesse social.</p>		
	Programa de melhoria de assentamentos e domicílios inadequados	<p>-reestruturar o Programa de Regularização Fundiária do município</p> <p>- elaborar Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável, instrumento previsto na Política Nacional de Habitação que visa conhecer o problema da irregularidade fundiária no Município, definir estratégias para seu enfrentamento e estabelecer critérios de priorização para atuação do poder público;</p> <p>- atualizar a delimitação de assentamentos de interesse social existentes como ZEIS 1;</p> <p>- regulamentar parâmetros e procedimentos específicos para ZEIS 1;</p> <p>- promover a complementação da urbanização bem como a regularização dos parcelamentos e edificações dos assentamentos delimitados como</p>	<p>Grande parte do território ocupado do serro é formado por assentamentos que apresentam algum situação de irregularidade fundiária: dominial, ambiental e/ou urbanística.</p> <p>Já foi criado programa de Regularização Fundiária que se encontra paralisado. Não há nenhuma secretaria responsável por esse programa, e sua gestão é feita por conselho que está inativo.</p> <p>Há demanda de criação de programa de Melhoria Habitacional, principalmente nas localidades rurais de Serra da Bicha, Jacutinga e Carneiro/Carijó, esta ultima localizada às margens da BR 259 - próximo à Sabinópolis. Essa demanda também se estende às Comunidades Quilombolas.</p>	Imediato



		<p>ZEIS 1;</p> <ul style="list-style-type: none">- desenvolver programa de intervenções de controle e redução de riscos geológicos voltado especialmente para assentamentos de interesse social;- em casos de reassentamentos de famílias removidas pelo poder público, respeitar preferencialmente o direito da população de permanecer em áreas adequadas do ponto de vista urbanístico, ambiental e social bem como próximas à origem, de forma a preservar os vínculos sociais existentes com o território e o entorno;- impedir, por meio de fiscalização efetiva, a ocorrência de ocupações irregulares em áreas inadequadas à habitação;- promover e incentivar a execução de obras de melhorias habitacionais para atendimento da população de baixa renda nas áreas urbanas e na área rural, inclusive nas Comunidades Quilombolas e localidades rurais como Serra da Bicha, Jacutinga e Carneiro/Carijó.- promover serviços de assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura e engenharia para atendimento da população de baixa renda na resolução de suas necessidades habitacionais.- buscar a ampliação da destinação de recursos municipais e da captação de recursos externos para melhoria dos assentamentos de interesse social;		
--	--	---	--	--



Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política Habitacional, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- Promover condições para a garantia do direito à moradia digna e a democratização do acesso à terra urbanizada;
- Buscar a progressiva redução do déficit habitacional do município;

Sistema Viário e Circulação de Pedestres e Veículos

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Garantir a acessibilidade dos pedestres.		<p>Melhoria das condições de acessibilidade das calçadas, do acesso aos edifícios e das travessias das vias públicas: diminuindo desníveis, alargando as calçadas; construindo passeios onde este ainda não existe; executando sinalização tátil, rebaixos e rampas de acesso.</p> <p>Melhorar a sinalização viária, tanto para os veículos, quanto para os pedestres, minimizando os conflitos de circulação.</p>	<p>Ao longo das vias urbanas, pode-se observar vários trechos de calçada com obstáculos que dificultam a transposição do pedestre, grandes desníveis, passeios estreitos, além da falta de rampas de acesso à edifícios, sinalização tátil, rebaixos para as travessias de vias ou travessias elevadas, entre outros. É comum observar, também, a falta de passeios, tanto nos bairros mais novos da Sede Municipal, quanto nas outras áreas urbanas.</p> <p>O problema se torna mais grave no Centro Histórico da Sede Municipal, devido a sua formação. Em alguns trechos é possível melhorar esta condição diminuindo os desníveis entre os passeios e aumento sua largura para facilitar o caminhar do pedestre.</p>	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Incentivo ao ciclismo	Bicicleta como meio de transporte	Definição de vias preferenciais para bicicletas em Milho Verde que atravesse a cidade como alternativa de transporte pela comunidade. Em caso de asfaltamento da rodovia entre São Gonçalo e Milho Verde, a instalação de ciclo vias deverá ser condicionante.	Nas regiões mais aplainadas do Serro, como os planaltos na Serra do Espinhaço existentes na região de Milho Verde e São Gonçalo e as planícies que bordejam alguns cursos d'água, principalmente na Zona de relevos ondulados e na Zona Terras Baixas do Espinhaço, o deslocamento por bicicleta é utilizado pela população local. Em zona urbana, destaca-se o deslocamento existente dentro do Distrito de Milho Verde.	1 ano
	Bicicleta como lazer	Estabelecimento de ciclo faixas na rodovia entre São Gonçalo e Serro. Cadastro de trilhas de uso de ciclistas. Parceira com IEF para demarcação de trilha para bicicleta dentro do Monumento Várzea do Lajeado e Serra do Raio e APA Águas Vertentes. Estabelecimento de parcerias regionais, envolvendo toda a região de Diamantina.	O uso de bicicleta como esporte associado à natureza representa uma importante atividade de lazer no Mundo, sendo as montanhas de Minas Gerais um dos importantes polos desta prática. Trilhas existentes no Serro são referidas em diversos sites na internet associados ao <i>Mountain bike</i> , faltando preparo neste tema dos agentes turísticos que atuam na região e do suporte físico a este esporte, tais como plaqueamento e manutenção de trilhas.	2 anos
Melhorar os pontos de conflito na área central da Sede Municipal.	Política Municipal de Mobilidade Urbana	Criar outras possibilidades de deslocamento na Sede Municipal, que não seja somente cruzando o Centro Histórico, de forma a minimizar os nós e gargalos dessa área. Incentivar o desenvolvimento de outras centralidades. Executar vias de conexão entre os bairros e não permitir que novos loteamentos sejam	A área central da Sede Municipal é o maior ponto de conflito de trânsito da Sede, visto que nela se concentram todos os comércios e serviços do município. Além disto, é nesta área central que se localizam as poucas vias que possibilitam se deslocar de um extremo ao outro do Distrito, portanto, mesmo que o destino final não seja o Centro, na maioria das vezes é necessário passar por esta região para se deslocar pela cidade. Este conflito se agrava devido à falta de conexão entre os diversos bairros da cidade, que poderiam criar novas possibilidades de deslocamento.	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		<p>criados sem se conectarem de forma adequada a malha urbana.</p> <p>Elaborar um Plano de Ações Imediatas de Trânsito e Transporte (PAITT), tendo como objetivo principal melhorar as condições de circulação de veículos pedestres e as interações entre eles, na área central da Sede Municipal.</p> <p>Promover campanhas educativas no trânsito, com foco especial para a área central, indicando os locais adequados para estacionamento, velocidade de transposição nas vias, priorização do pedestre no caminhar, entre outros.</p>		
Garantir o transporte público municipal para todos.		<p>Verificar a real demanda e, se necessário, criar linhas de transporte na área urbana municipal e, especialmente, na área rural, de forma a facilitar o deslocamento das pessoas que vivem em bairros mais afastados e garantir o deslocamento dos moradores da área rural.</p>	<p>Tanto os moradores de bairros mais afastados da área central, quanto moradores das áreas rurais precisam percorrer grandes distâncias a pé para terem acesso ao transporte coletivo. Este transporte coletivo é realizado por ônibus intermunicipais, não havendo uma linha municipal regulamentada.</p> <p>Ao se pensar no número considerável de localidades rurais com concentração populacional e diversas áreas urbanas espalhadas pelo território municipal, que necessitam se deslocar até a Sede Municipal para terem acesso à serviços de necessidade básica, comércio, atendimento de educação e saúde, é necessário garantir o deslocamento desta população de forma adequada e que não seja tão onerosa financeiramente.</p>	1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		Melhorar as condições de transporte escolar.	Grande parte da população, especialmente da área rural, informou que o transporte que realiza o deslocamento das crianças e jovens para as escolas não se encontra em condições adequadas, visto que os ônibus são antigos, sempre estão com problema e não possuem os equipamentos de segurança adequado para deslocamento. É necessário melhorar a rotina de fiscalização deste transporte, de forma a garantir que as empresas prestadoras de serviço o façam de forma adequada.	1 ano
Manter em condições de acesso as estradas vicinais	Melhoria das vias públicas.	Realizar periodicamente a manutenção das estradas vicinais para que estas estejam em condições adequadas de deslocamento, especialmente no período de chuvas. Garantir o escoamento de águas pluviais nas estradas vicinais diminuindo os processos erosivos. Construir pontes de transposição dos cursos d'água e melhorar as existentes, nos locais onde existe concentração populacional.	Nas leituras comunitárias foram recorrentes as reclamações sobre as condições de circulação das estradas vicinais, sendo comprovadas durante a realização dos trabalhos de campo.	Continuamente
Pavimentar e drenar as vias das áreas urbanas.		Promover a pavimentação de todas as vias das áreas urbanas e, em função de sua categoria e capacidade de tráfego, optar por soluções que ofereçam maior permeabilidade - principalmente nos distritos - com uso piso intertravado associado a um sistema de drenagem pluvial. Adequar a pavimentação das vias urbanas à	Grande parte das vias dos Distritos encontram-se sem pavimentação e sem drenagem de águas pluviais. Na Sede Municipal a situação não é tão grave, mas ainda existem vias sem pavimentação e grande parte da área urbana não possui drenagem de águas pluviais suficiente.	4 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		circulação de transporte coletivo de maneira geral e, especificamente, possibilitar o seu acesso às áreas ocupadas, predominantemente, por população de baixa renda. Estabelecer programa periódico de manutenção de vias urbanas.		
Garantir a circulação de ciclistas nos distritos e na estrada que conecta São Gonçalo do Rio das Pedras à sede	Melhoria das vias públicas.	Criação de ciclovia nas estradas pavimentadas que conectam o distrito sede a São Gonçalo do Rio das Pedras, bem como no interior das áreas urbanas de todos os distritos.	Grande parte da população dos distritos se desloca por meio de bicicleta, havendo necessidade de melhoria das vias públicas para atender a esse tipo de modal de transporte.	4 anos

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política Municipal de Esporte e Lazer, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- implementar sistema de carga e descarga de mercadorias que compatibilize as necessidades da cidade com as limitações do sistema viário;
- desenvolver estudo técnico específico que avalie a possibilidade de construção de terminal de carga municipal no entorno do núcleo central da cidade, em local apropriado;



- articula re integrar os componentes estruturadores da mobilidade trânsito, transporte, sistema viário, educação de trânsito e integração regional de forma a assegurar o direito de ir e vir, com sustentabilidade, economicidade e qualidade de vida;
- garantir integração viária e de transporte coletivo entre os diversos bairros e distritos do município;
- garantir acessibilidade aos espaços e prédios públicos, especialmente às pessoas com dificuldades de locomoção, observadas as características e condicionantes patrimoniais;
- priorizar o deslocamento de pedestres em detrimento ao de veículos automotores;
- estabelecer obrigatoriedade de criação ou adequação de passeios de conformidade com padrões e normas, com observância de formatos, inclinações e continuidade, de modo a oferecer acessibilidade universal, com segurança e conforto para os pedestres, observadas as condicionantes patrimoniais;
- criar programa de pavimentação das vias municipais, preferencialmente com materiais permeáveis;
- garantir a manutenção das estradas vicinais, como suporte da política de desenvolvimento econômico rural e de abastecimento, especialmente no período das chuvas;
- garantir que a expansão urbana se dê de forma integrada com o Plano de Classificação Viária e articulada com o sistema viário municipal, mediante a compatibilização dos novos traçados viários com a malha existente;
- formular e implementar programa municipal de educação de trânsito.

O município criará, na estrutura organizacional, unidade gerencial responsável pela gestão dos sistemas municipais de transporte e trânsito e pela capacitação do pessoal alocado ao controle e ao monitoramento do setor.



Preservação, Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Fortalecer o sistema de gestão da política de proteção do Patrimônio Cultural	Programa de Gestão da Política Municipal de Patrimônio Cultural	Fortalecer o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Serro (COMPAC) e o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Serro.	-	A proteção do Patrimônio Cultural a partir das determinações da Lei Estadual 13.803/2000, vem garantido inventário, registro e tombamentos de diversos bens culturais relevantes de Serro em todo o território municipal, incluindo áreas rurais. Impotência de haver maior participação dos distritos no COMPAC.	imediato
		Garantir a continuidade da política municipal de proteção do patrimônio cultural nas determinações da Lei Estadual 13.803/2000 – Distribuição do ICMS em Minas Gerais/ Critério do Patrimônio Cultural, através do COMPAC, de forma a garantir captação de recursos para uma política de proteção; Garantir a participação de representantes dos Distritos entre os membros da sociedade civil organizada do COMPAC.			imediato
Apropriação do Patrimônio Natural	Proteção do Patrimônio Natural	Decretar Patrimônio Paisagístico de Serro as serras de destaque do Município, especificando as Serras do Itambé, Bicha, Gavião, Carola, Condado, Raio, Ibituruí, Boa Vista, Lapa Pintada, Virgem, Canina e Arrependido, assim como as Pedras Redondas, Lisa e Aguda.	Segurança Hídrica Conservação Ambiental Apropriação do turismo pela população	Todos estes pontos são referências geográficas importantes tanto históricas como a população atual e o turismo regional.	imediato
		Decretar as cachoeiras referidas no Inventário Cultural do Serro, assim como as dos córregos do Amaral (Tempo Perdido, do	Segurança Hídrica Conservação Ambiental Apropriação do turismo pela população	As cachoeiras e poços representam um dos principais atrativos turísticos do Serro e a garantia de	imediato



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		Amaral e Coqueiros) e áreas de banho próximas às localidades urbanas como Patrimônio Natural do Serro, considerando um raio de 100m como isento de qualquer construção..		sua preservação é aspecto relevante na manutenção das atividades turísticas.	
Valorização do Patrimônio Imaterial	Programa de ensino do saberes tradicionais para a comunidade local	Elaboração de cursos com os mestres locais, repassando conhecimento para novos aprendizes de forma a manter os saberes tradicionais e possibilitar a execução de restauro a partir de técnicas originais de construção e acabamentos.	-	Há grande demanda de manutenção e valorização dos saberes tradicionais, tanto para manutenção desse memória quanto para a execução de restauro dos bens de relevância cultural a partir de técnicas tradicionais. Exemplos: artesanato com couro, produção de doces e cachaças, culinária tradicional, toque dos sinos, esteiras de taquara para cestos e forros.	2 anos
	Programa de incentivo, apoio e financiamento do Patrimônio imaterial na sede e nos distritos.	Implementar política de incentivo, apoio e financiamento do Patrimônio Imaterial na sede e nos distritos. Valorizar e garantir a manutenção de atividades tradicionais culturais como grupos folclóricos, festas e a tradição oral do Vissungo.	-	Há grande demanda de manutenção e valorização dos do patrimônio imaterial, principalmente o que se refere às atividades tradicionais culturais como festas religiosas, grupos folclóricos - marujada e caixa de assovio - e a tradição oral do Vissungo.	2 anos



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Implementar projetos de valorização do Patrimônio Cultural Elaborados pelo Programa Monumenta.	Programa de Implementação de Obras de Valorização do Patrimônio Cultural	Implementar parque linear do córrego Quatro Vinténs e projeto de uso do espaço da antiga rodoviária para feiras e desenvolvimento de manifestações culturais, conforme Projeto elaborado pelo Programa Monumenta. Implementar obras de manutenção e restauro de bens materiais protegidos nos distritos de Três Barras, Milho Verde, São Gonçalo e Mato Grosso (Serra do Caroula)	-	Já existe projetos do Programa Monumenta para esse dois importantes marcos culturais do município. Demanda por manutenção e restauro de bens materiais nos distritos.	5 anos
Fortalecer o Programa de Educação Patrimonial	Programa de Educação Patrimonial	Fortalecer a educação patrimonial nas escolas municipais, buscando sensibilizar as novas gerações sobre a importância da preservação;	-	A Educação Patrimonial vem sendo realizada no município nos últimos anos, mas há demanda de inclusão dessa prática nas escolas de forma mais institucionalizada e frequente, devida à relevância cultural do município no cenário nacional.	imediato
Reconhecimento, apoio e valorização das Comunidades Quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, que se encontram no território municipal.	Criar uma Política Municipal de Proteção e Valorização das Comunidades Quilombolas de Serra.	Desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir respeito à sua integridade. Promover a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. Consultar os povos interessados, por meio de	Desenvolvimento social. Preservação do patrimônio histórico cultural.	A Fundação Palmares reconhece 5 comunidades quilombolas pertencentes ao território municipal de Serra sendo: Baú, Ausente, Fazenda Santa Cruz, Vila Nova e Queimadas. Além destas, a Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos, pertencente ao município de Diamantina, identifica em seu	



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		<p>procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.</p> <p>Criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem.</p> <p>Melhorar as condições de vida e de trabalho e dos níveis de saúde e educação das comunidades quilombolas, com sua participação e cooperação, devendo ser considerado uma prioridade nos planos gerais de desenvolvimento econômico elaborados para as regiões nas quais vivem.</p> <p>Realizar estudos, em colaboração com os povos interessados, para avaliar o impacto social, cultural e ambiental das atividades de desenvolvimento planejadas sobre eles. Os resultados desses estudos deverão ser considerados critérios fundamentais para a implementação dessas atividades.</p> <p>Preservar o meio ambiente nos territórios habitados por eles.</p>		<p>relatório antropológico parte do território municipal de Serro como território tradicionalmente ocupado pela comunidade e define como área necessária para a sustentabilidade da comunidade.</p>	



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	DIRETRIZES RELACIONADAS	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
		<p>Respeitar sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.</p> <p>Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos.</p>			

Abaixo estão destacadas as diretrizes previstas para a Política de Cultura e Proteção do Patrimônio Cultural, no Plano Diretor vigente, e que serão mantidas nesta revisão:

- firmar convênios e parcerias com os órgãos estadual e federal de preservação do patrimônio cultural;
- implantar equipamento cultural catalisador da memória dos aspectos da vida rural no município e na região, com ênfase na produção do Queijo do Serro - Salão/Museu do Queijo - conforme projeto existente;
- realizar inventário dos Sítios Arqueológicos do Município de Serro, notadamente os de Lapa do Campo da Venda, Lapa do Isidoro, Lapão (Quilombo), Mocarorô I, Mocarorô II, Quilombo do Ó, Serra da Manga, Serra da Parobeira, Serra das Galés, Serra do Raio I, Serra do Raio II.



Gestão Municipal

DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRAZOS
Implementar Plano Diretor	Integração do Poder Executivo	Designar equipe técnica responsável pela implementação do Plano Diretor no Município	<p>A equipe deve ter envolvimento em todas as secretarias pois muitas diretrizes possuem implementação de ações que envolvem as diversas pastas do Executivo.</p> <p>A equipe terá como função integrar as ações das secretarias de forma sintrópica e buscar recursos junto a fundos diversos para implantar diretrizes associadas a políticas sociais, preservação do patrimônio cultural, histórico e ambiental, junto a órgãos governamentais e fundos diversos, dentro de políticas sustentáveis de baixo carbono e tendo o território municipal como porção relevante das bacias do rio Jequitinhonha e Doce.</p> <p>A equipe deverá estabelecer sua agenda de atuação em comum acordo com Conselho Municipal, assim como</p>	1 ano
	Integração do Poder Legislativo	Promover debates na Câmara a respeito do Plano Diretor	A apropriação das diretrizes indicadas no Plano Diretor pela Câmara Municipal é de fundamental relevância dado sua função legislativa.	1 ano
	Integração da População	<p>Criar um Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial, que deverá garantir a implementação deste Plano Diretor.</p> <p>Garantir que as instâncias participativas aconteçam por debates, audiências e consultas públicas com o objetivo de assegurar à população a mobilização, a participação e a</p>		1 ano



DIRETRIZES	PROGRAMAS	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS	PRazos
		discussão das políticas de planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, desde a elaboração até a sua implementação e avaliação.		

